



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 70ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**22/10/2025
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

Presidente: Senadora Damares Alves

Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 22/10/2025.**

70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PL 5329/2023 - Terminativo -	SENADOR FABIANO CONTARATO	15
2	PL 2169/2019 (Tramita em conjunto com: PL 3030/2019) - Não Terminativo -	SENADOR MARCIO BITTAR	23
3	SUG 3/2022 - Não Terminativo -	SENADOR MARCIO BITTAR	74
4	PL 2225/2022 - Não Terminativo -	SENADOR FLÁVIO ARNS	88
5	PL 1799/2023 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	97

6	PL 1067/2024 - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	108
7	PL 1796/2024 - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	123
8	SUG 18/2020 - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	138
9	PL 2036/2024 - Não Terminativo -	SENADOR PAULO PAIM	144
10	SUG 6/2021 - Não Terminativo -	SENADOR FLÁVIO BOLSONARO	155
11	SUG 12/2021 - Não Terminativo -	SENADOR MAGNO MALTA	170
12	REQ 116/2025 - CDH - Não Terminativo -		185
13	REQ 118/2025 - CDH - Não Terminativo -		187
14	REQ 119/2025 - CDH - Não Terminativo -		192
15	RELATÓRIO		198
16	PL 577/2024 - Não Terminativo -	SENADORA IVETE DA SILVEIRA	199
17	PL 979/2025 - Não Terminativo -	SENADORA IVETE DA SILVEIRA	207
18	PL 3506/2020 - Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	217

19	PL 4167/2023 - Não Terminativo -	SENADOR MARCOS ROGÉRIO	227
----	--	-------------------------------	------------

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200	1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Giordano(MDB)(10)(1)	SP 3303-4177	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3)	PA 3303-6623
VAGO(12)(10)(3)		4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3)	RN 3303-1148
Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10)	ES 3303-6747 / 6753	5 Marcio Bittar(PL)(12)(8)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Plínio Valério(PSDB)(10)(9)	AM 3303-2898 / 2800	6 VAGO(9)(23)(19)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)			
Cid Gomes(PSB)(13)	CE 3303-6460 / 6399	1 Flávio Arns(PSB)(4)	PR 3303-6301
Jussara Lima(PSD)(4)	PI 3303-5800	2 Pedro Chaves(MDB)(24)(4)	GO 3303-2092 / 2099
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	3 VAGO	
VAGO(22)(20)		4 VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Jaime Bagattoli(PL)(2)	RO 3303-2714	1 Eduardo Girão(NOVO)(2)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	2 Romário(PL)(2)	RJ 3303-6519 / 6517
Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148	3 Jorge Seif(PL)(15)	SC 3303-3784 / 3756
Astronauta Marcos Pontes(PL)(14)	SP 3303-1177 / 1797	4 Flávio Bolsonaro(PL)(16)	RJ 3303-1717 / 1718
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)			
Fabiano Contarato(PT)(6)(21)(17)(18)	ES 3303-9054 / 6743	1 Weverton(PDT)(6)(17)	MA 3303-4161 / 1655
Rogério Carvalho(PT)(6)(17)	SE 3303-2201 / 2203	2 Augusta Brito(PT)(6)(17)	CE 3303-5940
Humberto Costa(PT)(17)	PE 3303-6285 / 6286	3 Paulo Paim(PT)(6)(17)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Tereza Cristina(PP)(5)(11)	MS 3303-2431	1 Laércio Oliveira(PP)(5)	SE 3303-1763 / 1764
Damara Alves(REPUBLICANOS)(5)	DF 3303-3265	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damara Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damara Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (18) Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
- (19) Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
- (20) Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitaõ foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
- (21) Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
- (22) Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitaõ deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
- (23) Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).

(24) Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00
SECRETÁRIO(A): DIMITRI MARTIN STEPANENKO
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 22 de outubro de 2025
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA

70ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Atualizações:

1. Atualização do relatório do item 15 (diligência externa) e inclusão de matérias. (20/10/2025 18:53)

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5329, DE 2023

- Terminativo -

Altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão “serviço social” por “assistência social”.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH em decisão terminativa.

- Em reunião realizada em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)
[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 2169, DE 2019

- Não Terminativo -

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3030, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: pela prejudicialidade do PL nº 3.030, de 2019, e favorável ao Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.

- Em reunião realizada em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ITEM 3**SUGESTÃO N° 3, DE 2022****- Não Terminativo -**

"Pretende acabar com a obrigatoriedade de tomar esse experimento chamado vacina contra a covid".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

[Sugestão \(CDH\)](#)

ITEM 4**PROJETO DE LEI N° 2225, DE 2022****- Não Terminativo -**

Reconhece a deficiência auditiva unilateral como deficiência sensorial, do tipo auditiva, para todos os efeitos legais.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: pelo arquivamento do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 5**PROJETO DE LEI N° 1799, DE 2023****- Não Terminativo -**

Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: favorável ao projeto com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 6**PROJETO DE LEI Nº 1067, DE 2024****- Não Terminativo -***Institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo.***Autoria:** Senador Carlos Viana**Relatoria:** Senadora Damares Alves**Relatório:** favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.**Observações:***Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.***Textos da pauta:**[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)**ITEM 7****PROJETO DE LEI Nº 1796, DE 2024****- Não Terminativo -***Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança.***Autoria:** Senadora Janaína Farias**Relatoria:** Senadora Damares Alves**Relatório:** favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.**Observações:***Tramitação: CDH e terminativo na CE.***Textos da pauta:**[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)**ITEM 8****SUGESTÃO Nº 18, DE 2020****- Não Terminativo -***"Prorrogação do auxílio emergencial enquanto durar o estado de calamidade pública no Brasil".***Autoria:** Programa e-Cidadania**Relatoria:** Senadora Damares Alves**Relatório:** pela prejudicialidade da sugestão.**Observações:***Tramitação: CDH.***Textos da pauta:**[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)[Sugestão \(CDH\)](#)**ITEM 9****PROJETO DE LEI Nº 2036, DE 2024****- Não Terminativo -***Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros*

privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CTFC.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

ITEM 10

SUGESTÃO N° 6, DE 2021

- Não Terminativo -

"Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas - chega de contagem secreta!"

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em reunião realizada em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 11

SUGESTÃO N° 12, DE 2021

- Não Terminativo -

"Tornar a pedofilia crime inafiançável".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em reunião realizada em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 116, DE 2025

Requer a prorrogação da Subcomissão Temporária do Senado Federal para debater a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA), colegiado vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por 10 (dez) dias.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118, DE 2025

Requer a diligência in loco nos municípios de São Miguel do Guaporé e Alvorada d'Oeste, Estado de Rondônia

Autoria: Senador Marcos Rogério

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119, DE 2025

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no município de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia, com o objetivo de acompanhar in loco a situação das famílias das vítimas da tragédia da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus, bem como avaliar o cumprimento das medidas de reparação determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 15

Relatório de diligência externa - Humaitá e Manicoré/AM

Relatório da diligência externa da CDH realizada nos municípios de Humaitá e Manicoré/AM.

Autoria: Senadora Damares Alves

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 577, DE 2024

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

Autoria: Senadora Augusta Brito

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 17**PROJETO DE LEI Nº 979, DE 2025****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

Autoria: Senadora Jussara Lima

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 18**PROJETO DE LEI Nº 3506, DE 2020****- Terminativo -**

Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: Terminativo na CDH.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 19**PROJETO DE LEI Nº 4167, DE 2023****- Não Terminativo -**

Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Em 08/10/2025, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva.

Em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 474/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 8.251, de 2017, da Câmara dos Deputados, que “Altera a alínea a do inciso III do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão ‘serviço social’ por ‘assistência social’”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/11/2023 14:37:41.790 - MESA

DOC n.1274/2023



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 5329/2023 [3 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5329, DE 2023

(nº 8251/2017, na Câmara dos Deputados)

Altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão “serviço social” por “assistência social”.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1584928&filename=PL-8251-2017



[Página da matéria](#)



Altera a alínea a do inciso III do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão "serviço social" por "assistência social".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A alínea a do inciso III do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136.

.....

III -

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- art136_cpt_inc3_alii1

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 5.329, de 2023 (PL nº 8.251, de 2017, na Casa de origem), da Deputada Maria do Rosário, que *altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão “serviço social” por “assistência social”*.

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 5.329, de 2023 (PL nº 8.251, de 2017, na Casa de Origem), de autoria da Deputada Maria do Rosário.

A proposição pretende, no art. 1º, alterar a alínea “a” do inciso III do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), para substituir a expressão “serviço social” por “assistência social. O art. 2º trata de cláusula de vigência, que é imediata.

Em suas razões, a autora menciona que as expressões “serviço social” e “assistência social” não se confundem, sendo a segunda a mais correta para designar a “política pública prevista na Constituição Federal e direito de cidadãos e cidadãs, assim como a saúde, a educação, a previdência social etc. É regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), constituindo-se como uma das áreas de trabalho de assistentes sociais”. Por este motivo, faz-se necessário ajuste no ECA, para evitar que a imprecisão cause prejuízos às crianças e adolescentes, caso a lei seja interpretada de forma literal.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão o exame de matéria referente à proteção à infância e à juventude, o que torna regimental o exame do projeto.

Relativamente à **constitucionalidade**, não há empecilho quanto à iniciativa de lei, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente à seguridade social, nos termos do art. 22 da Lei Maior.

No tocante à **juridicidade**, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

A proposição também atende aos requisitos de **técnica legislativa**, em especial da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis.

O **mérito** do projeto é inquestionável. O art. 227 da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito e a serem colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em observância desse mandamento constitucional, o ECA confere diversas funções ao Conselho Tutelar, das quais destacamos a que consta da alínea “a” do inciso III do art. 136, que estabelece que é atribuição do Conselho promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, **serviço social**, previdência, trabalho e segurança.

O **serviço social** geralmente designa as atividades profissionais exercidas por assistentes sociais. Quando analisamos a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre essa profissão, percebemos que a expressão tanto pode designar o curso de nível superior correspondente como o próprio âmbito de atuação dos assistentes sociais.

A **Assistência Social**, por sua vez, é um dos pilares da Seguridade Social, direito reconhecido pela Constituição a quem dela necessitar, conforme o art. 203.

A atuação profissional de assistentes sociais é relevante, mas não esgota todas as políticas públicas e ações de assistência social, que compreendem, entre outras, a concessão de prestações financeiras como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o acesso a serviços de proteção social prestados de modo interdisciplinar por profissionais de diversas áreas do conhecimento, entre elas, Antropologia, Pedagogia, Sociologia e Direito. Essas são as categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais, de acordo com as normas estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em outras palavras, se a Assistência Social compreende um conjunto de ações mais abrangente que o domínio do Serviço Social, não se sustenta a limitação atual que o projeto pretende corrigir.

A alteração, portanto, não é justificada por mero preciosismo terminológico. Com a mudança proposta, o risco de uma interpretação literal subsidiar uma resposta negativa a uma demanda formulada por Conselho Tutelar em favor de criança ou adolescente será sensivelmente reduzido.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei nº 5.329, de 2023, e, no mérito, por sua **aprovação**.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Dê-se aos parágrafos 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 a seguinte redação:

“**Art. 121**.....

§ 3º O período máximo de internação não excederá a 07 (sete) anos.

.....

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e cinco anos de idade.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Não obstante o tema objeto desta proposição ser suscetível de gerar acirrados debates e polêmicas, seja no Parlamento, seja na sociedade e nas mídias, o enfrentamento da questão deve considerar o cotidiano das diversas regiões do país, posto que o clamor público reivindica medidas efetivas de combate ao crime e fortalecimento da segurança pública.

Ainda que se argumente que a majoração do lapso temporal das reprimendas não resolverá de imediato o problema da violência, o viés puramente ideológico não deve prevalecer ante à imprescindível necessidade de reformas para tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores.

A alteração do prazo da medida sócio-educativa de internação de adolescentes encontra-se associada à ideia de que, ainda que os jovens estejam em processo de construção de identidade, nos dias atuais a capacidade de desenvolver valores e compreender a realidade ao entorno é adquirida cada vez mais precocemente, eis que existe total franqueamento de toda sorte de tecnologias, além da globalização, o que favorece desenvolvimento e estímulos cada vez mais prematuros.

A manutenção do prazo de 03 anos do período de internação - concepção adotada à época da entrada em vigor da Lei 8.069/1990 – não se mostra mais aceitável como resposta estatal face ao crescente aumento do número de atos infracionais graves e gravíssimos, resultando na sensação de impunidade e medo junto da população.

Neste contexto, a apresentação da proposição em análise tem por escopo adequar o prazo da medida sócio-educativa à realidade das grandes e pequenas cidades do país, eis que é flagrante o aumento do montante de atos infracionais, circunstância que evidencia a necessidade de endurecimento das reprimendas aos adolescentes.

A realidade diária demonstra que jovens ingressam na criminalidade conscientes da inimizabilidade, assumindo lideranças em organizações, fato que - por vezes - culmina na assunção de condutas ainda mais violentas do que as perpetradas por indivíduos com 18 anos ou mais, sem que se descarte o aliciamento desses jovens para autoria de atos equiparados a latrocínios, roubos, homicídios, estupro.

Por tais motivos, constitui medida de rigor reconhecer que o ECA, em vários pontos, mormente no que tange à necessidade do recrudescimento da punição, carece de atualização legislativa, pois a sociedade dos anos de 1990 não é mais a mesma, a postura e amadurecimento dos jovens não são mais os mesmos e, especialmente, é dever do legislador permanecer sensível às mudanças cotidianas e adotar medidas adequadas à proteção de bens jurídicos mais caros à sociedade, tais como vida, incolumidade física, liberdade, patrimônio.



SF/19592.06766-36

Ante o exposto, convidamos os nobres Pares a aprovar este importante Projeto de Lei que, certamente, contribuirá para o aperfeiçoamento do arcabouço normativo brasileiro relativamente à matéria e promoverá o resgate do exercício de direitos fundamentais assegurados em nossa Constituição.

Sala das Sessões, em

Senador FLÁVIO BOLSONARO
PSL-RJ



SF/19592.06766-36



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2169, DE 2019

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

AUTORIA: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- [Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
 - parágrafo 3º do artigo 121
 - parágrafo 5º do artigo 121



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e o PL nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) os Projetos de Lei (PLs) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida socio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

O PL nº 2.169, de 2019, é composto de dois artigos. O primeiro altera os §§ 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) para que: i) o prazo máximo de internação suba de três para sete anos; e ii) a liberação compulsória deixe de ocorrer aos

vinte e um anos e passe a ocorrer aos vinte e cinco anos de idade. O segundo artigo prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor destaca que a proposição responde ao clamor público por medidas eficazes no combate ao crime e no fortalecimento da segurança pública. Esses objetivos, para serem alcançados, envolveriam a urgente necessidade de tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores que entram na criminalidade cientes da proteção prevista no ECA, cujas disposições, segundo o autor, já não atendem adequadamente ao resguardo de bens jurídicos essenciais à sociedade, como a vida, a integridade física, a liberdade e o patrimônio.

O PL nº 3.030, de 2019, por sua vez, é composto de dois artigos. O primeiro artigo altera o art. 121 do ECA para fazer constar do *caput* que a internação tem como objetivos “a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar” e estabelecer como princípios a que se sujeita “a razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade.”

O primeiro artigo altera, ainda, os §§ 1º a 7º do art. 121 do ECA para, respectivamente: i) condicionar a determinação judicial que impede a realização de atividades externas pelo adolescente internado à oitiva do Ministério Público e da defesa; ii) estabelecer que a reavaliação da internação será realizada pelo juiz, ouvido o Ministério Público e a defesa, considerando o cumprimento das finalidades da medida, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional; iii) aumentar o prazo máximo de internação de três para cinco anos; iv) substituir o termo “adolescente” por “internado”; v) aumentar a idade de liberação compulsória de vinte e um para vinte e três anos de idade; vi) condicionar a desinternação à oitiva também da defesa; e vii) condicionar a revisão da determinação judicial que proíbe a realização de atividades externas à oitiva do Ministério Público e da defesa.

Ao final, o PL nº 3.030, de 2019, prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor argumenta que a atual sistemática das internações de adolescentes por atos infracionais não tem proporcionado

respostas eficazes. Entre as causas apontadas, destaca o prazo excessivamente curto de permanência no regime de internação, que seria insuficiente para a recuperação do adolescente e, muitas vezes, desproporcional à gravidade da infração cometida. Também é mencionada a necessidade de reavaliar o paradigma do instituto, atribuindo-lhe novos objetivos e princípios que estejam em consonância com a ordem constitucional e com uma abordagem mais adequada para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 676, de 2019, foi determinada a tramitação conjunta dos PLs nº 2.169, de 2019 e nº 3.030, de 2019, que foram distribuídos à análise da CDH e seguem, posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo relativas à proteção à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no tratamento dispensado ao adolescente em conflito com a lei.

De acordo com a legislação brasileira que regula a responsabilização de adolescentes e jovens, apenas os atos infracionais considerados mais graves, geralmente caracterizados por violência ou grave ameaça à pessoa, justificam a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Ocorre que há evidente desproporcionalidade entre a gravidade dos atos infracionais mais recorrentes entre adolescentes submetidos a medidas de restrição ou privação de liberdade e o tempo máximo de internação

atualmente permitido, que é de até três anos, com liberação compulsória ao atingir vinte e um anos de idade.

Nesse cenário, o prolongamento do prazo de internação para adolescentes em conflito com a lei, que é o foco das proposições em análise, é imprescindível e urgente para aprimorar a eficácia dessa medida socioeducativa, além de contribuir para a proteção social e para a diminuição da criminalidade.

A possibilidade de um período mais longo de internação oferece condições mais favoráveis à reabilitação do adolescente, permitindo a implementação efetiva de programas educacionais, terapêuticos e de capacitação profissional no âmbito do sistema socioeducativo. Essa ampliação contribui para aumentar a eficácia da medida socioeducativa, ao proporcionar tempo adequado para que o adolescente reflita sobre a gravidade de seus atos e receba o acompanhamento psicológico e pedagógico necessário à sua reinserção social. Com isso, ampliam-se as chances de reintegração e reduz-se a probabilidade de reincidência.

Além disso, um prazo maior de internação representa uma forma adicional de proteção à sociedade, ao evitar a liberação prematura de adolescentes que tenham cometido infrações graves e que ainda não apresentem sinais consistentes de recuperação. A medida também reforça a proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a resposta do sistema de justiça juvenil, consolidando a ideia de que infrações graves devem ter consequências efetivas.

Ademais, a extensão do tempo de internação favorece a adoção de um tratamento mais individualizado, permitindo uma avaliação aprofundada das circunstâncias do ato infracional e das necessidades específicas de cada adolescente. Isso viabiliza a aplicação de medidas mais adequadas e proporcionais, contribuindo para a efetividade da política socioeducativa e a garantia de uma resposta estatal proporcional ao impacto da infração na sociedade.

É importante ressaltar que a proposta não visa reformular os princípios ou as finalidades do sistema de justiça juvenil, mas apenas permitir que a medida de internação, nos termos já previstos pelo ECA, possa ser aplicada por um período mais condizente com a gravidade do ato infracional, respeitando as particularidades de cada caso. Nesse contexto, entendemos que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, apresenta-se como uma alternativa mais

eficaz do que o Projeto de Lei nº 3.030, de 2019, para alcançar os objetivos acima mencionados.

Consideramos, entretanto, que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, pode ser aperfeiçoado, de modo a ampliar sua efetividade e adequação às demandas atuais do sistema socioeducativo, alinhando a proposta às discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria.

Inicialmente, propomos dois aprimoramentos essenciais: a instituição da audiência de custódia para adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional e o ajuste do regime da internação provisória, com a substituição do prazo fixo de 45 dias por um critério de duração fundamentado na necessidade concreta, nos moldes da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

Defendemos que a legislação vigente, ao limitar a internação provisória de adolescentes a 45 dias, conforme o art. 108 do ECA, tem se mostrado insuficiente diante da gravidade de atos infracionais recorrentes, como homicídio, latrocínio e tráfico de drogas. Esse prazo rígido favorece a impunidade, dificulta a atuação das autoridades e contribui para a reincidência. A proposta de adequar esse regime ao modelo da prisão preventiva, visa assegurar proteção à sociedade e permitir uma resposta mais proporcional e eficaz do sistema de justiça juvenil.

Por outro lado, a realização de audiência de custódia em até 24 horas assegura controle judicial imediato da apreensão e prevenção de abusos, permitindo que adolescentes cuja liberdade represente risco concreto à ordem pública permaneçam sob custódia pelo tempo necessário, mediante fundamentação judicial.

No que se refere à ampliação do prazo máximo de internação, propomos que, ao invés de sete anos nos moldes propostos pelo PL nº 2.169, de 2019, passe a ser cinco anos, e, nos casos de atos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, seja de até dez anos, para que a medida seja proporcional e adequada à gravidade da infração cometida.

Em razão do aumento mencionado, incluímos também uma previsão específica para os casos em que o adolescente atingir a maioridade durante o cumprimento da medida socioeducativa. Nessa hipótese, o jovem deverá ser transferido para unidade própria, separada dos demais adolescentes e distinta dos estabelecimentos prisionais destinados a adultos. Essa medida

visa assegurar a continuidade das ações socioeducativas, bem como a preservação da integridade física e psicológica daqueles submetidos ao sistema de justiça juvenil.

Propomos, ainda, um conjunto de ajustes normativos voltados à racionalização e ao fortalecimento do sistema socioeducativo e penal, incluindo a ampliação do prazo de reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano; a supressão da limitação de até três meses de internação por descumprimento reiterado de medida imposta; a retirada da redução pela metade dos prazos prescricionais para agentes menores de 21 anos; e a elevação da idade de 70 para 75 anos como critério para atenuação de pena e redução da prescrição.

Além disso, propomos duas alterações centrais no ECA: a inclusão da previsão de que o prazo máximo de internação de até dez anos também se aplica aos atos infracionais que, em tese, correspondam a crimes hediondos ou equiparados, ainda que não envolvam violência ou grave ameaça; e o ajuste do inciso I do art. 122 para permitir a internação tanto nos casos de violência ou grave ameaça quanto nos atos análogos a crimes hediondos. Essas alterações são necessárias visto que, atualmente, o art. 122 restringe a internação a situações bastante restritas, o que impede sua aplicação imediata em infrações de altíssima gravidade sem violência física, como o tráfico de drogas, o que gera sensação de impunidade e favorece o recrutamento de adolescentes por organizações criminosas que se aproveitam do tratamento jurídico mais brando para envolvê-los em atividades ilícitas.

Em relação ao §5º do art. 121 do ECA, que prevê a extinção automática da medida socioeducativa ao atingir determinada faixa etária, mesmo quando ainda for necessária à reeducação do adolescente infrator, propomos, no substitutivo, a sua supressão. A exclusão protege a coletividade ao evitar o retorno prematuro de jovens infratores ao convívio social. A medida se alinha ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal, que deve ser entendido não apenas como a garantia individual do adolescente, mas também como dever do Estado de prevenir a reincidência e assegurar condições adequadas de segurança pública.

Por fim, o substitutivo propõe a correção de incongruência atualmente existente no Código Penal ao suprimir a atenuante da menoridade relativa para réus com menos de 21 anos na data do fato, por se tratar de previsão que remonta a um contexto histórico em que a maioridade era fixada aos 21 anos, conforme o Código Civil então vigente. Atualmente, com a

unificação da maioridade civil e penal aos 18 anos, idade a partir da qual se presume a plena capacidade de compreensão e autodeterminação, a manutenção dessa atenuante perdeu fundamento jurídico e social, perpetuando um benefício incompatível com o ordenamento vigente. Sua extinção reforça a coerência normativa e assegura tratamento igualitário a todos os imputáveis, em consonância com o princípio da proporcionalidade.

Complementarmente, o texto também adequa a redação dos arts. 65 e 115 do Código Penal à Lei nº 15.160, de 3 de julho de 2025, que estabeleceu exceções à aplicação da atenuante e à redução do prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Em suma, o substitutivo proposto busca conciliar a proteção integral do adolescente com o direito da sociedade à segurança pública, diante do aumento da criminalidade juvenil e da percepção de impunidade associada à legislação atual. Desse modo, consolida discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria e reforça a legitimidade do sistema de justiça juvenil e a confiança da população nas instituições.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **prejudicialidade** do PL nº 3.030, de 2019, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 2.169, DE 2019

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 106.** O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente e, em seguida, apresentado ao Ministério Público.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas da apreensão, o adolescente deverá ser obrigatoriamente apresentado à autoridade judicial competente, em audiência de custódia, com a presença do Ministério Público e de seu defensor.

§ 2º Na audiência de custódia, o juiz decidirá sobre a legalidade da apreensão, verificará a ocorrência de maus-tratos ou violência e apreciará a necessidade de manutenção da internação provisória ou de liberação imediata.

§ 3º Constatada qualquer ilegalidade ou abuso na apreensão, a autoridade judicial determinará o imediato relaxamento da medida, com comunicação ao Ministério Público para as providências cabíveis.

§ 4º O não encaminhamento do adolescente à audiência de custódia no prazo legal acarretará sua imediata liberação, sem prejuízo da apuração da responsabilidade da autoridade que deu causa ao descumprimento.

§ 5º Se o juiz verificar que o adolescente é reincidente ou que porta arma de fogo ou simulacro, deverá denegar a liberação.

§ 6º Se o juiz identificar fundado receio de conduta infracional habitual, considerando a existência de outros procedimentos de apuração de ato infracional em curso, ou se o adolescente já tiver sido liberado por outra infração, ainda que de natureza diversa, no período de até 2 (dois) anos anteriores à data da nova apreensão, deverá denegar a liberação.” (NR)

“**Art. 108.** A internação, antes da sentença, somente poderá ser determinada pela autoridade judicial, mediante decisão fundamentada, quando presentes elementos que evidenciem a necessidade da medida para:

- I – garantia da ordem pública;
- II – conveniência da instrução processual;
- III – assegurar a aplicação da lei; ou
- IV- prevenir a prática reiterada de condutas infracionais.

§ 1º.....

§ 2º Decretada a internação, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a internação ilegal.

§ 3º A internação provisória não terá prazo máximo predeterminado, perdurando enquanto subsistirem os motivos que a justificaram, devendo o juiz, em qualquer hipótese, fundamentar expressamente sua manutenção.

§ 4º A internação provisória somente poderá ser determinada após a realização da audiência de custódia, assegurada a ampla defesa e a participação do Ministério Público.” (NR)

“**Art. 108-A.** A audiência de custódia terá por finalidade assegurar o controle judicial imediato da legalidade da apreensão do adolescente, bem como a análise da necessidade da internação provisória ou de liberação imediata, em consonância com o princípio da prioridade absoluta e da excepcionalidade da privação de liberdade.

Parágrafo único. Verificada a prática reiterada de condutas infracionais, o juiz poderá determinar a internação provisória do adolescente.” (NR)

“**Art. 121.** A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

.....

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, a cada ano.

§ 3º O prazo máximo de internação será de 5 (cinco) anos, ressalvados os casos dos § 3º-A deste artigo.

§ 3º-A. Em caso de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado, o prazo de internação será de no máximo 10 (dez) anos.

§ 4º Atingidos os limites estabelecidos nos parágrafos anteriores, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º O adolescente que atingir a maioridade durante o cumprimento de medida socioeducativa deverá ser transferido para unidade específica e separada dos demais adolescentes, distinta de estabelecimentos prisionais destinados a adultos, garantindo-se a continuidade das ações socioeducativas e preservação de sua integridade física e psicológica.

.....” (NR)

“Art. 122.

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado.

.....” (NR)

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65

I - ser o agente maior de 75 (setenta e cinco) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;

.....” (NR)

“Art. 115. É reduzido de metade o prazo da prescrição quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 75 (setenta e cinco) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.” (NR)

Art. 3º Revoga-se o § 1º do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Dê-se aos parágrafos 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 a seguinte redação:

“**Art. 121**.....

§ 3º O período máximo de internação não excederá a 07 (sete) anos.

.....

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e cinco anos de idade.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Não obstante o tema objeto desta proposição ser suscetível de gerar acirrados debates e polêmicas, seja no Parlamento, seja na sociedade e nas mídias, o enfrentamento da questão deve considerar o cotidiano das diversas regiões do país, posto que o clamor público reivindica medidas efetivas de combate ao crime e fortalecimento da segurança pública.

Ainda que se argumente que a majoração do lapso temporal das reprimendas não resolverá de imediato o problema da violência, o viés puramente ideológico não deve prevalecer ante à imprescindível necessidade de reformas para tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores.

A alteração do prazo da medida sócio-educativa de internação de adolescentes encontra-se associada à ideia de que, ainda que os jovens estejam em processo de construção de identidade, nos dias atuais a capacidade de desenvolver valores e compreender a realidade ao entorno é adquirida cada vez mais precocemente, eis que existe total franqueamento de toda sorte de tecnologias, além da globalização, o que favorece desenvolvimento e estímulos cada vez mais prematuros.

A manutenção do prazo de 03 anos do período de internação - concepção adotada à época da entrada em vigor da Lei 8.069/1990 – não se mostra mais aceitável como resposta estatal face ao crescente aumento do número de atos infracionais graves e gravíssimos, resultando na sensação de impunidade e medo junto da população.

Neste contexto, a apresentação da proposição em análise tem por escopo adequar o prazo da medida sócio-educativa à realidade das grandes e pequenas cidades do país, eis que é flagrante o aumento do montante de atos infracionais, circunstância que evidencia a necessidade de endurecimento das reprimendas aos adolescentes.

A realidade diária demonstra que jovens ingressam na criminalidade conscientes da inimizabilidade, assumindo lideranças em organizações, fato que - por vezes - culmina na assunção de condutas ainda mais violentas do que as perpetradas por indivíduos com 18 anos ou mais, sem que se descarte o aliciamento desses jovens para autoria de atos equiparados a latrocínios, roubos, homicídios, estupro.

Por tais motivos, constitui medida de rigor reconhecer que o ECA, em vários pontos, mormente no que tange à necessidade do recrudescimento da punição, carece de atualização legislativa, pois a sociedade dos anos de 1990 não é mais a mesma, a postura e amadurecimento dos jovens não são mais os mesmos e, especialmente, é dever do legislador permanecer sensível às mudanças cotidianas e adotar medidas adequadas à proteção de bens jurídicos mais caros à sociedade, tais como vida, incolumidade física, liberdade, patrimônio.



SF/19592.06766-36

Ante o exposto, convidamos os nobres Pares a aprovar este importante Projeto de Lei que, certamente, contribuirá para o aperfeiçoamento do arcabouço normativo brasileiro relativamente à matéria e promoverá o resgate do exercício de direitos fundamentais assegurados em nossa Constituição.

Sala das Sessões, em

Senador FLÁVIO BOLSONARO
PSL-RJ



SF/19592.06766-36



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2169, DE 2019

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

AUTORIA: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- [Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
 - parágrafo 3º do artigo 121
 - parágrafo 5º do artigo 121



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e o PL nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) os Projetos de Lei (PLs) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida socio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

O PL nº 2.169, de 2019, é composto de dois artigos. O primeiro altera os §§ 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) para que: i) o prazo máximo de internação suba de três para sete anos; e ii) a liberação compulsória deixe de ocorrer aos

vinte e um anos e passe a ocorrer aos vinte e cinco anos de idade. O segundo artigo prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor destaca que a proposição responde ao clamor público por medidas eficazes no combate ao crime e no fortalecimento da segurança pública. Esses objetivos, para serem alcançados, envolveriam a urgente necessidade de tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores que entram na criminalidade cientes da proteção prevista no ECA, cujas disposições, segundo o autor, já não atendem adequadamente ao resguardo de bens jurídicos essenciais à sociedade, como a vida, a integridade física, a liberdade e o patrimônio.

O PL nº 3.030, de 2019, por sua vez, é composto de dois artigos. O primeiro artigo altera o art. 121 do ECA para fazer constar do *caput* que a internação tem como objetivos “a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar” e estabelecer como princípios a que se sujeita “a razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade.”

O primeiro artigo altera, ainda, os §§ 1º a 7º do art. 121 do ECA para, respectivamente: i) condicionar a determinação judicial que impede a realização de atividades externas pelo adolescente internado à oitiva do Ministério Público e da defesa; ii) estabelecer que a reavaliação da internação será realizada pelo juiz, ouvido o Ministério Público e a defesa, considerando o cumprimento das finalidades da medida, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional; iii) aumentar o prazo máximo de internação de três para cinco anos; iv) substituir o termo “adolescente” por “internado”; v) aumentar a idade de liberação compulsória de vinte e um para vinte e três anos de idade; vi) condicionar a desinternação à oitiva também da defesa; e vii) condicionar a revisão da determinação judicial que proíbe a realização de atividades externas à oitiva do Ministério Público e da defesa.

Ao final, o PL nº 3.030, de 2019, prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor argumenta que a atual sistemática das internações de adolescentes por atos infracionais não tem proporcionado

respostas eficazes. Entre as causas apontadas, destaca o prazo excessivamente curto de permanência no regime de internação, que seria insuficiente para a recuperação do adolescente e, muitas vezes, desproporcional à gravidade da infração cometida. Também é mencionada a necessidade de reavaliar o paradigma do instituto, atribuindo-lhe novos objetivos e princípios que estejam em consonância com a ordem constitucional e com uma abordagem mais adequada para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 676, de 2019, foi determinada a tramitação conjunta dos PLs nº 2.169, de 2019 e nº 3.030, de 2019, que foram distribuídos à análise da CDH e seguem, posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo relativas à proteção à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no tratamento dispensado ao adolescente em conflito com a lei.

De acordo com a legislação brasileira que regula a responsabilização de adolescentes e jovens, apenas os atos infracionais considerados mais graves, geralmente caracterizados por violência ou grave ameaça à pessoa, justificam a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Ocorre que há evidente desproporcionalidade entre a gravidade dos atos infracionais mais recorrentes entre adolescentes submetidos a medidas de restrição ou privação de liberdade e o tempo máximo de internação

atualmente permitido, que é de até três anos, com liberação compulsória ao atingir vinte e um anos de idade.

Nesse cenário, o prolongamento do prazo de internação para adolescentes em conflito com a lei, que é o foco das proposições em análise, é imprescindível e urgente para aprimorar a eficácia dessa medida socioeducativa, além de contribuir para a proteção social e para a diminuição da criminalidade.

A possibilidade de um período mais longo de internação oferece condições mais favoráveis à reabilitação do adolescente, permitindo a implementação efetiva de programas educacionais, terapêuticos e de capacitação profissional no âmbito do sistema socioeducativo. Essa ampliação contribui para aumentar a eficácia da medida socioeducativa, ao proporcionar tempo adequado para que o adolescente reflita sobre a gravidade de seus atos e receba o acompanhamento psicológico e pedagógico necessário à sua reinserção social. Com isso, ampliam-se as chances de reintegração e reduz-se a probabilidade de reincidência.

Além disso, um prazo maior de internação representa uma forma adicional de proteção à sociedade, ao evitar a liberação prematura de adolescentes que tenham cometido infrações graves e que ainda não apresentem sinais consistentes de recuperação. A medida também reforça a proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a resposta do sistema de justiça juvenil, consolidando a ideia de que infrações graves devem ter consequências efetivas.

Ademais, a extensão do tempo de internação favorece a adoção de um tratamento mais individualizado, permitindo uma avaliação aprofundada das circunstâncias do ato infracional e das necessidades específicas de cada adolescente. Isso viabiliza a aplicação de medidas mais adequadas e proporcionais, contribuindo para a efetividade da política socioeducativa e a garantia de uma resposta estatal proporcional ao impacto da infração na sociedade.

É importante ressaltar que a proposta não visa reformular os princípios ou as finalidades do sistema de justiça juvenil, mas apenas permitir que a medida de internação, nos termos já previstos pelo ECA, possa ser aplicada por um período mais condizente com a gravidade do ato infracional, respeitando as particularidades de cada caso. Nesse contexto, entendemos que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, apresenta-se como uma alternativa mais

eficaz do que o Projeto de Lei nº 3.030, de 2019, para alcançar os objetivos acima mencionados.

Consideramos, entretanto, que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, pode ser aperfeiçoado, de modo a ampliar sua efetividade e adequação às demandas atuais do sistema socioeducativo, alinhando a proposta às discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria.

Inicialmente, propomos dois aprimoramentos essenciais: a instituição da audiência de custódia para adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional e o ajuste do regime da internação provisória, com a substituição do prazo fixo de 45 dias por um critério de duração fundamentado na necessidade concreta, nos moldes da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

Defendemos que a legislação vigente, ao limitar a internação provisória de adolescentes a 45 dias, conforme o art. 108 do ECA, tem se mostrado insuficiente diante da gravidade de atos infracionais recorrentes, como homicídio, latrocínio e tráfico de drogas. Esse prazo rígido favorece a impunidade, dificulta a atuação das autoridades e contribui para a reincidência. A proposta de adequar esse regime ao modelo da prisão preventiva, visa assegurar proteção à sociedade e permitir uma resposta mais proporcional e eficaz do sistema de justiça juvenil.

Por outro lado, a realização de audiência de custódia em até 24 horas assegura controle judicial imediato da apreensão e prevenção de abusos, permitindo que adolescentes cuja liberdade represente risco concreto à ordem pública permaneçam sob custódia pelo tempo necessário, mediante fundamentação judicial.

No que se refere à ampliação do prazo máximo de internação, propomos que, ao invés de sete anos nos moldes propostos pelo PL nº 2.169, de 2019, passe a ser cinco anos, e, nos casos de atos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, seja de até dez anos, para que a medida seja proporcional e adequada à gravidade da infração cometida.

Em razão do aumento mencionado, incluímos também uma previsão específica para os casos em que o adolescente atingir a maioridade durante o cumprimento da medida socioeducativa. Nessa hipótese, o jovem deverá ser transferido para unidade própria, separada dos demais adolescentes e distinta dos estabelecimentos prisionais destinados a adultos. Essa medida

visa assegurar a continuidade das ações socioeducativas, bem como a preservação da integridade física e psicológica daqueles submetidos ao sistema de justiça juvenil.

Propomos, ainda, um conjunto de ajustes normativos voltados à racionalização e ao fortalecimento do sistema socioeducativo e penal, incluindo a ampliação do prazo de reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano; a supressão da limitação de até três meses de internação por descumprimento reiterado de medida imposta; a retirada da redução pela metade dos prazos prescricionais para agentes menores de 21 anos; e a elevação da idade de 70 para 75 anos como critério para atenuação de pena e redução da prescrição.

Além disso, propomos duas alterações centrais no ECA: a inclusão da previsão de que o prazo máximo de internação de até dez anos também se aplica aos atos infracionais que, em tese, correspondam a crimes hediondos ou equiparados, ainda que não envolvam violência ou grave ameaça; e o ajuste do inciso I do art. 122 para permitir a internação tanto nos casos de violência ou grave ameaça quanto nos atos análogos a crimes hediondos. Essas alterações são necessárias visto que, atualmente, o art. 122 restringe a internação a situações bastante restritas, o que impede sua aplicação imediata em infrações de altíssima gravidade sem violência física, como o tráfico de drogas, o que gera sensação de impunidade e favorece o recrutamento de adolescentes por organizações criminosas que se aproveitam do tratamento jurídico mais brando para envolvê-los em atividades ilícitas.

Em relação ao §5º do art. 121 do ECA, que prevê a extinção automática da medida socioeducativa ao atingir determinada faixa etária, mesmo quando ainda for necessária à reeducação do adolescente infrator, propomos, no substitutivo, a sua supressão. A exclusão protege a coletividade ao evitar o retorno prematuro de jovens infratores ao convívio social. A medida se alinha ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal, que deve ser entendido não apenas como a garantia individual do adolescente, mas também como dever do Estado de prevenir a reincidência e assegurar condições adequadas de segurança pública.

Por fim, o substitutivo propõe a correção de incongruência atualmente existente no Código Penal ao suprimir a atenuante da menoridade relativa para réus com menos de 21 anos na data do fato, por se tratar de previsão que remonta a um contexto histórico em que a maioridade era fixada aos 21 anos, conforme o Código Civil então vigente. Atualmente, com a

unificação da maioridade civil e penal aos 18 anos, idade a partir da qual se presume a plena capacidade de compreensão e autodeterminação, a manutenção dessa atenuante perdeu fundamento jurídico e social, perpetuando um benefício incompatível com o ordenamento vigente. Sua extinção reforça a coerência normativa e assegura tratamento igualitário a todos os imputáveis, em consonância com o princípio da proporcionalidade.

Complementarmente, o texto também adequa a redação dos arts. 65 e 115 do Código Penal à Lei nº 15.160, de 3 de julho de 2025, que estabeleceu exceções à aplicação da atenuante e à redução do prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Em suma, o substitutivo proposto busca conciliar a proteção integral do adolescente com o direito da sociedade à segurança pública, diante do aumento da criminalidade juvenil e da percepção de impunidade associada à legislação atual. Desse modo, consolida discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria e reforça a legitimidade do sistema de justiça juvenil e a confiança da população nas instituições.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **prejudicialidade** do PL nº 3.030, de 2019, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 2.169, DE 2019

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 106.** O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente e, em seguida, apresentado ao Ministério Público.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas da apreensão, o adolescente deverá ser obrigatoriamente apresentado à autoridade judicial competente, em audiência de custódia, com a presença do Ministério Público e de seu defensor.

§ 2º Na audiência de custódia, o juiz decidirá sobre a legalidade da apreensão, verificará a ocorrência de maus-tratos ou violência e apreciará a necessidade de manutenção da internação provisória ou de liberação imediata.

§ 3º Constatada qualquer ilegalidade ou abuso na apreensão, a autoridade judicial determinará o imediato relaxamento da medida, com comunicação ao Ministério Público para as providências cabíveis.

§ 4º O não encaminhamento do adolescente à audiência de custódia no prazo legal acarretará sua imediata liberação, sem prejuízo da apuração da responsabilidade da autoridade que deu causa ao descumprimento.

§ 5º Se o juiz verificar que o adolescente é reincidente ou que porta arma de fogo ou simulacro, deverá denegar a liberação.

§ 6º Se o juiz identificar fundado receio de conduta infracional habitual, considerando a existência de outros procedimentos de apuração de ato infracional em curso, ou se o adolescente já tiver sido liberado por outra infração, ainda que de natureza diversa, no período de até 2 (dois) anos anteriores à data da nova apreensão, deverá denegar a liberação.” (NR)

“**Art. 108.** A internação, antes da sentença, somente poderá ser determinada pela autoridade judicial, mediante decisão fundamentada, quando presentes elementos que evidenciem a necessidade da medida para:

- I – garantia da ordem pública;
- II – conveniência da instrução processual;
- III – assegurar a aplicação da lei; ou
- IV- prevenir a prática reiterada de condutas infracionais.

§ 1º.....

§ 2º Decretada a internação, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a internação ilegal.

§ 3º A internação provisória não terá prazo máximo predeterminado, perdurando enquanto subsistirem os motivos que a justificaram, devendo o juiz, em qualquer hipótese, fundamentar expressamente sua manutenção.

§ 4º A internação provisória somente poderá ser determinada após a realização da audiência de custódia, assegurada a ampla defesa e a participação do Ministério Público.” (NR)

“**Art. 108-A.** A audiência de custódia terá por finalidade assegurar o controle judicial imediato da legalidade da apreensão do adolescente, bem como a análise da necessidade da internação provisória ou de liberação imediata, em consonância com o princípio da prioridade absoluta e da excepcionalidade da privação de liberdade.

Parágrafo único. Verificada a prática reiterada de condutas infracionais, o juiz poderá determinar a internação provisória do adolescente.” (NR)

“**Art. 121.** A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

.....

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, a cada ano.

§ 3º O prazo máximo de internação será de 5 (cinco) anos, ressalvados os casos dos § 3º-A deste artigo.

§ 3º-A. Em caso de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado, o prazo de internação será de no máximo 10 (dez) anos.

§ 4º Atingidos os limites estabelecidos nos parágrafos anteriores, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º O adolescente que atingir a maioridade durante o cumprimento de medida socioeducativa deverá ser transferido para unidade específica e separada dos demais adolescentes, distinta de estabelecimentos prisionais destinados a adultos, garantindo-se a continuidade das ações socioeducativas e preservação de sua integridade física e psicológica.

.....” (NR)

“Art. 122.

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado.

.....” (NR)

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65

I - ser o agente maior de 75 (setenta e cinco) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;

.....” (NR)

“Art. 115. É reduzido de metade o prazo da prescrição quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 75 (setenta e cinco) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.” (NR)

Art. 3º Revoga-se o § 1º do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

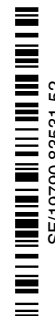
Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 121** A internação constitui medida privativa da liberdade, cujos objetivos são a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar, sujeita aos princípios da razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade.

§1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

§2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada pelo juiz, mediante decisão fundamentada, ouvido o Ministério Público e a defesa, no máximo a cada seis meses e considerando o cumprimento das finalidades do *caput*, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional.

§3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a cinco anos.

§4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o internado deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§5º A liberação será compulsória aos vinte e três anos de idade.

§6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público e a defesa.

§7º A determinação judicial mencionada no §1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária, ouvidos o Ministério Público e a defesa. ”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A sistemática atualmente vigente das internações de adolescentes pela prática de ato infracional não tem dado uma resposta eficiente aos anseios sociais nem às necessidades de recuperação do adolescente em conflito com a Lei.

Um dos pontos chaves consiste no tempo extremamente curto que o adolescente passará no regime de internação. Há numerosos casos de atos infracionais análogos a crimes gravíssimos, tais como estupros e homicídios bárbaros, em que um indivíduo de 17 anos passa apenas 1 ano internado e é liberado.



SF/19790.83531-52

Não há, portanto, razoabilidade no tempo de internação e mesmo quando estabelecido em seu grau máximo de três anos, em muitos casos tal lapso não é suficiente para a recuperação do adolescente, nem proporcional à gravidade de sua conduta.

Há um claro estímulo à prática de atos infracionais pela juventude. Muitos e muitos deles, ao serem presos, falam não se preocupar, pois ficarão internados por pouquíssimo tempo. Para verificar isso, sugiro aos senhores Parlamentares que se dirijam às Delegacias da Criança e do Adolescente de seus Estados e questionem aos policiais se já não ouviram tal afirmação. Não haverá uma unidade da federação que não tenha a mesma resposta. Assim, o Poder Legislativo não pode ficar inerte diante de uma situação que merece reforma.

Desse modo, entendo como razoável a fixação de prazo máximo de internação de 5 anos, deixando sem previsão específica de prazo mínimo, o qual será definido pelo juiz do caso concreto, assim como já consta da redação atualmente em vigor.

Nesse aspecto, o novo prazo máximo irá viabilizar ao judiciário uma melhor solução para casos em que a recuperação do adolescente levará mais tempo. De igual modo, irá também dar uma melhor resposta aos anseios sociais por Justiça.

Todavia, talvez o ponto mais importante do projeto seja a mudança de paradigma acerca do instituto quando fixados novos objetivos



SF/19790.83531-52

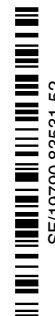
para a medida: “a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar.”

Nota-se que a nova disposição humaniza o instituto e melhor se coaduna com a ordem constitucional e a disciplina ideal do tratamento de adolescentes em conflito com a Lei.

Sob outra ótica, a fixação expressa de novos princípios também atende à constitucionalidade ao dizer que a medida se sujeita aos “princípios da razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade”.

Inova-se, também, na disposição de que o juiz levará em conta os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional para a fixação do prazo de internação, que continuará a ser reavaliado a cada 6 meses.

Por fim, nota-se que o presente projeto também propicia ao Ministério Público e à defesa que se manifestem em todos os momentos em que houver decisão a respeito da internação, o que não consta na redação atualmente vigente. Desse modo, prestigia-se o contraditório em todas as questões atinentes à internação.



SF/19790.83531-52

Ante o exposto, peço o apoio dos ilustres Pares para aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3030, DE 2019

Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:1990;9069](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;9069)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;9069>



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e o PL nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) os Projetos de Lei (PLs) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida socio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

O PL nº 2.169, de 2019, é composto de dois artigos. O primeiro altera os §§ 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) para que: i) o prazo máximo de internação suba de três para sete anos; e ii) a liberação compulsória deixe de ocorrer aos

vinte e um anos e passe a ocorrer aos vinte e cinco anos de idade. O segundo artigo prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor destaca que a proposição responde ao clamor público por medidas eficazes no combate ao crime e no fortalecimento da segurança pública. Esses objetivos, para serem alcançados, envolveriam a urgente necessidade de tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores que entram na criminalidade cientes da proteção prevista no ECA, cujas disposições, segundo o autor, já não atendem adequadamente ao resguardo de bens jurídicos essenciais à sociedade, como a vida, a integridade física, a liberdade e o patrimônio.

O PL nº 3.030, de 2019, por sua vez, é composto de dois artigos. O primeiro artigo altera o art. 121 do ECA para fazer constar do *caput* que a internação tem como objetivos “a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar” e estabelecer como princípios a que se sujeita “a razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade.”

O primeiro artigo altera, ainda, os §§ 1º a 7º do art. 121 do ECA para, respectivamente: i) condicionar a determinação judicial que impede a realização de atividades externas pelo adolescente internado à oitiva do Ministério Público e da defesa; ii) estabelecer que a reavaliação da internação será realizada pelo juiz, ouvido o Ministério Público e a defesa, considerando o cumprimento das finalidades da medida, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional; iii) aumentar o prazo máximo de internação de três para cinco anos; iv) substituir o termo “adolescente” por “internado”; v) aumentar a idade de liberação compulsória de vinte e um para vinte e três anos de idade; vi) condicionar a desinternação à oitiva também da defesa; e vii) condicionar a revisão da determinação judicial que proíbe a realização de atividades externas à oitiva do Ministério Público e da defesa.

Ao final, o PL nº 3.030, de 2019, prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor argumenta que a atual sistemática das internações de adolescentes por atos infracionais não tem proporcionado

respostas eficazes. Entre as causas apontadas, destaca o prazo excessivamente curto de permanência no regime de internação, que seria insuficiente para a recuperação do adolescente e, muitas vezes, desproporcional à gravidade da infração cometida. Também é mencionada a necessidade de reavaliar o paradigma do instituto, atribuindo-lhe novos objetivos e princípios que estejam em consonância com a ordem constitucional e com uma abordagem mais adequada para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 676, de 2019, foi determinada a tramitação conjunta dos PLs nº 2.169, de 2019 e nº 3.030, de 2019, que foram distribuídos à análise da CDH e seguem, posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo relativas à proteção à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no tratamento dispensado ao adolescente em conflito com a lei.

De acordo com a legislação brasileira que regula a responsabilização de adolescentes e jovens, apenas os atos infracionais considerados mais graves, geralmente caracterizados por violência ou grave ameaça à pessoa, justificam a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Ocorre que há evidente desproporcionalidade entre a gravidade dos atos infracionais mais recorrentes entre adolescentes submetidos a medidas de restrição ou privação de liberdade e o tempo máximo de internação

atualmente permitido, que é de até três anos, com liberação compulsória ao atingir vinte e um anos de idade.

Nesse cenário, o prolongamento do prazo de internação para adolescentes em conflito com a lei, que é o foco das proposições em análise, é imprescindível e urgente para aprimorar a eficácia dessa medida socioeducativa, além de contribuir para a proteção social e para a diminuição da criminalidade.

A possibilidade de um período mais longo de internação oferece condições mais favoráveis à reabilitação do adolescente, permitindo a implementação efetiva de programas educacionais, terapêuticos e de capacitação profissional no âmbito do sistema socioeducativo. Essa ampliação contribui para aumentar a eficácia da medida socioeducativa, ao proporcionar tempo adequado para que o adolescente reflita sobre a gravidade de seus atos e receba o acompanhamento psicológico e pedagógico necessário à sua reinserção social. Com isso, ampliam-se as chances de reintegração e reduz-se a probabilidade de reincidência.

Além disso, um prazo maior de internação representa uma forma adicional de proteção à sociedade, ao evitar a liberação prematura de adolescentes que tenham cometido infrações graves e que ainda não apresentem sinais consistentes de recuperação. A medida também reforça a proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a resposta do sistema de justiça juvenil, consolidando a ideia de que infrações graves devem ter consequências efetivas.

Ademais, a extensão do tempo de internação favorece a adoção de um tratamento mais individualizado, permitindo uma avaliação aprofundada das circunstâncias do ato infracional e das necessidades específicas de cada adolescente. Isso viabiliza a aplicação de medidas mais adequadas e proporcionais, contribuindo para a efetividade da política socioeducativa e a garantia de uma resposta estatal proporcional ao impacto da infração na sociedade.

É importante ressaltar que a proposta não visa reformular os princípios ou as finalidades do sistema de justiça juvenil, mas apenas permitir que a medida de internação, nos termos já previstos pelo ECA, possa ser aplicada por um período mais condizente com a gravidade do ato infracional, respeitando as particularidades de cada caso. Nesse contexto, entendemos que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, apresenta-se como uma alternativa mais

eficaz do que o Projeto de Lei nº 3.030, de 2019, para alcançar os objetivos acima mencionados.

Consideramos, entretanto, que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, pode ser aperfeiçoado, de modo a ampliar sua efetividade e adequação às demandas atuais do sistema socioeducativo, alinhando a proposta às discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria.

Inicialmente, propomos dois aprimoramentos essenciais: a instituição da audiência de custódia para adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional e o ajuste do regime da internação provisória, com a substituição do prazo fixo de 45 dias por um critério de duração fundamentado na necessidade concreta, nos moldes da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

Defendemos que a legislação vigente, ao limitar a internação provisória de adolescentes a 45 dias, conforme o art. 108 do ECA, tem se mostrado insuficiente diante da gravidade de atos infracionais recorrentes, como homicídio, latrocínio e tráfico de drogas. Esse prazo rígido favorece a impunidade, dificulta a atuação das autoridades e contribui para a reincidência. A proposta de adequar esse regime ao modelo da prisão preventiva, visa assegurar proteção à sociedade e permitir uma resposta mais proporcional e eficaz do sistema de justiça juvenil.

Por outro lado, a realização de audiência de custódia em até 24 horas assegura controle judicial imediato da apreensão e prevenção de abusos, permitindo que adolescentes cuja liberdade represente risco concreto à ordem pública permaneçam sob custódia pelo tempo necessário, mediante fundamentação judicial.

No que se refere à ampliação do prazo máximo de internação, propomos que, ao invés de sete anos nos moldes propostos pelo PL nº 2.169, de 2019, passe a ser cinco anos, e, nos casos de atos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, seja de até dez anos, para que a medida seja proporcional e adequada à gravidade da infração cometida.

Em razão do aumento mencionado, incluímos também uma previsão específica para os casos em que o adolescente atingir a maioridade durante o cumprimento da medida socioeducativa. Nessa hipótese, o jovem deverá ser transferido para unidade própria, separada dos demais adolescentes e distinta dos estabelecimentos prisionais destinados a adultos. Essa medida

visa assegurar a continuidade das ações socioeducativas, bem como a preservação da integridade física e psicológica daqueles submetidos ao sistema de justiça juvenil.

Propomos, ainda, um conjunto de ajustes normativos voltados à racionalização e ao fortalecimento do sistema socioeducativo e penal, incluindo a ampliação do prazo de reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano; a supressão da limitação de até três meses de internação por descumprimento reiterado de medida imposta; a retirada da redução pela metade dos prazos prescricionais para agentes menores de 21 anos; e a elevação da idade de 70 para 75 anos como critério para atenuação de pena e redução da prescrição.

Além disso, propomos duas alterações centrais no ECA: a inclusão da previsão de que o prazo máximo de internação de até dez anos também se aplica aos atos infracionais que, em tese, correspondam a crimes hediondos ou equiparados, ainda que não envolvam violência ou grave ameaça; e o ajuste do inciso I do art. 122 para permitir a internação tanto nos casos de violência ou grave ameaça quanto nos atos análogos a crimes hediondos. Essas alterações são necessárias visto que, atualmente, o art. 122 restringe a internação a situações bastante restritas, o que impede sua aplicação imediata em infrações de altíssima gravidade sem violência física, como o tráfico de drogas, o que gera sensação de impunidade e favorece o recrutamento de adolescentes por organizações criminosas que se aproveitam do tratamento jurídico mais brando para envolvê-los em atividades ilícitas.

Em relação ao §5º do art. 121 do ECA, que prevê a extinção automática da medida socioeducativa ao atingir determinada faixa etária, mesmo quando ainda for necessária à reeducação do adolescente infrator, propomos, no substitutivo, a sua supressão. A exclusão protege a coletividade ao evitar o retorno prematuro de jovens infratores ao convívio social. A medida se alinha ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal, que deve ser entendido não apenas como a garantia individual do adolescente, mas também como dever do Estado de prevenir a reincidência e assegurar condições adequadas de segurança pública.

Por fim, o substitutivo propõe a correção de incongruência atualmente existente no Código Penal ao suprimir a atenuante da menoridade relativa para réus com menos de 21 anos na data do fato, por se tratar de previsão que remonta a um contexto histórico em que a maioridade era fixada aos 21 anos, conforme o Código Civil então vigente. Atualmente, com a

unificação da maioridade civil e penal aos 18 anos, idade a partir da qual se presume a plena capacidade de compreensão e autodeterminação, a manutenção dessa atenuante perdeu fundamento jurídico e social, perpetuando um benefício incompatível com o ordenamento vigente. Sua extinção reforça a coerência normativa e assegura tratamento igualitário a todos os imputáveis, em consonância com o princípio da proporcionalidade.

Complementarmente, o texto também adequa a redação dos arts. 65 e 115 do Código Penal à Lei nº 15.160, de 3 de julho de 2025, que estabeleceu exceções à aplicação da atenuante e à redução do prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Em suma, o substitutivo proposto busca conciliar a proteção integral do adolescente com o direito da sociedade à segurança pública, diante do aumento da criminalidade juvenil e da percepção de impunidade associada à legislação atual. Desse modo, consolida discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria e reforça a legitimidade do sistema de justiça juvenil e a confiança da população nas instituições.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **prejudicialidade** do PL nº 3.030, de 2019, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 2.169, DE 2019

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 106.** O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente e, em seguida, apresentado ao Ministério Público.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas da apreensão, o adolescente deverá ser obrigatoriamente apresentado à autoridade judicial competente, em audiência de custódia, com a presença do Ministério Público e de seu defensor.

§ 2º Na audiência de custódia, o juiz decidirá sobre a legalidade da apreensão, verificará a ocorrência de maus-tratos ou violência e apreciará a necessidade de manutenção da internação provisória ou de liberação imediata.

§ 3º Constatada qualquer ilegalidade ou abuso na apreensão, a autoridade judicial determinará o imediato relaxamento da medida, com comunicação ao Ministério Público para as providências cabíveis.

§ 4º O não encaminhamento do adolescente à audiência de custódia no prazo legal acarretará sua imediata liberação, sem prejuízo da apuração da responsabilidade da autoridade que deu causa ao descumprimento.

§ 5º Se o juiz verificar que o adolescente é reincidente ou que porta arma de fogo ou simulacro, deverá denegar a liberação.

§ 6º Se o juiz identificar fundado receio de conduta infracional habitual, considerando a existência de outros procedimentos de apuração de ato infracional em curso, ou se o adolescente já tiver sido liberado por outra infração, ainda que de natureza diversa, no período de até 2 (dois) anos anteriores à data da nova apreensão, deverá denegar a liberação.” (NR)

“**Art. 108.** A internação, antes da sentença, somente poderá ser determinada pela autoridade judicial, mediante decisão fundamentada, quando presentes elementos que evidenciem a necessidade da medida para:

- I – garantia da ordem pública;
- II – conveniência da instrução processual;
- III – assegurar a aplicação da lei; ou
- IV- prevenir a prática reiterada de condutas infracionais.

§ 1º.....

§ 2º Decretada a internação, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a internação ilegal.

§ 3º A internação provisória não terá prazo máximo predeterminado, perdurando enquanto subsistirem os motivos que a justificaram, devendo o juiz, em qualquer hipótese, fundamentar expressamente sua manutenção.

§ 4º A internação provisória somente poderá ser determinada após a realização da audiência de custódia, assegurada a ampla defesa e a participação do Ministério Público.” (NR)

“**Art. 108-A.** A audiência de custódia terá por finalidade assegurar o controle judicial imediato da legalidade da apreensão do adolescente, bem como a análise da necessidade da internação provisória ou de liberação imediata, em consonância com o princípio da prioridade absoluta e da excepcionalidade da privação de liberdade.

Parágrafo único. Verificada a prática reiterada de condutas infracionais, o juiz poderá determinar a internação provisória do adolescente.” (NR)

“**Art. 121.** A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

.....

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, a cada ano.

§ 3º O prazo máximo de internação será de 5 (cinco) anos, ressalvados os casos dos § 3º-A deste artigo.

§ 3º-A. Em caso de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado, o prazo de internação será de no máximo 10 (dez) anos.

§ 4º Atingidos os limites estabelecidos nos parágrafos anteriores, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º O adolescente que atingir a maioridade durante o cumprimento de medida socioeducativa deverá ser transferido para unidade específica e separada dos demais adolescentes, distinta de estabelecimentos prisionais destinados a adultos, garantindo-se a continuidade das ações socioeducativas e preservação de sua integridade física e psicológica.

.....” (NR)

“Art. 122.

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado.

.....” (NR)

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65

I - ser o agente maior de 75 (setenta e cinco) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;

.....” (NR)

“Art. 115. É reduzido de metade o prazo da prescrição quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 75 (setenta e cinco) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.” (NR)

Art. 3º Revoga-se o § 1º do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 3, de 2022, do Programa e-Cidadania, intitulada “*A não obrigatoriedade em tomar esse experimento chamado ‘VACINA CONTRA COVID’*”.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão (SUG) nº 3, de 2022, intitulada “A não obrigatoriedade em tomar esse experimento chamado ‘VACINA CONTRA COVID’”, de autoria da Sra. Niedja Persivo Cunha Fontenelle Barros no portal do Programa e-Cidadania.

A sugestão em comento decorre da Ideia Legislativa nº 152.335, a qual recebeu mais de vinte mil manifestações individuais de apoio dentro do período de quatro meses.

Na descrição, a proponente argumenta que a iniciativa “dará liberdade para o cidadão poder escolher o que entra em seu corpo”. Argumenta que não considera justo ser compelida a receber um imunizante no qual não deposita confiança, tampouco ser condicionada a tal ato para exercer atividades cotidianas, como viajar, frequentar o local de trabalho, escolas, universidades, restaurantes e demais espaços públicos.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre *sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil*.

A Resolução nº 19 do Senado Federal, de 27 de novembro de 2015, por sua vez, determina que a ideia legislativa enviada ao portal e-Cidadania que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no art.102-E do RISF.

Portanto, a SUG nº 3, de 2022, tem amparo regimental para a sua apreciação pela CDH. Não observamos óbices quanto à juridicidade ou à constitucionalidade da proposta.

Quanto ao mérito, trata-se de ideia legislativa apresentada durante a pandemia de covid-19, alguns meses após o início da vacinação no Brasil, período em que se acirraram preocupações sobre a obrigatoriedade da vacina, legalmente autorizada pelo art. 3º, III, *d*, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispositivo que teve sua vigência estendida pelo Supremo Tribunal Federal até o final da pandemia.

Ainda que pareça ter perdido o objeto, em razão de inexistir, no momento, imposição vigente de vacinação obrigatória, a sugestão mantém relevante mérito por buscar assegurar, de forma permanente, a inviolabilidade da liberdade individual, o direito à objeção de consciência e a proteção da integridade física do cidadão brasileiro, todos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal.

Ressalta-se que a obrigatoriedade vacinal contra a covid-19, adotada em contexto emergencial, configurou afronta à liberdade individual e estabeleceu perigoso precedente de coerção sanitária e exclusão social daqueles que exerceram o direito à recusa. Tal prática, além de incompatível com a ordem constitucional, representa risco à democracia e ao Estado de Direito.

Diante disso, a SUG nº 3, de 2022, apresenta condições para ser examinada e debatida no âmbito das comissões temáticas do Senado Federal, nos termos do projeto de lei apresentado neste relatório.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** da Sugestão nº 3, de 2022, na forma do seguinte projeto de lei, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Dispõe sobre a vedação da obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19 e da exigência de comprovante de imunização para o exercício de direitos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica vedada, em todo o território nacional, a obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19, bem como a exigência de apresentação de comprovante de imunização contra esta doença para o exercício de direitos ou para o acesso a quaisquer serviços, benefícios, locais ou atividades, públicos ou privados.

Parágrafo único. A vedação de que trata o *caput* compreende, entre outros, o acesso a instituições de ensino, a locais de trabalho, a estabelecimentos comerciais, a repartições públicas, a meios de transporte, a eventos, a atividades de lazer e cultura, bem como a obtenção ou manutenção de benefícios, autorizações, licenças e documentos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente
, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 6/2022/SCOM

Brasília, 23 de março de 2022

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 154853.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 154853

Título

A não obrigatoriedade em tomar esse experimento chamado " VACINA CONTRA COVID"

Descrição

Dará liberdade para o cidadão poder escolher o que entra em seu corpo. Não é justo ser obrigada a tomar algo que não confio e ser obrigada a isso para viajar, frequentar meu trabalho, escola, universidade, restaurantes, lugares públicos em geral. Quero que a Constituição seja cumprida. (sic)

Mais detalhes

Se , "a vacina" imuniza quem a toma, porquê obrigar quem não quer tomar se, ele não passará para ninguém e se somente ele, correrá esse risco?

Identificação do proponente

Nome: Niedja Persivo Cunha Fontenelle Barros

E-mail: ropercur@gmail.com

UF: CE

Data da publicação da ideia: 06/08/2021

Data de alcance dos apoios necessários: 03/12/2021

Total de apoios contabilizados até 22/03/2022: 34.859

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=154853>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 154853

UF	APOIOS
AC	501
AL	316
AM	357
AP	52
BA	1.895
CE	1.160
DF	1.295
ES	773
GO	770
MA	267
MG	2.798
MS	379
MT	389
N/Inf	1
PA	720
PB	490
PE	1.099
PI	214
PR	1.907
RJ	5.179
RN	431
RO	237
RR	79
RS	2.254
SC	1.881
SE	249
SP	8.978
TO	188
TOTAL	34.859



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 154853

Nº UF Cidadão		
1	AC	ABNER GONCALVES AB****@GMAIL.COM
2	AC	ADRIANA AQUINO AD****@AMADERM.COM.BR
3	AC	ADRIANA MUNIZ AM****@GMAIL.COM
4	AC	ADRIANO COSTA DA SILVA CAIRE AD****@HOTMAIL.COM
5	AC	ADRIANO MOURA RAMOS AD****@HOTMAIL.COM
6	AC	A GUERREIRA HISTORICA PA****@GMAIL.COM
7	AC	AILTON STRIX CAVALCANTE AI****@GMAIL.COM
8	AC	ALDO BARBOSA AL****@GMAIL.COM
9	AC	ALESSANDRO JACINTO AL****@HOTMAIL.COM
10	AC	ALEXANDRA BUZATO AL****@GMAIL.COM
11	AC	ALEXANDRE MARQUES SILVEIRA AM****@HOTMAIL.COM
12	AC	ALEXANDRE SCHRAMM ST****@GMAIL.COM
13	AC	ALEX ERIC WEIL CA****@HOTMAIL.COM
14	AC	ALEX FELIX FE****@GMAIL.COM
15	AC	ALFREDO SILVA DOS SANTOS CO****@GMAIL.COM
16	AC	ALICE NOBUMOTO CHRISTOFOLETTI AL****@HOTMAIL.COM
17	AC	ALICE VIEIRA DINIZ AL****@GMAIL.COM
18	AC	ALOISIO SCHMITZ UR****@GMAIL.COM
19	AC	ALZIRA P. L. PACCINI AL****@GMAIL.COM
20	AC	AMAURI ALVES MENEZES JR SZ****@GMAIL.COM
21	AC	AMERICO DOMINGOS NUNES AM****@GMAIL.COM
22	AC	AMERICO OURIQUES AM****@GMAIL.COM
23	AC	ANA BEATRIZ FONSECA LIMA AN****@HOTMAIL.COM
24	AC	ANA CORREA ABOUD AN****@GMAIL.COM
25	AC	ANA GUIOMAR AN****@BOL.COM.BR
26	AC	ANA KARLA MONTEIRO LIMA AK****@GMAIL.COM
27	AC	ANA LEITAO AN****@MACAU.CTM.NET
28	AC	ANA MARIA OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
29	AC	ANA M CARVALHO OD****@GMAIL.COM
30	AC	ANANDA THAYS AN****@GMAIL.COM
31	AC	ANANIAS GONCALVES DE MELO AN****@TERRA.COM.BR
32	AC	ANA PAULA SARMENTO MARQUES AN****@YAHOO.COM.BR
33	AC	ANA PAULA SILVA AN****@GMAIL.COM
34	AC	ANDREA BERNARDES PR****@GMAIL.COM
35	AC	ANDREA FERES ROBAY DOMINGUES AN****@YAHOO.COM.BR
36	AC	ANDREA SANTANA GO****@GMAIL.COM
37	AC	ANDREAS CAVALIERI AN****@GMAIL.COM
38	AC	ANDRE CAMACHO DE CARVALHO AN****@GMAIL.COM
39	AC	ANDREIA SCHOEPPEING KOHLER GI****@GMAIL.COM
40	AC	ANDRE LIMA LA****@GMAIL.COM
41	AC	ANDRE PACHEQUE DE SOUSA NUNES AN****@HOTMAIL.COM
42	AC	ANDRESSA ARAUJO AN****@GMAIL.COM
43	AC	ANGELINA GIURIATTI AN****@HOTMAIL.COM
44	AC	ANITA MARIA SILVEIRA REIS AN****@HOTMAIL.COM
45	AC	ANTONIO CARLOS GARCIA AC****@GMAIL.COM
46	AC	ANTONIO FRANCISCO NEPOMUCENO DE ARAUJO BI****@GMAIL.COM
47	AC	ANTONIO JOSE SIMOES SANTOS AJ****@GMAIL.COM
48	AC	ANTONIO MENIN CL****@TERRA.COM.BR
49	AC	ANTONIO ROBERTO PACKER AN****@GMAIL.COM
50	AC	ARALY PAULINO AR****@GMAIL.COM
51	AC	ARAMIS PEREIRA ALVES AR****@HOTMAIL.COM
52	AC	ARIANE RODRIGUES DE ALMEIDA AR****@HOTMAIL.COM
53	AC	ARNALDO FERREIRA AR****@GMAIL.COM
54	AC	ARQUIMEDES SANTOS DA SILVA SE****@GMAIL.COM
55	AC	ATMA FERNANDA HELLER AT****@YAHOO.COM
56	AC	AURICELIA REGINA REITZ AU****@GMAIL.COM
57	AC	AURICELIO SILVA AU****@GMAIL.COM
58	AC	BALTAZAR JOEL MARTINS BA****@GMAIL.COM
59	AC	BEATRIZ CORTES BARBOSA BE****@GMAIL.COM
60	AC	BENEDITO FIGUEIRA BE****@GMAIL.COM
61	AC	BERNARDETE JOSE DOS SANTOS DE****@GMAIL.COM
62	AC	BETE BERNARDI JO****@GMAIL.COM
63	AC	BETY MESQUITA BE****@YAHOO.COM.BR
64	AC	BRENIA BRITO BR****@HOTMAIL.COM
65	AC	BRUNA CRISTINA DA SILVA BASILIO NASCIMENTO CR****@GMAIL.COM
66	AC	BRUNA REIS BR****@GMAIL.COM
67	AC	CALDEIRA MENDES SAMUEL SA****@GMAIL.COM
68	AC	CAMILA BEZERRA CA****@GMAIL.COM
69	AC	CARLOS GEORGE FRANK CA****@GMAIL.COM
70	AC	CARMELITA COSTA SILVA CA****@GMAIL.COM
71	AC	CARMEM GIMENEZ CA****@GMAIL.COM
72	AC	CARMEN BARROSO CA****@HOTMAIL.COM
73	AC	CARMEN LUCIA JUNQUEIRA ARANTES CA****@GMAIL.COM
74	AC	CARMEN LUCIA NUNES GONCALVES CA****@YAHOO.COM.BR
75	AC	CARMEN PALACIOS ALBUQUERQUE CA****@GMAIL.COM
76	AC	CARMINHA FONSECA MD****@HOTMAIL.COM
77	AC	CASSIO MARCOS PADUA PEREIRA AQ****@GMAIL.COM
78	AC	CATHARINA ATTWOOD MO****@GMAIL.COM
79	AC	CATIANE LOPES GA****@GMAIL.COM
80	AC	CIDALIA FERRAZ BARCIA LI****@HOTMAIL.COM
81	AC	CINARA AMARAL E SILVA CI****@GMAIL.COM
82	AC	CLAUDIA NERES CL****@HOTMAIL.COM
83	AC	CLAUDIA ZANICOTTI CL****@GMAIL.COM
84	AC	CLAUDIO ALVIM CA****@GMAIL.COM
85	AC	CLAUDIO I TORRES CL****@YAHOO.COM.BR
86	AC	CLAUDIO LUIZ MACIEL CL****@GMAIL.COM
87	AC	CLAUDIO STURM C.****@GMAIL.COM
88	AC	CLEIA LIMA AC****@YAHOO.COM
89	AC	CLEIDE MARIA MOREIRA SOARES VELLA CL****@LIVE.COM
90	AC	CLEO C GALLO CL****@GMAIL.COM
91	AC	CLEONICE ACIOLI CL****@YAHOO.COM.BR
92	AC	CLEONICE DE FATIMA DE SOUZA CL****@HOTMAIL.COM
93	AC	CLEONICE NOGUEIRA CL****@HOTMAIL.COM
94	AC	CLEVERSON REDI DO LAGO CL****@GMAIL.COM
95	AC	COISAS DE KALITA KA****@GMAIL.COM
96	AC	CRISTIAN DACOQUIO CR****@HOTMAIL.COM
97	AC	CRISTIANO MINATTI VI****@GMAIL.COM
^C CRISTINA MINOTTI CR****@GMAIL.COM		
^C CYLLENE GREIDINGER CAMPOS CY****@TERRA.COM.BR		
AC CYRILLO EMILIO ZUCCON MANTOVANI CY****@YAHOO.COM.BR		
AC DAIANE APARECIDA BIANCHIN DA****@HOTMAIL.COM		
AC DANIEL DUBANHEVITZ D.****@HOTMAIL.COM		
AC DANNY NOBRE AM****@HOTMAIL.COM		



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 154853

Nº UF Cidadão	
104	AC DAN OLIVEIRA CL****@GMAIL.COM
105	AC DARLENE SILVA COSTA DA****@GMAIL.COM
106	AC DAVI MARTINS DA****@GMAIL.COM
107	AC DAYSE RUBIM DA****@GMAIL.COM
108	AC DEIVA RITTER VIANA MANHAES DE****@HOTMAIL.COM
109	AC DENILSON MELO GONCALVES DE****@HOTMAIL.COM
110	AC DENISE COSTACURTA FAHHAM DE****@GMAIL.COM
111	AC DENIVALDO BELLACRUZ DE****@GMAIL.COM
112	AC DIEGO DE SOUZA ALMADA DI****@YAHOO.COM.BR
113	AC DIEGO FIALHO BEZERRA DE MENEZES SG****@GMAIL.COM
114	AC DIEGO OLIVEIRA DA SILVA DI****@GMAIL.COM
115	AC DIRLENE INEZ MARTINI LE****@HOTMAIL.COM
116	AC DONALDSON SANTOS TO****@GMAIL.COM
117	AC DULCINEIA APARECIDA PEDRALI LUGLI DU****@HOTMAIL.COM
118	AC DUSANGELA RODRIGUES DU****@GMAIL.COM
119	AC ECILA MARIA BAHIA BUSTAMANTE EC****@YAHOO.COM.BR
120	AC EDILENE DOS SANTOS FEITOSA E.****@ICLOUD.COM
121	AC EDINALDO JAIME JA****@GMAIL.COM
122	AC EDMIR CONSTANTINO COSTA ED****@HOTMAIL.COM
123	AC EDNA DANTAS SOUTO SO****@GMAIL.COM
124	AC EDNA TOTI AMARO DA SILVA ED****@YAHOO.COM.BR
125	AC EDSON ASSIS DE ARAUJO ED****@GMAIL.COM
126	AC EDSON FERREIRA EF****@GMAIL.COM
127	AC EDSON MARTINS DA COSTA MA****@YAHOO.COM.BR
128	AC EDUARDO BOLOGNA SOARES DE OLIVEIRA ED****@GMAIL.COM
129	AC EDUARDO LUIZ CA****@GMAIL.COM
130	AC EDUARDO MARRA ED****@GMAIL.COM
131	AC EDUARDO MOREIRA DOS SANTOS ED****@GMAIL.COM
132	AC ELAINE LEMOS LAHAM LE****@BOL.COM.BR
133	AC ELAINE LOPES PASSOS EL****@GMAIL.COM
134	AC ELCI DOS SANTOS TASSI EL****@HOTMAIL.COM
135	AC ELIANE DOS REIS LIMA EL****@YAHOO.COM
136	AC ELIANE RIBEIRO LI****@HOTMAIL.COM
137	AC ELIDA CLAUDIA NUNES DE SOUZA MEDEIROS CL****@HOTMAIL.COM
138	AC ELI DERLAM EL****@GMAIL.COM
139	AC ELIENE QUADROS TAVARES CHAVES LI****@GMAIL.COM
140	AC ELIESER FIDELIS DE SOUZA EL****@HOTMAIL.COM
141	AC ELISABETE MARIA DE CARVALHO ALMEIDA EL****@YAHOO.COM.BR
142	AC ELISABETH VIEIRA REIS BE****@GMAIL.COM
143	AC ELIZABETE PASSAMANI ABRAHAO BE****@HOTMAIL.COM
144	AC ELIZABETH DEODATO DA SILVA RAMOS BE****@GMAIL.COM
145	AC ELIZABETH FORTES LI****@GMAIL.COM
146	AC ELLI REGINA AMORIM EL****@GMAIL.COM
147	AC EMANUELLA SALES EM****@GMAIL.COM
148	AC EMERSON DA SILVA FIGUEIREDO EM****@GMAIL.COM
149	AC EMILIA GUERRA EG****@GLOBO.COM
150	AC ENIVALDO ALVES SILVA EN****@GMAIL.COM
151	AC ENOR NEUKAMP EN****@GMAIL.COM
152	AC EONE MARIA BERNARDES DE AZEVEDO IO****@HOTMAIL.COM
153	AC ERICA COSTA ER****@GMAIL.COM
154	AC ERONILDES CASTELO MA****@YAHOO.COM.BR
155	AC ERONILDO LEAL LE****@GMAIL.COM
156	AC ESMERALDO JOSE SOUSA FILHO ES****@GMAIL.COM
157	AC ESTANISLAU ESTANIS ES****@GMAIL.COM
158	AC ESTER MACIEL BRAND ES****@YAHOO.COM
159	AC ESTER PPA TR****@GMAIL.COM
160	AC ESTER S M FERNANDES DE GODOY ES****@HOTMAIL.COM
161	AC EUNICE MARCI EU****@HOTMAIL.COM
162	AC EUZI OLIVEIRA EU****@HOTMAIL.COM
163	AC EVERTON CARLOS EV****@GMAIL.COM
164	AC FABIANO DE MORAES LOPES MO****@HOTMAIL.COM
165	AC FABIO SOLER FA****@GMAIL.COM
166	AC FABIO VINICIUS DA CRUZ PA****@GMAIL.COM
167	AC FELIPE ANICETO FA****@GMAIL.COM
168	AC FERNANDA AZEVEDO FM****@HOTMAIL.COM
169	AC FERNANDO DA CRUZ FE****@GMAIL.COM
170	AC FERNANDO PIRES LU****@GMAIL.COM
171	AC FLAVIA ADRIANA FL****@YAHOO.COM.BR
172	AC FLAVIANA ORGE PIMENTA MACHADO FL****@GMAIL.COM
173	AC FLAVIA REGINA MONTEIRO FL****@HOTMAIL.COM
174	AC FLAVIO BERNARDINI MAHMEISTER FB****@TERRA.COM.BR
175	AC FLORIMAR FERREIRA COUTINHO FL****@GMAIL.COM
176	AC FRANCISCO DINO GADELHA NETO DI****@HOTMAIL.COM
177	AC FREDERICO JOSE MA****@GMAIL.COM
178	AC GABRIELA BERNARDES GA****@HOTMAIL.COM
179	AC GABRIEL CLESTON GA****@HOTMAIL.COM
180	AC GABRIEL NICOLAU DA SILVA NI****@GMAIL.COM
181	AC GEDHAL LINCOLN RAMOS BANDEIRA LINCOLN GE****@GMAIL.COM
182	AC GEISLER ALENCAR GE****@YAHOO.COM.BR
183	AC GENTE BARRETO GE****@GMAIL.COM
184	AC GIGI MENEZES GI****@HOTMAIL.COM
185	AC GIGLIANE FERREIRA DOURADO GI****@GMAIL.COM
186	AC GILBERTO THEODORO GI****@GMAIL.COM
187	AC GILDA LACERDA VASCONCELOS GI****@HOTMAIL.COM
188	AC GILZELIA MIRANDA DA SILVA GI****@HOTMAIL.COM
189	AC GINALDO GONCALVES GI****@GMAIL.COM
190	AC GIOVANE GALVAO DE FREITAS LIMA FILHO GI****@GMAIL.COM
191	AC GISELA PACCIULLI SANTAROSA DIAS GI****@GMAIL.COM
192	AC GISELE MARIA RUARO ZANCHET GM****@YAHOO.COM.BR
193	AC GLENDA RUBIA TEIXEIRA DE SOUSA G.****@DONTEC.COM.BR
194	AC GLEUCY : SEI LA GL****@GMAIL.COM
195	AC GLEYSON MAIA GL****@GMAIL.COM
196	AC GRACA LOPES GR****@EDU.UNIUBE.BR
197	AC GRACE MONICA GM****@GMAIL.COM
198	AC GUSTAVO ALBERTO SILVA SI****@GMAIL.COM
199	AC GUSTAVO OLIVEIRA GU****@GMAIL.COM
200	AC HELDER ZOUAIN MZ****@GMAIL.COM
	AC HELENICE LOPES HE****@GMAIL.COM
	AC HELMAR HENRIQUE RE****@GMAIL.COM
	AC HELOISA MESQUITA RODRIGUES HE****@GMAIL.COM
	AC HENRIQUE FERREIRA HE****@GMAIL.COM
	AC IEZA MENDES RODRIGUES IE****@GMAIL.COM
	AC ILDA BIBIANA VIEIRA BI****@YAHOO.COM.BR



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 154853

Nº UF Cidadão	
207	AC INTERACTIVE LIVE IN****@HOTMAIL.COM
208	AC IRANI HELENA ZAGO IR****@GMAIL.COM
209	AC IRENE DENARDI CR****@HOTMAIL.COM
210	AC IRENE NYGAARD SCHMIDT IR****@GMAIL.COM
211	AC IRIA DE OLIVEIRA SANTOS IR****@YAHOO.COM.BR
212	AC ISRAEL SANTOS D.****@GMAIL.COM
213	AC ITAMAR ZANETTI BARBOSA IT****@HOTMAIL.COM
214	AC IURY LIMA DE CASTRO IU****@GMAIL.COM
215	AC IVANA ALVES IV****@GMAIL.COM
216	AC IVANIR MARCONI IV****@HOTMAIL.COM
217	AC IZALEA AMORIM IZ****@GMAIL.COM
218	AC JACINTO FRANCISCO DA SILVA JA****@GMAIL.COM
219	AC JADSSON BRANDAO JA****@GMAIL.COM
220	AC JAIME JUNIOR JA****@GMAIL.COM
221	AC JAIME MAZUS FERREIRA JA****@GMAIL.COM
222	AC JANAINA TERESINHA FRONZA DR****@GMAIL.COM
223	AC JANE DA SILVA BARRETO JB****@GMAIL.COM
224	AC JANINEALVES MACHADO JA****@HOTMAIL.COM
225	AC JEAN DEIVIS NASCIMENTO DE OLIVEIRA JE****@GMAIL.COM
226	AC JESSICA CASTRO TAVEIRA JE****@GMAIL.COM
227	AC J. NETO57 CO****@GMAIL.COM
228	AC JOAO ALFREDO EV****@HOTMAIL.COM
229	AC JOAO CAMPOS CAMPOS JK****@HOTMAIL.COM
230	AC JOAO CARLOS TAVARES JO****@GMAIL.COM
231	AC JOAO MENDONCA DOS REIS JO****@GMAIL.COM
232	AC JOAO PEDRO JP****@GMAIL.COM
233	AC JOAO PLACIDO DA SILVA SOUZA JP****@HOTMAIL.COM
234	AC JOHN IRINEU JO****@GMAIL.COM
235	AC JONATHAN BRITO DE FRANCA JO****@GMAIL.COM
236	AC JORGE CARREIRO JO****@HOTMAIL.COM
237	AC JORGE LUIZ SCHWERZ JS****@HOTMAIL.COM
238	AC JOSE AUGUSTO PINTO GU****@GMAIL.COM
239	AC JOSE DE OLIVEIRA VALLE JO****@VALLE.COM.BR
240	AC JOSE FERREIRA JF****@GMAIL.COM
241	AC JOSE FILHO DE AQUINO DANTAS JO****@GMAIL.COM
242	AC JOSE FONSECA JF****@GMAIL.COM
243	AC JOSE LUIZ FASSINA JF****@HOTMAIL.COM
244	AC JOSE RIBAMAR FEITOSA FARIAS RI****@GMAIL.COM
245	AC JOSE ROBERTO NICOLAI JR****@GMAIL.COM
246	AC JOSE SIDNEI DE SOUZA JS****@HOTMAIL.COM
247	AC JOSIANE BREMIDE JO****@GMAIL.COM
248	AC JOSIMAR CAMPOS DE MENEZES JO****@GMAIL.COM
249	AC JOYCE SILVA JO****@HOTMAIL.COM
250	AC JUAN CARLOS CORREA CELI JU****@GMAIL.COM
251	AC JUCELINO JUCELINO JU****@GMAIL.COM
252	AC JUCESA SANTOS JU****@GMAIL.COM
253	AC JULIANA SANTOS JU****@GMAIL.COM
254	AC JUSSARA MARIA DE ANDRADE JD****@GMAIL.COM
255	AC JUSSARA ROVAI JU****@HOTMAIL.COM
256	AC KARINA AGUIAR DE FREITAS KA****@HOTMAIL.COM
257	AC KAYTON PEDRO GARCIA SILVA DE ARAUJO BL****@YMAIL.COM
258	AC KELISHIMA SHIMA KE****@GMAIL.COM
259	AC KYLZA BERNARDES RIBAS KY****@GMAIL.COM
260	AC LAIS LAGE LA****@GMAIL.COM
261	AC LANA MARA BELIZARIO LA****@GMAIL.COM
262	AC LARA AMORIM NETTO DO NASCIMENTO LA****@GMAIL.COM
263	AC LECI PERES LO****@GMAIL.COM
264	AC LEELA OLIVER OP****@GMAIL.COM
265	AC LEIDY BRAGA LE****@GMAIL.COM
266	AC LEILA BALEN LE****@HOTMAIL.COM
267	AC LEONARDO CORDEIRO TERAMOTO LE****@HOTMAIL.COM
268	AC LEONICE REJANE RIBEIRO TH****@GMAIL.COM
269	AC LEONIDAS DA SILVA LE****@HOTMAIL.COM
270	AC LEORNE PERES LE****@GMAIL.COM
271	AC LG ALVARENGA LI****@YAHOO.COM.BR
272	AC LIGIA PEREIRA LI****@HOTMAIL.COM
273	AC LILIAM CARDOSO DE CARVALHO ES****@HOTMAIL.COM
274	AC LINA SAMPAIO LI****@GMAIL.COM
275	AC LISIANE GASSEN LI****@YAHOO.COM.BR
276	AC LOIDE BELLO LO****@GMAIL.COM
277	AC LUCAS CHARLES SIMOES CH****@GMAIL.COM
278	AC LUCAS RODRIGUES LU****@GMAIL.COM
279	AC LUCIANA FRANCO LU****@HOTMAIL.COM
280	AC LUCIANO HAUSCHILD LU****@GMAIL.COM
281	AC LUCIA ROGERIA DOS SANTOS MACHADO LU****@GMAIL.COM
282	AC LUCIENE MAGALHAES LU****@HOTMAIL.COM
283	AC LUCIMAR SILVA LU****@HOTMAIL.COM
284	AC LUH LIVIERA LU****@HOTMAIL.COM
285	AC LUIS FERNANDO DIAS DA SILVA LF****@TERRA.COM.BR
286	AC LUIS RIBEIRO GX****@HOTMAIL.COM
287	AC LUIZA DE OLIVEIRA LU****@HOTMAIL.COM
288	AC LUIZ ANTONIO NUCCI DE ALMEIDA LU****@GMAIL.COM
289	AC LUIZ FERNANDO MARINHO MA****@GMAIL.COM
290	AC LUIZ ROBERTO COUTO LU****@GMAIL.COM
291	AC LULU HACKER SI****@GMAIL.COM
292	AC MADAH MAC VO****@GMAIL.COM
293	AC MADALENA OLIVEIRA CO****@GMAIL.COM
294	AC MA DE FATIMA FERREIRA IT****@MSN.COM
295	AC MADU ROCHA MA****@HOTMAIL.COM
296	AC MAICON DEMENIGHI MA****@HOTMAIL.COM
297	AC MAILSON ARAUJO FONSECA NO****@GMAIL.COM
298	AC MANOEL HENRIQUE DE AMORIM FILHO AM****@YAHOO.COM
299	AC MANUEL CATEDRA DIAZ MA****@GMAIL.COM
300	AC MANUELLE SILVA MA****@GMAIL.COM
301	AC MARCELO AGUIAR TC****@HOTMAIL.COM
302	AC MARCELO CAIRES LUZ MA****@GMAIL.COM
303	AC MARCELO LUIZ VIANA DA SILVA MA****@GMAIL.COM
	AC MARCELO MARINHO DE ANDRADE ZANOTTO ZA****@TERRA.COM.BR
	AC MARCELO MOURA MA****@GMAIL.COM
	AC MARCIA COLARES MA****@HOTMAIL.COM
	AC MARCIA DIAS BRAGA MA****@HOTMAIL.COM
	AC MARCIA KAMINSKI MA****@YAHOO.COM.BR
	AC MARCIA MARIA QUEIROZ SILVA MA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 154853

Nº UF Cidadão	
310	AC MARCIA MARIA RIBEIRO MA****@YAHOO.COM.BR
311	AC MARCIA MENDONCA MA****@GMAIL.COM
312	AC MARCIO MACEDO MJ****@GMAIL.COM
313	AC MARCO ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
314	AC MARCOS A BERNARDO MB****@GMAIL.COM
315	AC MARCOS ANGELO MA****@YAHOO.COM.BR
316	AC MARCOS GURGEL DE LIMA ZE****@GMAIL.COM
317	AC MARCOS SA MA****@GMAIL.COM
318	AC MARFISA MESQUITA MOREIRA MA****@GMAIL.COM
319	AC MARGARETE ALMEIDA QUADROS MA****@GMAIL.COM
320	AC MARGARETE EDUL PRADO LOPES MA****@GMAIL.COM
321	AC MARGARETE PARECIDA CANAZART MA****@GMAIL.COM
322	AC MARGARETH MACHADO M.****@YAHOO.COM.BR
323	AC MARGARETH ZEQUE DE MELO MA****@HOTMAIL.COM
324	AC MARGARIDA ROSA DE SANTANA MA****@GMAIL.COM
325	AC MARIA ANGELICA REZENDE SILVEIRA AN****@ARACAJU.ORG
326	AC MARIA ARIMATEA RE****@GMAIL.COM
327	AC MARIA BEATRIZ PAETZEL MA****@GMAIL.COM
328	AC MARIA CELINA DA SILVA SU****@GMAIL.COM
329	AC MARIA CELINA SILVA CE****@HOTMAIL.COM
330	AC MARIA CRISTINA AMARAL CR****@GMAIL.COM
331	AC MARIA CRISTINA BECCATO CR****@STERN.COM.BR
332	AC MARIA DAS GRACAS ABDO MG****@YAHOO.COM.BR
333	AC MARIA DAS GRACAS MARTINS MG****@GMAIL.COM
334	AC MARIA DE LOURDES ALVES MARTINS LU****@HOTMAIL.COM
335	AC MARIA ELISA AMBROS MA****@YAHOO.COM.BR
336	AC MARIA EUNICE MASTELARO CUNHA NI****@HOTMAIL.COM
337	AC MARIA FATIMA LIMA MF****@HOTMAIL.COM
338	AC MARIA FERNANDES MC****@HOTMAIL.COM
339	AC MARIA GABRIELA COSSI SOARES PIRES GA****@GABRIELAPIRES.COM.BR
340	AC MARIA GEORGINA BARBOSA GE****@GMAIL.COM
341	AC MARIA GILZA ALVES TRINDADE TR****@GMAIL.COM
342	AC MARIA HELENA DE SOUZA ROCHA MH****@HOTMAIL.COM
343	AC MARIA HELENA TORRES UNZER MH****@GMAIL.COM
344	AC MARIA INES A. TISOT NE****@ME.COM
345	AC MARIA JESUS MA****@GMAIL.COM
346	AC MARIA MARTINS MA****@YAHOO.COM.BR
347	AC MARIANGELA WALTRICK MA****@GMAIL.COM
348	AC MARIA OLIVEIRA ZZ****@GMAIL.COM
349	AC MARIA TEREZA ALEXANDRE TE****@HOTMAIL.COM
350	AC MARIA TEREZA GALVAO FERNANDES MA****@GMAIL.COM
351	AC MARILUCIA COITINHO MA****@GMAIL.COM
352	AC MARIO LANZA ALVES BEZERRA MA****@HOTMAIL.COM
353	AC MARISA FLORIANO MM****@GMAIL.COM
354	AC MARLI REICHERT MA****@HOTMAIL.COM
355	AC MARLUCE COSTA STOLL MA****@GMAIL.COM
356	AC MARLUCIA ASSUNCAO MA****@GMAIL.COM
357	AC MARRISE GRANJA NEVES MA****@GMAIL.COM
358	AC MATHEUS VASCONCELOS MA****@GMAIL.COM
359	AC MAURICIO OLIVERA FURTADO MA****@HOTMAIL.COM
360	AC MEIBEL SESSEGOLO GOMES ME****@GMAIL.COM
361	AC MERCEDES CARDIOLI MC****@GMAIL.COM
362	AC MEREAIM SOBREIRA ME****@GMAIL.COM
363	AC MICHELE PEREIRA DE LIMA MI****@YAHOO.COM.BR
364	AC MIGUEL ANGELO DELFES MI****@GMAIL.COM
365	AC MIQUEIAS CARDOSO MI****@GMAIL.COM
366	AC MIRIAN LOPES IMBROISI ML****@GMAIL.COM
367	AC MOACIR MORALES MO****@GMAIL.COM
368	AC MONICA BATISTA DA SILVA MO****@GMAIL.COM
369	AC NARA KARINE RODRIGUES NA****@HOTMAIL.COM
370	AC NATAL NICOLAU DE MATOS MA****@HOTMAIL.COM
371	AC NATERCIA ALVARENGA PEREIRA NA****@GMAIL.COM
372	AC NEEMIA SANTOS DA SILVA QUEIROZ NE****@GMAIL.COM
373	AC NERILSON FERNANDES NE****@GMAIL.COM
374	AC NILCEA FRESTA NI****@GMAIL.COM
375	AC NILCELIO MORAES ALVES MO****@OI.COM.BR
376	AC NINA TORRES NI****@HOTMAIL.COM
377	AC NOELI TEREZINHA LIVI NO****@GMAIL.COM
378	AC NOSTRADAMUS ROGERIO RO****@GMAIL.COM
379	AC ORIVALDO SOUZA OR****@GMAIL.COM
380	AC OSCAR PAUZER FILHO OS****@GMAIL.COM
381	AC OSVALDO SANTOS JUNIOR OS****@GMAIL.COM
382	AC OSWALDO DOMINGOS DIAS OD****@GMAIL.COM
383	AC OTAVIO BEN LEWANDOSKI OT****@MSN.COM
384	AC PAMELA MOURA PA****@GMAIL.COM
385	AC PATRICIA AGUIAR PA****@GMAIL.COM
386	AC PATRICIA ANDREIA EBERHARDT PA****@GMAIL.COM
387	AC PATRICIA MARIA BANDEIRA VILELA ALENCASTRO VEIGA PA****@HOTMAIL.COM
388	AC PAULA DAVERIO DA****@UOL.COM.BR
389	AC PAULO CESAR ALMEIDA VILLA VERDE PA****@HOTMAIL.COM
390	AC PAULO LEAO PA****@GMAIL.COM
391	AC PAULO LOPES PL****@GMAIL.COM
392	AC PAULO PINTO PA****@HOTMAIL.COM
393	AC PAULO ROBERTO PINTO GUIMARAES PR****@GMAIL.COM
394	AC PAULO ROSA PC****@GMAIL.COM
395	AC PEDRO TM PE****@GMAIL.COM
396	AC PETERSON SILVA PE****@GMAIL.COM
397	AC PRISCILLA DE ALMEIDA SOUZA PR****@HOTMAIL.COM
398	AC RAFAELA SILVA DE OLIVEIRA RA****@ICLOUD.COM
399	AC RAFAEL LIMA RA****@GMAIL.COM
400	AC RAILTON OLIVEIRA RA****@HOTMAIL.COM
401	AC RAIMUNDO LUIZ FERREIRA ALVES RL****@GMAIL.COM
402	AC RAQUEL MEDEIROS RA****@GMAIL.COM
403	AC REBECA EMILI RE****@GMAIL.COM
404	AC REGINA ALENCAR VARRASQUIM RE****@YAHOO.COM.BR
405	AC REGINA CELIA PINEZE MANFRIN RC****@GMAIL.COM
406	AC REGINALDO BASSUL PALAZZO PQ****@GMAIL.COM
	AC REGINALDO DE SOUZA PIMENTEL PIMENTEL RE****@GMAIL.COM
	AC REGIS MICHALSKI RE****@GMAIL.COM
	AC RENATA PESTANA ROCHA RE****@HOTMAIL.COM
	AC RENATA TONETO DE MELO VIDAL RE****@GMAIL.COM
	AC RENEE NOLL RE****@GMAIL.COM
	AC RICARDO SOUZA UL****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 154853

Nº UF Cidadão	
413 AC RIVANIA RAQUEL MARIANO PORTO RI****@YAHOO.COM.BR	
414 AC ROBERTO CELOTTI BE****@UOL.COM.BR	
415 AC ROBERTO JOSE CAMPOS DE CAMARGO SALLES RO****@GMAIL.COM	
416 AC ROBERTO MAGALHAES RO****@GMAIL.COM	
417 AC ROBERTO MAURO PASSAMANI RM****@GMAIL.COM	
418 AC RODE ALVES DE OLIVEIRA RO****@YAHOO.COM.BR	
419 AC RODNEY LOUBACK ROHR RO****@GMAIL.COM	
420 AC RODRIGO MAIA MILITAO RO****@GMAIL.COM	
421 AC ROGERIO SOARES DE OLIVEIRA RO****@GMAIL.COM	
422 AC RONEI DUQUE DE OLIVEIRA RO****@GMAIL.COM	
423 AC RONILDO RIBEIRO RO****@GMAIL.COM	
424 AC ROSANA DE OLIVEIRA RS****@HOTMAIL.COM	
425 AC ROSANA VIEIRA CRUZ RO****@LIVE.NL	
426 AC ROSANE SACCHI TR****@GMAIL.COM	
427 AC ROSANE SANTOS DE O CAMPOS RO****@HOTMAIL.COM	
428 AC ROSANGELA BENEVIDES RO****@YAHOO.COM.BR	
429 AC ROSANGELA CAVALCANTE MARTINS RO****@HOTMAIL.COM	
430 AC ROSEANE SARTORI RO****@GMAIL.COM	
431 AC ROSILDA NOVAES RO****@GMAIL.COM	
432 AC ROVENA FUNDAO RO****@ATT.NET	
433 AC RUTE DE CARVALHO SILVA RU****@GMAIL.COM	
434 AC RUTE MARCONI RODRIGUES RU****@GMAIL.COM	
435 AC SABRINA INES SIEGERT NEUMANN BI****@HOTMAIL.COM	
436 AC S AL SO****@GMAIL.COM	
437 AC SAMUEL RIBEIRO LIMA PA****@HOTMAIL.COM	
438 AC SANDRA CRISTINA COSTA BERTOLI SC****@HOTMAIL.COM	
439 AC SANDRA DA COSTA SA****@GMAIL.COM	
440 AC SANDRA REGINA AUDI RICCO SA****@YAHOO.COM.BR	
441 AC SANDRA RIOS SA****@GMAIL.COM	
442 AC SANDRA SIMON CALADO SA****@GMAIL.COM	
443 AC SANDY DOS SANTOS QUEIROZ SA****@GMAIL.COM	
444 AC SARAH ALCOLUMBRE SA****@GMAIL.COM	
445 AC SARA S. CASTRO CA****@UOL.COM.BR	
446 AC SATO FRANCIS FR****@GMAIL.COM	
447 AC SERGIO JOSE DE OLIVEIRA CUNHA SE****@GMAIL.COM	
448 AC SERGIO SILVA SR****@BOL.COM.BR	
449 AC SIDNEY DEPRET SD****@UOL.COM.BR	
450 AC SIEGFRIED ALEXANDER ELLWANGER AL****@YAHOO.COM	
451 AC SILVIA CRISTINA BELTRAO WINIAWER SI****@GMAIL.COM	
452 AC SILVIO FERRAZ SC****@GMAIL.COM	
453 AC SINAIDE MARIA DA SILVA SI****@IBEST.COM.BR	
454 AC SOCORRO LIMA SO****@HOTMAIL.COM	
455 AC SOLANGE CRISTINA TANGA SO****@HOTMAIL.COM	
456 AC SOLANGE MARIA FERREIRA SO****@GMAIL.COM	
457 AC SOLANO MACIEL OS****@GMAIL.COM	
458 AC SONIA FERNANDES WS****@GMAIL.COM	
459 AC SONIA GUARABU ARAUJO SO****@HOTMAIL.COM	
460 AC SR ABREAL MA****@GMAIL.COM	
461 AC STELA MARIS SILVA SILVA ST****@GMAIL.COM	
462 AC STUART DE BORBA E VELOSO ST****@YAHOO.COM.BR	
463 AC SUELLEN FERREIRA WJ****@GMAIL.COM	
464 AC TALITA MORAIS TA****@GMAIL.COM	
465 AC TANIA MARIA CRUZ ARAUJO TA****@PROSPECTAR.SRV.BR	
466 AC TANIA MARIA PEREIRA SALDANHA TA****@GMAIL.COM	
467 AC TANIA REGINA BELMIRO TB****@GMAIL.COM	
468 AC TANIA SECIM TA****@GMAIL.COM	
469 AC TANIA VILLAS-BOAS TV****@GMAIL.COM	
470 AC TELMA PIMENTA CO****@GMAIL.COM	
471 AC TERESA CHIODETTO TE****@GMAIL.COM	
472 AC TEREZINHA SANTANA TE****@GMAIL.COM	
473 AC THACITA MELO GOMES TH****@HOTMAIL.COM	
474 AC THERESA CARLOTA C. OLIVEIRA TH****@GMAIL.COM	
475 AC THIAGO FIGUEIREDO JA****@GMAIL.COM	
476 AC TIBERIOGRACO TIBERIOGRACO TI****@GMAIL.COM	
477 AC TICIANA FARIAS TI****@GMAIL.COM	
478 AC TILMA BELFORT DE MOURA TI****@GMAIL.COM	
479 AC TODOS BEM INFORMADOS YC****@GMAIL.COM	
480 AC VALDIR CERESA TR****@HOTMAIL.COM	
481 AC VALERIA MATTOS VA****@GMAIL.COM	
482 AC VANESSA COUPE VA****@GMAIL.COM	
483 AC VANESSA MIRANDA CM****@GMAIL.COM	
484 AC VANIA SANTT'S VA****@GMAIL.COM	
485 AC VANILDO BEZERRA VA****@GMAIL.COM	
486 AC VANITA ADANSKI VN****@GMAIL.COM	
487 AC VERA BARRETO AR****@TERRA.COM.BR	
488 AC VERA LUCIA DE AGUIAR SILVA LOUBACK VE****@HOTMAIL.COM	
489 AC VERA LUCIA FEITOZA VE****@GMAIL.COM	
490 AC VERA LUCIA SCHOENINGER GARCIA VE****@GMAIL.COM	
491 AC VERONICA GONCALVES DA SILVA VE****@GMAIL.COM	
492 AC VILSON GOMES VZ****@GMAIL.COM	
493 AC VINICIUS VITAL MACHADO VI****@GMAIL.COM	
494 AC WAGNER NASCIMENTO GOMES WA****@HOTMAIL.COM	
495 AC WALLACE XAVIER WA****@HOTMAIL.COM	
496 AC WANDER JOSE DE FREITAS WA****@GMAIL.COM	
497 AC WANDERLEY CARDOSO WA****@BOL.COM.BR	
498 AC WELITON DE SOUZA BATBOSA WO****@GMAIL.COM	
499 AC WILHELM HEINRICH VOSS FILHO WH****@YAHOO.COM.BR	
500 AC YARA FACCIOLLI YA****@HOTMAIL.COM	
501 AC ZENAIDE T LAUER ZE****@GMAIL.COM	
502 AL ABILIO DOS SANTOS TARELHO FILHO AB****@HOTMAIL.COM	
503 AL ABIMAEI COSTA AB****@GMAIL.COM	
504 AL ADEILDO BATISTA AD****@GMAIL.COM	
505 AL ADELAISON PEIXOTO AD****@GMAIL.COM	
506 AL ADRIANA FERNANDES SANTOS AF****@GMAIL.COM	
507 AL ADRIANO CUNHA AD****@GMAIL.COM	
508 AL AD SEMENTE PROFETICA AD****@GMAIL.COM	
509 AL ALANNA NATALY LOPES AMARO AL****@ALUNO.EDUCACAO.PE.GOV.BR	
AL ALDER FERREIRA AL****@GMAIL.COM	
AL ALEXANDRE BATISTA AL****@GMAIL.COM	
AL ALEXANDRE FONSECA AL****@GMAIL.COM	
AL ALEXANDRE PINHEIRO PEREIRA AL****@HOTMAIL.COM	
AL ALEX LINS BARBOSA AL****@GMAIL.COM	
AL ALINEBRANDAO@GMAIL.COM BRANDAO AL****@GMAIL.COM	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 154853

Nº UF Cidadão	
516	AL ALYSSOM CAMBOIM CAVALCANTE DO CARMO CA****@GMAIL.COM
517	AL AMELIA AGUIAR AM****@GMAIL.COM
518	AL ANA KARLA DA SILVA NAZARIO AN****@GMAIL.COM
519	AL ANDERSON COSTA DE ARAUJO CO****@GMAIL.COM
520	AL ANDRE BATTALHINI AN****@GMAIL.COM
521	AL ANGELA FERREIRA AN****@GMAIL.COM
522	AL ANTONIO ALVES RCC JE****@HOTMAIL.COM
523	AL ANTONIO BARROS AN****@GMAIL.COM
524	AL ANTONIO CARLOS RODRIGUES VASCONCELOS AN****@GMAIL.COM
525	AL ARI ARRUDA ROCHA AR****@GMAIL.COM
526	AL ARMANDO TORLONI NETO AT****@GMAIL.COM
527	AL ARTHUR VICTOR SILVA VEIGA AR****@GMAIL.COM
528	AL AUGUSTO SOARES AU****@GMAIL.COM
529	AL AUZAIR LISBOA AU****@GMAIL.COM
530	AL AVERDADE AVDD NA****@GMAIL.COM
531	AL BABY TOYS LE****@GMAIL.COM
532	AL BETO MOURA AL****@GMAIL.COM
533	AL BIATA MARIA DA CONCEICAO MA****@GMAIL.COM
534	AL BRUBI LINUX BR****@GMAIL.COM
535	AL BRUNA FERREIRA BR****@GMAIL.COM
536	AL BRUNA MIRANDA BR****@GMAIL.COM
537	AL BRUNA SOUZA BR****@GMAIL.COM
538	AL BRUNO ALVES BR****@GMAIL.COM
539	AL CAMILA VERSIANI CARDOSO DUPIN CV****@GMAIL.COM
540	AL CARLOS ANDRE GAMELEIRA RODRIGUES CA****@GMAIL.COM
541	AL CARLOS CESAR CASTELO BRANCO DE ALMEIDA CA****@HOTMAIL.COM
542	AL CARLOS DOS SANTOS CA****@GMAIL.COM
543	AL CARLOS FABIANO DA SILVA FA****@MSN.COM
544	AL CAROLINA BEZERRA CA****@GMAIL.COM
545	AL CASSIA P DA SILVA OLIVEIRA CA****@LIVE.COM
546	AL CHRISTIANE DA SILVA VIANA CM****@GMAIL.COM
547	AL CHRISTIANE VIEIRA CH****@HOTMAIL.COM
548	AL CICERO SILVA JC****@YAHOO.COM.BR
549	AL CINARA DA SILVA FERREIRA NA****@HOTMAIL.COM
550	AL CINARA DA SILVA FERREIRA SO****@GMAIL.COM
551	AL CLAUDIO RICARDO DOS SANTOS CL****@GMAIL.COM
552	AL COCADA YTOW CA****@GMAIL.COM
553	AL COSTAESILVA FARMADERM CO****@GMAIL.COM
554	AL CREUZA MARIA CM****@GMAIL.COM
555	AL CREUZA MARIA CR****@GMAIL.COM
556	AL CRIS TARLENE CR****@GMAIL.COM
557	AL CRISTIANE TARLENE CR****@HOTMAIL.COM
558	AL CRWL3Y GAMEPLAY E TUTORIAS KA****@GMAIL.COM
559	AL DANIELA TAVARES DA SILVA MELO D-****@G.COM.BR
560	AL DANIEL LIMA DW****@GMAIL.COM
561	AL DANIELLY GALLINDO GA****@GMAIL.COM
562	AL DANIEL MARQUES DA****@GMAIL.COM
563	AL DEBORA MARIA DA SILVA DE****@HOTMAIL.COM
564	AL DEBORA TORRES DE CASTRO AZEVEDO DE****@HOTMAIL.COM
565	AL DEISE FERREIRA ESTEVES ES****@GMAIL.COM
566	AL DELANIA ROCHA DE****@GMAIL.COM
567	AL DENISON VASCONCELOS FERREIRA DE****@HOTMAIL.COM.BR
568	AL DIMAS OLIVEIRA SA****@HOTMAIL.COM
569	AL DIVACY FELIX DI****@GMAIL.COM
570	AL DJERSON DE ALBUQUERQUE SANTOS DJ****@GMAIL.COM
571	AL EBER FALCAO MAIA EB****@GMAIL.COM
572	AL EDGAR MONTENEGRO ED****@GMAIL.COM
573	AL EDILENE REMIGIO MO****@GMAIL.COM
574	AL EDINALDO JUNIOR ED****@GMAIL.COM
575	AL EDIVANIA VANIA VI****@GMAIL.COM
576	AL EDNALDO SILVA ED****@GMAIL.COM
577	AL EDUARDO FELISDORO DOS SANTOS ED****@GMAIL.COM
578	AL EDU BURTI EB****@GMAIL.COM
579	AL ELEUZA MARIA GOES EL****@HOTMAIL.COM
580	AL ELIS CRISTINA VASCONCELOS DOS SANTOS EL****@HOTMAIL.COM
581	AL ELVANDE RIBEIRO SILVA EL****@GMAIL.COM
582	AL ELVIS SOUZA EL****@GMAIL.COM
583	AL EMAIL CONVIDADO EM****@GMAIL.COM
584	AL EMERSON SANTOS ME****@GMAIL.COM
585	AL EMILLY LUIZE SILVA ACIOLI EM****@GMAIL.COM
586	AL EMMMA CALHEIROS EM****@GMAIL.COM
587	AL ERASMO CARLOS SILVA DE ANDRADE ER****@GMAIL.COM
588	AL ESTER LETICIA SILVA ES****@HOTMAIL.COM
589	AL FABRICIO RAMIRES 76****@GMAIL.COM
590	AL FATIMA ESCALIANTE MF****@YAHOO.COM.BR
591	AL FATIMA FERREIRA LIMA FA****@HOTMAIL.COM
592	AL FERNANDA FERRAZ FE****@GMAIL.COM
593	AL FERNANDA MALTA FE****@GMAIL.COM
594	AL FERNANDO ANTONIO BARROS DE ALMEIDA FB****@GMAIL.COM
595	AL FERNANDO MARINHO MARINHO FM****@GMAIL.COM
596	AL FLAVIO JOSE DE SIQUEIRA CAVALCANTI VERAS FL****@GMAIL.COM
597	AL FRANCISCO SANTOS FR****@GMAIL.COM
598	AL GABRIELA COSTA GA****@GMAIL.COM
599	AL GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA GA****@ALUNO.EDUC.AL.GOV.BR
600	AL GABRIEL CRUZ GB****@GMAIL.COM
601	AL GALISMO NACIONAL BR JA****@GMAIL.COM
602	AL GELSON MARINHO DE MELO GE****@HOTMAIL.COM
603	AL GENA ROSEN FON CUNHA GR****@YAHOO.COM.BR
604	AL GENESIO FERRAZ G-****@GMAIL.COM
605	AL GERARDO CAMPANA GE****@GMAIL.COM
606	AL GERIVALDO RODRIGUES GE****@GMAIL.COM
607	AL GERLOURDSON TADEU VENTURA JUNIOR VE****@GMAIL.COM
608	AL GILBERTO SANTOS FERREIRA GI****@GMAIL.COM
609	AL GILSON CANDIDO DE ALMEIDA GI****@HOTMAIL.COM
610	AL GILSON SILVA GN****@HOTMAIL.COM.BR
611	AL GIRLEIDE CAVALCANTE OLIVEIRA GI****@GMAIL.COM
612	AL GISA IGA GI****@GMAIL.COM
	AL GLEYBS SENA GL****@UOL.COM.BR
	AL GONCALVES SILVA NETO CO****@GMAIL.COM
	AL GRASI PIT GR****@GMAIL.COM
	AL GRC REZENDE GU****@GMAIL.COM
	AL GUILHERME DOS ANJOS GU****@GMAIL.COM
	AL GUSTAVO RAMALHO MO****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 154853

Nº UF Cidadão		
619	AL	HALEFE TOME HA****@HOTMAIL.COM
620	AL	HALLEF GUSTAVO VIEIRA FERREIRA HA****@GMAIL.COM
621	AL	HELENA CRISTINA MONTENEGRO MELO ALBUQUERQUE HE****@GMAIL.COM
622	AL	HENRIQUE TADEU TAVARES D'ALMEIDA LINS RI****@HOTMAIL.COM
623	AL	HILDEBRANDO JUNIOR HI****@GMAIL.COM
624	AL	HUDSON CORREIA HU****@GMAIL.COM
625	AL	HUGO ALEXANDRE SALES DE GOES HA****@GMAIL.COM
626	AL	ILSON M. S. PRAZERES IL****@GMAIL.COM
627	AL	I'M NOT PERFECT NA****@GMAIL.COM
628	AL	INES FALCAO WANDERLEY DE ALMEIDA IN****@GMAIL.COM
629	AL	IONA MAGALHAES IO****@GMAIL.COM
630	AL	IRAN NUNES IR****@GMAIL.COM
631	AL	ISAAC BARROS IV****@GMAIL.COM
632	AL	ITAMAR ANA IT****@GMAIL.COM
633	AL	JACK NILSON NEORIO GONZAGA JA****@HOTMAIL.COM
634	AL	JACKSON LINS DA SILVA JL****@GMAIL.COM
635	AL	JAINY MARTINELLY LL****@GMAIL.COM
636	AL	JAIRO GOMES DE OLIVEIRA JA****@HOTMAIL.COM
637	AL	JAIRON SILVA BATISTA JA****@HOTMAIL.COM
638	AL	JAQUELINE FERREIRA JA****@GMAIL.COM
639	AL	JC CARLOS CA****@GMAIL.COM
640	AL	JENNIFER MOTA JE****@GMAIL.COM
641	AL	JEOVANE LARANJEIRA JE****@GMAIL.COM
642	AL	JESSA SALOMAO JE****@GMAIL.COM
643	AL	JOAN JUNIOR JO****@GMAIL.COM
644	AL	JOAO ANTONIO JT****@GMAIL.COM
645	AL	JOAO BATISTA BARROS JB****@HOTMAIL.COM
646	AL	JOAO BISPO DA SILVA JB****@HOTMAIL.COM
647	AL	JOAO VITOR SANTOS NA****@GMAIL.COM
648	AL	JOAQUIM BARROS JO****@YAHOO.COM.BR
649	AL	JOAS FERREIRA JO****@GMAIL.COM
650	AL	JOCINEIDE MELO JO****@GMAIL.COM
651	AL	JOELSON DOS SANTOS REIS JO****@GMAIL.COM
652	AL	JO HEIFFER JS****@HOTMAIL.COM
653	AL	JOICE SIQUEIRA JO****@GMAIL.COM
654	AL	JONATAN DA SILVA NECO JO****@HOTMAIL.COM
655	AL	JONES COSTA JO****@GMAIL.COM
656	AL	JOSE AILTON AILTON JA****@GMAIL.COM
657	AL	JOSE ALEXANDRE DOS SANTOS JJ****@HOTMAIL.COM
658	AL	JOSE ALVES JUNIOR PINHEIRO PI****@GMAIL.COM
659	AL	JOSE DA SILVA ZE****@GMAIL.COM
660	AL	JOSEHORA JOTA JO****@HOTMAIL.COM
661	AL	JOSE JULIO DE ANDRADE LEAO JO****@HOTMAIL.COM
662	AL	JOSENILDO JUNIOR AL****@GMAIL.COM
663	AL	JOSE SILVA JC****@GMAIL.COM
664	AL	JOSIELY MIRIA MI****@GMAIL.COM
665	AL	JULIANE MELO JM****@GMAIL.COM
666	AL	JULIEN ROBSON GOMES BINAS JU****@HOTMAIL.COM
667	AL	JULIO VALENTIM VA****@GMAIL.COM
668	AL	KAMILA DA SILVA SIMOES OLIVEIRA KA****@GMAIL.COM
669	AL	KARINE OLIVEIRA FO****@GMAIL.COM
670	AL	KATHERINE GOMES DE EMERY KA****@GMAIL.COM
671	AL	KATIA LUCY DE MELLO LIMA KA****@YAHOO.COM.BR
672	AL	KAWANY MONTEIRO ROLEMBERG KM****@ALUNO.IFAL.EDU.BR
673	AL	KLEINER KLEINER KL****@GMAIL.COM
674	AL	KLEWERTON OLIVEIRA LOPES KL****@GMAIL.COM
675	AL	KRISTHYNA REGIS DE MELLO DR****@MSN.COM
676	AL	LAUDICEA CANDIDO OLIVEIRA LA****@HOTMAIL.COM
677	AL	LAURO LIVIO LA****@GMAIL.COM
678	AL	LIBNIS SILVA LI****@GMAIL.COM
679	AL	LILIANE LIMA LI****@GMAIL.COM
680	AL	LILLIAN GRASSE FRAGOSO GUIMARAES LI****@HOTMAIL.COM
681	AL	LINDA SHANTI ALMERINDA BARBOSA AL****@GMAIL.COM
682	AL	LUCIA LIMA LI****@GMAIL.COM
683	AL	LUCIANO CRUZ NASCIEMTO LU****@HOTMAIL.COM
684	AL	LUCI SILVA LU****@GMAIL.COM
685	AL	LUIZ ANTONIO FERREIRA DE ALBUQUERQUE EVANGELISTA LU****@GMAIL.COM
686	AL	LUIZ FELIX LU****@GMAIL.COM
687	AL	LUIZ PEDRO PEREIRA OLIVEIRA LP****@HOTMAIL.COM
688	AL	LUIZ ROOSEVELT V. C. PALACIO LU****@GMAIL.COM
689	AL	MAGDA BINDER BI****@GMAIL.COM
690	AL	MANOEL MESSIAS CO****@GMAIL.COM
691	AL	MARCELLA PRISCILA MAIA SARMENTO MA****@HOTMAIL.COM
692	AL	MARCELO BARBOSA VIEIRA DA SILVA PA****@HOTMAIL.COM
693	AL	MARCELO RODRIGUES DE LIMA CA****@GMAIL.COM
694	AL	MARCIEL GERONIMO DE ALBUQUERQUE GE****@OUTLOOK.COM.BR
695	AL	MARCIO AURELIO LINS DOS SANTOS MA****@HOTMAIL.COM
696	AL	MARCIO COSTA MA****@GMAIL.COM
697	AL	MARCIO JOSE MA****@GMAIL.COM
698	AL	MARCIO MIRANDA GRANJA MA****@UOL.COM.BR
699	AL	MARCONY FERRAZ MA****@GMAIL.COM
700	AL	MARCOS SCORTUZZI VILELA MS****@HOTMAIL.COM
701	AL	MARIA ANGELA V ARAUJO AN****@HOTMAIL.COM
702	AL	MARIA APARECIDA MARTINS DA SILVA MA****@GMAIL.COM
703	AL	MARIA ARAUJO MM****@GMAIL.COM
704	AL	MARIA BEATRIZ BRANDAO SA BE****@GMAIL.COM
705	AL	MARIA DA CONCEICAO LIMA SANTOS CE****@GMAIL.COM
706	AL	MARIA DARLEIDE PINHEIRO DA SILVA MA****@ALUNOS.UNEAL.EDU.BR
707	AL	MARIA DO SOCORRO PINHEIRO GUEDES SO****@GMAIL.COM
708	AL	MARIA FABIANA DOS SANTOS FA****@HOTMAIL.COM
709	AL	MARIA JOSE MA****@GMAIL.COM
710	AL	MARIA LIGIA MININ DE LINS LI****@HOTMAIL.COM
711	AL	MARIA REGINA TARTUCE MR****@GMAIL.COM
712	AL	MARIA VILMA LIMA VI****@GMAIL.COM
713	AL	MARLETE MOURA DA SILVA MOURA MA****@GMAIL.COM
714	AL	MATHEUS ANDRE PEREIRA DE PAULA MA****@SOUUNIT.COM.BR
715	AL	MATHEUS DOS SANTOS SIMPLICIO MS****@ALUNO.IFAL.EDU.BR
	AL	MAURICIO GONCALVES SARMENTO MG****@HOTMAIL.COM
	AL	MAXWELL TAVARES MA****@GMAIL.COM
	AL	MAZINHOSAX CICERO ADEMAR VITAL DA SILVA MA****@HOTMAIL.COM
	AL	MELQUISEDEQUE GOS DO NASCIMENTO ME****@GMAIL.COM
	AL	MICHELA BENELLI MI****@GMAIL.COM
	AL	MICHELE NOVAES MS****@GMAIL.COM



4



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2225, DE 2022

Reconhece a deficiência auditiva unilateral como deficiência sensorial, do tipo auditiva, para todos os efeitos legais.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Reconhece a deficiência auditiva unilateral como deficiência sensorial, do tipo auditiva, para todos os efeitos legais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a deficiência auditiva unilateral classificada como deficiência sensorial, do tipo auditiva, para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. O previsto no § 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aplica-se à deficiência auditiva unilateral, conforme o disposto no *caput* deste artigo

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a população com deficiência auditiva é superior a 10 milhões de pessoas¹. Ao contrário do que pode supor o senso comum, é importante salientar que a ocorrência dessa deficiência não se restringe às

¹ LOCOMOTIVA PESQUISA & ESTRATÉGIA. Raio X da surdez no Brasil (2019). Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/wp-content/uploads/sites/189/2019/09/RaioXSurdez_InstitutoLocomotiva_30setembro2019_blogVencerLimites.pdf Acesso em 06.07.2022.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

faixas com idade mais avançada, havendo grande parte dos brasileiros que com ela convivem desde o nascimento.

A deficiência auditiva traz forte impactos na vida das pessoas afetadas, com reflexos nos convívios social e familiar. Com efeito, 14% dos brasileiros com problemas auditivos afirmam não se sentirem à vontade para poder falar sobre quase tudo com a família, e 40% têm esse sentimento em relação aos amigos, contra 11% e 34%, respectivamente, na população em geral². A dificuldade de comunicação priva as pessoas da convivência com seus familiares, amigos e colegas, com prejuízos diversos à sua autoestima e qualidade de vida.

Todavia, atualmente o art. 5º, § 1º, I, b, do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, adota um conceito excessivamente restrito de deficiência auditiva, limitando-se a reconhecer apenas a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Estão, portanto, excluídas da abrangência dessa definição as pessoas com perda auditiva unilateral.

Essa lacuna precisa, urgentemente, ser reparada. Isso, porque as pessoas com perda auditiva unilateral enfrentam problemas similares às aquelas com perda bilateral: dificuldades de comunicação, obstáculos na realização de tarefas cotidianas (como dirigir ou sair de casa), e dificuldades de acesso a oportunidades de educação (inclusive com ocorrência de *bullying*) e trabalho.

Assim, o reconhecimento realizado por este projeto permitirá incluir as pessoas com perda auditiva unilateral entre os beneficiários de importantes políticas públicas, tais como a reserva de vagas em concursos públicos e a contratação por empresas, nos percentuais previstos na legislação (art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para que possamos aprovar esta nossa iniciativa legislativa.

² Idem.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004 - DEC-5296-2004-12-02 - 5296/04
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2004;5296>
- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>
 - art93
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>
 - art2_par2



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.225, de 2022, do Senador Rogério Carvalho, que *reconhece a deficiência auditiva unilateral como deficiência sensorial, do tipo auditiva, para todos os efeitos legais*.

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 2.225, de 2022, do Senador Rogério Carvalho, reconhece a deficiência auditiva unilateral como deficiência sensorial, do tipo auditiva, para todos os efeitos legais. Estabelece, ainda, que a avaliação biopsicossocial - que ainda deve ser regulamentada pelo Poder Executivo - prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é aplicável à avaliação da deficiência auditiva unilateral.

Na justificação, o autor menciona que a perda auditiva unilateral traz fortes impactos para a vida das pessoas afetadas, mas não é reconhecida como deficiência pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

II – ANÁLISE

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui competência a este Colegiado para opinar sobre proposições que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência.

O conceito de pessoa com deficiência vigente nos termos do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), remete a características funcionais da pessoa que, diante de barreiras erguidas ou mantidas pela sociedade, impedem sua plena participação no meio social em condições de igualdade com as demais pessoas. A interação entre essas características e as barreiras será avaliada, quando necessário, sob uma perspectiva biopsicossocial, considerando os impedimentos nas funções e estruturas, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação. Essa avaliação será objeto de regulamento pelo Poder Executivo, que ainda não o editou.

O critério biopsicossocial é muito mais adequado, justo e sofisticado do que o critério exclusivamente biomédico, que vigorava anteriormente. Primeiro, por quebrar a falsa equivalência entre deficiência e doença. Segundo, porque as barreiras que se erguem diante das pessoas atípicas não são uniformes e tampouco são enfrentadas da mesma forma por quem é excluído. Terceiro, porque a condição de pessoa com deficiência é multifacetada e envolve diversos aspectos da personalidade, das habilidades funcionais e do meio social e físico no qual cada pessoa vive.

Porém, é importante reiterar que, nos termos do § 1º do art. 2º da LBI, a avaliação biopsicossocial será realizada quando for necessária. Há condições que já trazem, invariavelmente, desvantagens relevantes à plena participação na sociedade.

Reconhecemos que a deficiência auditiva unilateral é uma dessas condições, pois, além de dificultar a comunicação, sobretudo do lado atingido, também impacta a localização estereofônica da direção e da distância das fontes de sons, o que prejudica interações sociais, o senso de equilíbrio e até mesmo a segurança das pessoas afetadas.



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

Felizmente, a Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023, que *define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva*, já reconhece essa mesma condição como deficiência, adotando como referência a limitação equivalente a 41 decibéis ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hertz (Hz), 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que reconhecemos o valor da proposição ora examinada, apresentada em 2022, temos a satisfação de constatar que seu objeto já foi suprido pela Lei publicada no ano seguinte.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pelo **arquivamento** do Projeto de Lei nº 2.225, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1799, DE 2023

Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2257544&filename=PL-1799-2023



[Página da matéria](#)



Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei trata da realização, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher e da adoção de ações para a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.

Art. 2º Os serviços de saúde que compõem o SUS disponibilizarão à mulher procedimento que permita a avaliação médica completa de sua saúde, segundo protocolos e diretrizes que contemplem as principais doenças e os agravos mais incidentes em relação a cada paciente, segundo faixa etária, raça, etnia, classe social, local de residência, parâmetros epidemiológicos, entre outros fatores.

Parágrafo único. A avaliação médica completa de que trata o *caput* deste artigo será realizada de preferência anualmente e no mês do aniversário da paciente.

Art. 3º Toda mulher tem direito de realizar avaliação médica completa sobre sua saúde, pelo menos uma vez ao ano, nos serviços públicos de saúde, com a garantia de realização de todos os exames rotineiros e de triagem,



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

selecionados de acordo com critérios epidemiológicos, dados e indicadores estatísticos para a pesquisa de doenças e de agravos mais comuns em relação a cada paciente, segundo a idade, raça, grupo étnico, classe social, local de residência, entre outros parâmetros definidos em regulamento.

Parágrafo único. A organização dos serviços para a avaliação médica de que trata esta Lei contemplará, obrigatoriamente, a observância aos protocolos e às diretrizes terapêuticas existentes.

Art. 4º O poder público, especialmente os órgãos e as entidades que compõem o SUS, implementará campanhas para a conscientização da mulher sobre a importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde, principalmente por meio das seguintes ações:

I - realização de palestras, simpósios, debates e divulgação de estratégias que demonstrem a importância das atividades físicas;

II - disponibilização de exames de triagem para a detecção precoce de casos de hipertensão arterial, diabetes e dislipidemias, entre outras condições de interesse para a proteção da saúde da mulher;

III - orientação nutricional;

IV - realização de exames preventivos;

V - orientação sobre atenção integral à saúde mental;

VI - capacitação contínua dos recursos humanos do SUS que atuem na promoção, na proteção e na recuperação da saúde da mulher;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

VII - orientação quanto à atualização do calendário vacinal de acordo com o recomendado para a faixa etária.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente





Of. nº 149/2024/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.799, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente





SENADO FEDERAL

Senadora Mara Gabrilli

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.799, de 2023, da Deputada Nely Aquino, que *dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.799, de 2023, de autoria da Deputada Nely Aquino, que *dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.*

O projeto é composto por cinco artigos. O artigo 1º define o objeto da lei, qual seja, dispor sobre a avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher e a adoção de ações para a conscientização da importância da prevenção de doenças e agravos à saúde.

O artigo 2º, por seu turno, estabelece o dever de o SUS disponibilizar avaliação da saúde da mulher segundo protocolos e diretrizes que contemplem as principais doenças e agravos mais incidentes em relação a cada

paciente, segundo faixa etária, raça, etnia, classe social, local de residência, parâmetros epidemiológicos, entre outros fatores. Nos termos do parágrafo único desse artigo, o referido atendimento deve ser realizado de preferência anualmente e no mês de aniversário da mulher.

Já o artigo 3º garante a toda mulher o direito de realizar, nos serviços públicos de saúde, avaliação médica com todos os exames rotineiros e de triagem, de acordo com critérios epidemiológicos, dados e indicadores estatísticos, e que assegure a pesquisa de doenças e de agravos mais comuns em relação a cada paciente, segundo a idade, raça, grupo étnico, classe social, local de residência, entre outros parâmetros definidos em regulamento. O parágrafo único deste artigo estabelece a obrigatoriedade de observância, pelos serviços de saúde, dos protocolos e diretrizes terapêuticas existentes.

Por sua vez, o artigo 4º obriga o poder público, especialmente o SUS e os órgãos que o compõem, a realizar campanhas de conscientização sobre a importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde da mulher.

Por fim, o artigo 5º é a cláusula de vigência e determina que a lei porventura oriunda do PL em análise passará a vigorar a partir de cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Na justificação, a autora destaca o câncer de mama e as doenças cardiovasculares como importantes causas de mortalidade da população feminina. Alerta para a necessidade de implementação de medidas urgentes, como diagnóstico precoce e programas de saúde específicos em regiões populosas e subdesenvolvidas, a fim de reduzir as mortes precoces por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Defende, ainda, a importância de se instituir, mediante lei, diretrizes para que o Poder Público possa atuar efetivamente em defesa da saúde da mulher, em que pesem as garantias de direito à saúde emanadas da Constituição Federal e positivadas na Lei Orgânica da Saúde.

O PL nº 1.799, de 2023, que não recebeu emendas no prazo regimental, foi distribuído para ser analisado na CDH, e seguirá, posteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre os direitos da mulher, tema presente no PL nº 1.799, de 2023, tornando regimental o exame da matéria por este Colegiado.

No mérito, é louvável a intenção da autora de fortalecer a garantia do direito à saúde da mulher por meio de ações de prevenção de doenças e de agravos à saúde. Com efeito, as mulheres são a maioria da população brasileira (51,5%, segundo dados do Censo 2022), e as principais usuárias do SUS. Segundo dados do Boletim Epidemiológico “Saúde da mulher brasileira: uma perspectiva integrada entre vigilância e atenção à Saúde”, publicado em 2023 pelo Ministério da Saúde, o número de óbitos por causas evitáveis em mulheres passou de 69,5% (em 2012) para 77,4% (em 2021), quase se igualando ao percentual observado entre os homens (78,6%).

Portanto, a atenção à saúde da mulher deve ser uma prioridade e sempre levar em conta suas necessidades de acordo com a faixa etária, raça, etnia, classe social, local de residência, parâmetros epidemiológicos, para garantir o direito de atendimento especializado e adaptado às suas condições particulares.

Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha papel destacado na promoção da saúde integral da mulher, pois assegura o acesso a avaliações médicas periódicas e a ações de prevenção de doenças e de agravos à saúde, durante todo seu ciclo de vida.

A título ilustrativo, são de conhecimento geral as bem-sucedidas estratégias de pré-natal e saúde materna, além de outras executadas no âmbito do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres. De igual forma, o público feminino manifesta considerável adesão às Campanhas Outubro Rosa e Março Lilás, desenvolvidas para a conscientização sobre o câncer de mama e de colo do útero, respectivamente. O estudo *Does Pink October really impact breast cancer screening?* (O Outubro Rosa realmente impacta o rastreamento do câncer de mama?), publicado na revista *Public Health in Practice*, identificou um aumento de até 39% no número de mamografias realizadas em outubro, assim como nos dois meses seguintes, em relação aos outros trimestres do ano, o que atesta o impacto positivo das campanhas de conscientização.

Contudo, em que pese o mérito das estratégias citadas, urge que o SUS continue evoluindo para garantir que todas as mulheres, independentemente de faixa etária, raça, etnia, classe social, local de residência, parâmetros epidemiológicos, tenham atendimento especializado e adaptado às suas condições particulares. Neste aspecto, o projeto está especialmente alinhado às diretrizes do Ministério da Saúde para o cuidado integral da saúde das mulheres que inclui a saúde ginecológica, os direitos sexuais e reprodutivos, a saúde materna ao longo de todo o ciclo gravídico e puerperal, a dignidade menstrual, a atenção ao climatério e à menopausa, a saúde mental e os cuidados em situações de violência.

Outro aspecto inovador da proposição é a definição de uma periodicidade para a avaliação da saúde da mulher: pelo menos uma vez ao ano, preferencialmente, no mês do seu aniversário. Sob a ótica dos direitos humanos, tal medida torna ainda mais robusta a garantia de acesso à saúde para a população feminina.

Nesse sentido, entendemos que a proposição oferece uma contribuição expressiva para os esforços de promoção à saúde da mulher. Considerando, ainda, que o texto proposto pela Casa iniciadora não é exaustivo, como denota a expressão “entre outros fatores”, contida na parte final do art. 2º da proposição, sugerimos a apresentação de uma emenda de redação para garantir a visibilidade da “condição de deficiência” à mulher que busca o SUS com o objetivo de cuidar de sua saúde.

Mulheres com deficiência têm barreiras adicionais que agravam seu acesso a políticas de saúde. Tais barreiras devem ser demolidas e a menção da condição de deficiência poderá favorecer o reconhecimento de seus direitos e garantias importantes.

Lembramos, ainda, que a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM) tem como diretriz alcançar “as mulheres em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais (mulheres negras, indígenas, residentes em áreas urbanas e rurais, residentes em locais de difícil acesso, em situação de risco, presidiárias, de orientação homossexual, com deficiência, dentre outras)”.

Portanto, considerar a condição de deficiência na atenção à saúde da mulher é uma solução válida sob os pontos de vista ético, técnico e jurídico.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.799, de 2023, com a seguinte emenda de redação

EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.799, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 2º** Os serviços de saúde que compõem o SUS disponibilizarão à mulher procedimento que permita a avaliação médica completa de sua saúde, segundo protocolos e diretrizes que contemplem as principais doenças e os agravos mais incidentes em relação a cada paciente, segundo faixa etária, raça, etnia, condição de deficiência, classe social, local de residência, parâmetros epidemiológicos, entre outros fatores. (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

6



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1067, DE 2024

Institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI Nº DE 2024

Institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a Política Nacional Contra o Antissemitismo, destinada a trazer à consciência da sociedade os graves problemas advindos dos preconceitos culturais contra os judeus.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional Contra o Antissemitismo:

I – ampla divulgação, junto a todos os setores da sociedade, dos problemas históricos e culturais enfrentados pelo povo judeu;

II – ampla divulgação, junto a todos os setores da sociedade, da desaprovação social do antissemitismo e do caráter criminoso dos atos antissemitas;

III – ampla divulgação, junto a todos os setores da sociedade, dos méritos e realizações históricas do povo judeu.

Art. 3º A Política Nacional Contra o Antissemitismo será concretizada por meio:

I – da Semana Nacional contra o Antissemitismo, ocasião em que, nas escolas, nos hospitais e nos estabelecimentos públicos e privados, em geral, serão lembradas e debatidas as diversas agressões históricas contra o povo judeu, com ênfase na agressão nazista e no Holocausto dela resultante;

II – do Dia Nacional de Luto pelo Holocausto e de Luta Contra o Nazismo e Outras Formas de Discriminação pela atribuição deliberada e



arbitrária de características nocivas aos membros de qualquer grupo social que possua identidade própria;

III – da articulação de ações perenes de conscientização entre os diferentes setores da vida nacional, públicos e privados, ligados à educação, saúde, transporte, segurança pública, comércio, indústria, serviços e outros setores que mostrem públicos-alvo relevantes.

Parágrafo único. Regulamento definirá:

I – as datas da Semana Nacional contra o Antissemitismo e do Dia Nacional de Luto pelo Holocausto e de Luta Contra o Nazismo e Outras Formas de Discriminação;

II – os formatos e os conteúdos do material de divulgação a ser distribuído junto ao público-alvo mencionado no inciso I do *caput* deste artigo;

III – as instituições governamentais encarregadas de coordenar o processo e articular as diferentes instâncias públicas nele envolvidas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Temos visto, nos tempos recentes, a extensão em que os preconceitos contra os judeus *não foram esquecidos*.

Lidamos, aqui, com um problema que tem raízes milenares. Perdeu-se de vista o tempo em que os preconceitos contra judeus se entranharam nas culturas ocidentais e, de algum modo, se tornaram “funcionais”, isto é, as sociedades se acostumaram a conviver com ele e com a “classificação” das pessoas em “gente” e “subgente”, conforme fossem judias ou não. Que se note: aqui não se fala, especificamente, de religião ou de algum outro traço cultural específico. Tratamos, com a proposição que ora trazemos à Vossa consideração, de lutar contra um preconceito *tão agressivo quanto vago e difuso*, o que ajuda a explicar a longevidade de crenças culturais cujos conteúdos reais são *o ódio e o preconceito valorizados em si e por si mesmos*. Os nazistas, em seus esforços midiáticos diabólicos, perceberam a



oportunidade de unificar parte da população, senão sua maioria, não por uma ideia razoável que a todos unisse, mas pela geração de uma *emoção*, a do ódio contra grupos sociais específicos. Os judeus foram os principais alvos.

E não há que se falar que o antissemitismo de matriz nazista é fato raro entre nós. Desde os anos ‘1920, a associação entre judaísmo e “comunismo”, ou a “conspiração mundial dos judeus” para a tomada do poder mundial e para o esvaziamento dos valores cristãos no Ocidente faz-se presente entre nós, inclusive dentro do Estado. Não é demasiado lembrar que pessoas judias tiveram, aqui, restrições de direitos, como os ligados à emissão de passaportes e vistos para ingresso no país.

Nossa proposição visa *colocar no lugar dessa emoção*, que segue percorrendo a história como fantasma insepulto, um conjunto de *argumentos racionais* que, observados pelas pessoas, darão à vida social um curso mais suave e produtivo, pondo de lado guerras, midiáticas ou não, e permitindo que, na ausência destas, a vida siga melhor. E não é demasiado dizer que, assim, iremos honrar e valorizar uma das mais importantes de nossas características nacionais, a saber, a tolerância e o “deixar viver”.

São essas as razões em nome das quais pedimos aos nobres e às nobres Pares o seu apoio a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA





SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.067, de 2024, do Senador Carlos Viana, que *institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei epígrafado, de autoria do Senador Carlos Viana, que visa a instituir a Política Nacional Contra o Antissemitismo.

Apresentada a este Colegiado em 4 de abril de 2024, não recebeu emendas no prazo regimental.

Versado em quatro artigos, em essência, o Projeto impõe as diretrizes e os meios com que a política pública nacional de combate ao antissemitismo será levada a cabo.

II – ANÁLISE

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, inciso IX, da



SENADO FEDERAL

Constituição, segundo o qual compete à União legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do *caput* dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Regimentalmente, este colegiado, em sua competência genérica (art. 102-E, RISF), pode opinar sobre o projeto, uma vez que o combate ao antissemitismo é uma forma de assegurar direitos humanos básicos.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i*) o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da *generalidade*; *iv*) se afigura dotado de potencial *coercitividade*; e *v*) é compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

No que concerne ao mérito, o Projeto é momentoso e de suma importância. A pretexto de encaminhar críticas políticas legítimas quanto à política externa do Estado de Israel, indivíduos e grupos com agendas antissemitas declaradas ou veladas têm promovido o ódio antissemita em nosso país.

No intuito de potencializar os efeitos da iniciativa do nobre parlamentar, garantindo-lhe maior eficiência, sugerimos alguns aditamentos com o intuito de:

- a. definir mais precisamente o antissemitismo: incluir uma definição explícita de antissemitismo nos artigos iniciais demarcará parâmetros mais claros para os formuladores e gestores de políticas públicas sobre os elementos do antissemitismo, já amadurecidos no debate público internacional, nos organismos internacionais e no bloco econômico e político (União Europeia) com maior histórico e conhecimento de causa sobre o fenômeno e os



SENADO FEDERAL

meios e modos de combatê-lo. Ademais disso, facilita a interpretação jurídica e garante que os órgãos encarregados tenham uma base objetiva para identificar e combater práticas antissemitas;

- b. ampliar as diretrizes (art. 2º): o artigo se concentra em divulgação e reconhecimento histórico. É necessário acrescentar diretrizes que incluam: monitoramento e coleta de dados; promoção de treinamentos para forças de segurança, educadores e servidores públicos para reconhecer e combater o antissemitismo; cooperação internacional; assegurar que a política não se limite à conscientização, mas também inclua medidas práticas e preventivas;
- c. detalhar as ações perenes (art. 3º, III): criação de observatórios regionais de combate ao antissemitismo; programas educacionais contínuos sobre a importância da inclusão; parcerias com instituições e centros de pesquisa;
- d. prever mecanismos de fiscalização e responsabilização: incluir artigos específicos sobre fiscalização, sanções administrativas e canais de denúncia para práticas antissemitas; garantir que a lei não seja apenas simbólica, mas também aplicável e passível de fiscalização;
- e. determinar a participação comunitária e consulta pública: prever a participação de comunidades judaicas e especialistas em direitos humanos na definição das diretrizes e conteúdos educacionais; e reforçar a legitimidade da política ao incluir diretamente os grupos afetados; e
- f. clarificar as definições e os prazos (art. 4º): especificar prazos para regulamentação e



SENADO FEDERAL

implementação das diretrizes, bem como critérios para revisão periódica da política.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.067, de 2024, na forma do Substitutivo.

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 1.067, DE 2024

Institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo, com o objetivo de promover a conscientização da sociedade sobre os graves problemas advindos dos preconceitos culturais e sociais contra os judeus, combater a discriminação antissemita em todas as suas formas e prevenir a disseminação de ideias e atos que fomentem o ódio e a intolerância.

Art. 2º Entende-se por antissemitismo:

I – a discriminação, preconceito, hostilidade ou violência contra pessoas de origem judaica, instituições judaicas ou símbolos judaicos, em razão de sua identidade, cultura, religião ou etnia;

II – a promoção, incitação, instigação, por qualquer meio, de forma direta ou indireta, da prática de violência, ódio ou discriminação contra pessoas, grupos ou instituições judaicas, em razão de sua origem étnica, cultural, religiosa e identidade comunitária, ou de suas inclinações políticas, inclusive por meio de



SENADO FEDERAL

discursos, publicações, símbolos, sinais, imagens ou qualquer outra forma de comunicação;

III – a ofensa à dignidade ou ao decoro da comunidade judaica ou de seus membros, usando elementos referentes à raça, etnia, religião, política, origem ou condição;

IV – a disseminação de ideias que essencializem negativamente os judeus ou façam generalizações pejorativas, incluindo a atribuição de características nocivas intrínsecas;

V – a utilização de símbolos, imagens ou estereótipos históricos para representar negativamente os judeus;

VI – a promoção de narrativas que responsabilizem coletivamente os judeus pelas ações do Estado de Israel, ou que exijam que judeus, pelo simples fato de serem judeus, posicionem-se publicamente sobre políticas do Estado de Israel;

VII – a negação, minimização ou distorção do Holocausto, incluindo a negação da existência de campos de extermínio, do uso de câmaras de gás ou da magnitude do genocídio perpetrado pelo regime nazista;

VIII – a recusa de acesso a empregos, serviços ou oportunidades com base na identidade judaica da pessoa;

IX – a agressão física ou verbal contra pessoas, instituições ou locais de culto judaicos, incluindo a vandalização de cemitérios, sinagogas ou escolas judaicas com símbolos nazistas, como suásticas;

X – a difusão, em qualquer meio, de mensagens que estigmatizem os judeus como uma ameaça coletiva;

XI – a responsabilização coletiva ou individual por atos políticos de quaisquer estados;



SENADO FEDERAL

XII – o impedimento ou a obliteração ao acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, com base na identidade judaica da pessoa; e

XIII – a recusa ou o impedimento de acesso a estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços ou de qualquer natureza, com base na identidade judaica da pessoa.

Parágrafo único. Não constitui antissemitismo para os fins deste artigo:

I – a crítica, mesmo severa, a políticas de qualquer governo, incluindo o Estado de Israel, desde que não se baseie em preconceitos raciais, religiosos ou étnicos ou não os induza; ou

II – o apoio a direitos políticos, civis e humanos dos palestinos, desde que não negue aos judeus o direito à autodeterminação coletiva.

Art. 3º São diretrizes da Política Nacional Contra o Antissemitismo:

I – o monitoramento e a coleta de dados sobre incidentes de racismo antissemita;

II – a promoção de treinamento e capacitação para os operadores do Direito, as forças de segurança, os educadores e os servidores públicos para o reconhecimento e o combate ao antissemitismo;

III – a promoção de cooperação com organizações internacionais especializadas na promoção dos direitos humanos e no combate ao antissemitismo;

IV – a promoção de medidas práticas e preventivas contra o racismo antissemita;



SENADO FEDERAL

V – a promoção da educação e da conscientização pública sobre a história do povo judeu, suas contribuições à sociedade e os desafios enfrentados em razão do antissemitismo;

VI – o desenvolvimento de campanhas permanentes para combater o preconceito antissemita e promover a tolerância e o respeito entre diferentes grupos culturais e religiosos;

VII – o estímulo à criação de programas educacionais que abordem o antissemitismo, o Holocausto e outros genocídios como forma de prevenir crimes motivados por ódio e intolerância;

VIII – o incentivo à produção de pesquisas acadêmicas e relatórios sobre o impacto do antissemitismo no Brasil e no mundo, bem como suas manifestações contemporâneas, com destinação específica de verbas para o feito; e

IX – o fortalecimento da cooperação entre órgãos públicos, instituições educacionais, organizações judaicas para a criação de ambientes livres de discriminação e ódio.

Art. 4º A Política Nacional Contra o Antissemitismo será concretizada por meio de:

I – criação de observatórios regionais de combate ao antissemitismo;

II – programas educacionais contínuos sobre o combate ao racismo antissemita;

III – parcerias com instituições e centros de pesquisa;

IV – realização anual da Semana Nacional contra o Antissemitismo, com debates, seminários e eventos culturais em escolas, universidades e espaços públicos para relembrar as agressões históricas contra o povo judeu, com ênfase no Holocausto e suas lições para a humanidade;



SENADO FEDERAL

V – criação de campanhas permanentes de conscientização e combate ao antissemitismo, incluindo a produção e distribuição de materiais educativos, vídeos informativos e recursos digitais acessíveis;

VI – incentivo ao treinamento de profissionais de segurança, educadores e agentes públicos para identificar e combater atos antissemitas em suas respectivas áreas de atuação; e

VII – articulação com a mídia e plataformas digitais para prevenir a disseminação do antissemitismo, seja por palavras, gestos ou símbolos. .

Parágrafo único. Regulamento específico definirá:

I – os formatos e os conteúdos do material de divulgação a serem distribuídos junto ao público-alvo;

II – as instituições governamentais encarregadas de coordenar e fiscalizar a implementação desta política;

III – os formatos e os conteúdos do material de divulgação a ser distribuído junto ao público-alvo mencionado no inciso I do *caput* deste artigo; e

IV – as instituições governamentais encarregadas de coordenar o processo e articular as diferentes instâncias públicas nele envolvidas.

Art. 5º A Política Nacional Contra o Antissemitismo será fiscalizada por meio de órgãos competentes, que deverão:

I – criar canais acessíveis para denúncias de práticas antissemitas, com garantia de proteção ao denunciante e processamento célere das queixas;

II – aplicar sanções administrativas;



SENADO FEDERAL

III - a denúncia de qualquer ato, fala ou incitação que configure antissemitismo deverá ser imediatamente encaminhada, sem prejuízo das apurações internas, aos órgãos competentes para investigação e eventual responsabilização penal e civil;

IV – realizar auditorias periódicas para avaliar a eficácia das medidas adotadas no combate ao antissemitismo, publicando relatórios anuais de resultados; e

V – desenvolver sistemas de monitoramento para identificar e quantificar incidentes antissemitas, garantindo transparência na divulgação dos dados.

Art. 7º Os regulamentos necessários para a efetiva implementação desta Política deverão ser elaborados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação desta Lei, incluindo:

I – criação dos canais de denúncia e mecanismos de fiscalização;

III – definição dos indicadores para monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas ao combate ao antissemitismo; e

IV – elaboração de campanhas permanentes de conscientização e educação.

§ 1º A primeira consulta pública obrigatória deverá ser realizada no prazo máximo de 12 (doze) meses após a publicação desta Lei, com a divulgação de seus resultados e eventuais ajustes nas diretrizes da política.

§ 2º O Poder Executivo poderá, por meio de regulamento, especificar as responsabilidades de cada órgão envolvido

§ 3º O descumprimento das diretrizes estabelecidas neste artigo por parte dos órgãos competentes será objeto de



SENADO FEDERAL

fiscalização pelo Ministério Público e poderá resultar em responsabilização administrativa e cível dos gestores públicos envolvidos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

7



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1796, DE 2024

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança.

AUTORIA: Senadora Janaína Farias (PT/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Janaína Farias

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** A partir do oitavo mês de gestação e durante 120 dias após o parto a estudante ficará assistida pelo regime de atividades realizadas em domicílio.

§ 1º O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da instituição de ensino.

§ 2º O regime de atividades realizadas em domicílio de que trata o *caput* poderá ser substituído pela oferta de ensino mediada por tecnologia, de forma remota, conforme diretrizes nacionais em vigência, regulamento do respectivo sistema ou instituição de ensino, caso disponível.

§ 3º O regime de realização temporária de atividades em domicílio e a oferta de ensino mediada por tecnologia previsto no *caput* e no § 2º serão assegurados à estudante lactante durante o primeiro ano de vida da criança. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Janaína Farias

JUSTIFICAÇÃO

A maternidade é uma experiência transformadora na vida de uma mulher, trazendo consigo, contudo, muitos desafios e responsabilidades. Para as mães lactantes, a dificuldade de permanecer estudando é real e desafiadora. No entanto, acreditamos que é possível conciliar a maternidade com os estudos, desde que haja apoio adequado, que as instituições de ensino reconheçam e valorizem o esforço e a dedicação das mães lactantes, oferecendo um ambiente inclusivo e suporte necessário para que elas possam continuar sua jornada acadêmica.

Com efeito, a amamentação é um processo que demanda tempo, energia e dedicação e pode causar desconfortos físicos que dificultam a concentração. Ainda, cuidar de um recém-nascido exige atenção constante, deixando pouco tempo livre para se dedicar aos estudos, sem contar com a pressão social e o estigma em torno das mães lactantes que podem levá-las a se sentir sobrecarregadas e com a sensação de que é impossível conciliar a maternidade com a busca pelo conhecimento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os bebês sejam alimentados exclusivamente com leite materno até os 6 meses de idade. E que, mesmo após a introdução dos primeiros alimentos sólidos, sigam sendo amamentados até, pelo menos, os 2 anos de idade. Ressalta-se que a proposta dispõe para a mãe estudante o período razoável de um ano para que ela possa amamentar, considerando que a criança nessa fase já passou pela introdução alimentar e conta com outras formas de nutrição.

Ainda, segundo o Ministério da Saúde, o aleitamento materno é a forma de proteção mais econômica e eficaz contra a mortalidade infantil, protegendo as crianças de diarreias, infecções respiratórias e alergias, entre outras doenças. De acordo com o ministério, em 1986, o percentual de crianças brasileiras com menos de 6 meses alimentadas exclusivamente com



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Janaína Farias

leite materno não passava de 3%. Em 2008, já tinha atingido os 41%. Atualmente, a amamentação exclusiva chega aos 46%. Percentual próximo aos 50% que a OMS estipulou como meta a ser atingida pelos países até 2025. Além disso, seis em cada dez (60%) crianças são amamentadas até completar 2 anos de idade.

A esse respeito, em decisão de segunda instância, que abre precedentes para que outras mães universitárias busquem continuar os estudos sem deixar de cuidar das crianças, a Justiça garantiu a uma universitária lactante acesso a aulas remotas de Direito no Distrito Federal. Nota-se que o projeto de lei que ora apresentamos vem aprimorar uma legislação elaborada em 1975. Ao longo do tempo os recursos disponíveis mudaram e os avanços tecnológicos inseriram outras possibilidades de oferta de atividades.

Outra atualização importante que estamos fazendo nessa legislação no sentido de modernizá-la é a ampliação do período que a mãe lactante pode, independente da disponibilização das aulas remotas, permanecer com o seu bebê, alterando os 03 (três) meses da Lei de 1975 e adequando para os 120 dias dispostos de licença maternidade na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, apresentamos esta proposição, de modo a oferecer maneiras de superar as dificuldades para que mães lactantes continuem estudando. Previmos, assim, a possibilidade de que elas sejam inseridas no regime de atividades domiciliares, a que fazem jus as estudantes em estado de gestação, por força da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Ainda, considerando o papel fundamental que a tecnologia tem desempenhado na educação, e sua maior adoção a partir da pandemia, estabelecemos a possibilidade de que o regime de atividades domiciliares seja substituído pela oferta de ensino remoto, caso disponível, conforme diretrizes nacionais em vigência, regulamento do respectivo sistema ou instituição de ensino.

Considerando o mérito social e educacional da proposição, solicitamos aos Pares a aprovação da matéria.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Janaína Farias

Sala das Sessões,

Senadora **JANAÍNA FARIAS**

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 6.202, de 17 de Abril de 1975 - LEI-6202-1975-04-17 - 6202/75
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1975;6202>
- art1



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.796, de 2024, da Senadora Janaína Farias, que *altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.796, de 2024, de autoria da Senadora Janaína Farias, que objetiva alterar a *Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança.*

A iniciativa atribui nova redação ao *caput* do art. 1º da Lei nº 6.202, de 1975, para prever que, a partir do oitavo mês de gestação e durante 120 dias após o parto, a estudante ficará assistida pelo regime de atividades realizadas em domicílio.

Além disso, o PL torna o atual parágrafo único do art. 1º da Lei nº 6.202, de 1975, em § 1º, substituindo o termo “escola” por “instituição de ensino”. Insere, também, os novos §§ 2º e 3º para determinar que *i)* o regime de atividades realizadas em domicílio poderá ser substituído pela oferta de ensino mediada por tecnologia, de forma remota, conforme diretrizes nacionais em vigência,



SENADO FEDERAL

regulamento do respectivo sistema ou instituição de ensino, caso disponível; e *ii)* o regime de realização temporária de atividades em domicílio e a oferta de ensino mediada por tecnologia serão assegurados à estudante lactante durante o primeiro ano de vida da criança.

A lei que resulte da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, a autora da matéria argumenta que apresenta a proposição a fim de oferecer meios para que mães lactantes superem as dificuldades e possam continuar estudando. Assim, prevê a possibilidade de que elas sejam inseridas no regime de atividades domiciliares a que fazem jus as estudantes em estado de gestação por força da Lei nº 6.202, de 1975. Estabelece, também, *a possibilidade de que o regime de atividades domiciliares seja substituído pela oferta de ensino remoto, caso disponível, conforme diretrizes nacionais em vigência, regulamento do respectivo sistema ou instituição de ensino.* Ademais, afirma que a proposição moderniza a Lei nº 6.202, de 1975, ao ampliar o período de permanência da mãe estudante com o seu bebê para 120 dias após o parto.

A matéria foi distribuída para a CDH e, posteriormente, seguirá para análise em caráter terminativo da Comissão de Educação e Cultura.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre matéria relacionada aos direitos da mulher e à proteção à família e à infância, o que torna regimental a análise do PL por este Colegiado.



SENADO FEDERAL

No mérito, a proposição possui objeto louvável: garantir condições adequadas para que estudantes gestantes, mães e lactantes possam prosseguir em seus estudos. Para isso, o PL possibilita que as estudantes tenham acesso tanto a regime de atividades realizadas em domicílio quanto a oferta de ensino mediada por tecnologia a partir do oitavo mês de gestação e durante 120 dias após o parto. Atualmente, o período previsto pela Lei nº 6.202, de 1975, para o regime de exercícios domiciliares é de apenas três meses, em evidente atraso frente à legislação trabalhista e previdenciária no que tange à proteção à maternidade.

Ademais, no caso de a estudante ser lactante, o regime de atividades em domicílio ou a oferta de ensino mediada por tecnologia serão assegurados até que seu filho complete um ano de idade. Dessa forma, a atualização promovida pelo PL na Lei nº 6.202, de 1975, observa não apenas o período de aleitamento materno exclusivo recomendado pela OMS, como também vai além ao ser ainda mais protetiva.

Essas medidas de atualização contribuem para que as estudantes possam continuar seus estudos, sem abdicar de criar laços iniciais com seus filhos e de promover o aleitamento materno, se assim desejarem, usufruindo de seus benefícios, os quais contemplam tanto a mãe quanto a criança. Entre os benefícios do aleitamento materno, destacam-se a prevenção do sobrepeso e do diabetes tipo 2 na infância, a proteção contra a leucemia e a síndrome da morte súbita infantil, e o menor risco de câncer de mama e de ovários.

Adicionalmente, o PL também poderá contribuir para diminuir a evasão escolar em razão da gravidez durante a adolescência, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Ao não contar com o apoio institucional durante a gestação ou após o nascimento do filho, muitas estudantes adolescentes são levadas a interromper seus estudos, o que perpetua ciclos de pobreza, exclusão e desigualdade.



SENADO FEDERAL

Outrossim, o PL é compatível com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a qual consigna que a adoção pelos Estados Partes de medidas especiais destinadas a proteger a maternidade não será considerada discriminatória e determina que *os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação*.

Não obstante isso, há oportunidade para aprimoramentos na proposta.

Nesse sentido, alteramos o PL para uniformizar as definições atribuídas ao regime de ensino assegurado a gestantes e lactantes. Para isso, adotamos termo já utilizado no âmbito da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Ademais, após a apresentação do PL, adveio a Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024, que *dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo*. Diante disso, optamos por referenciá-la na matéria, a fim de explicitar sua aplicação concomitantemente ao que prevê o PL.

Em adição a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com redação dada pela Lei nº 14.952, de 6 de agosto de 2024, passou a prever, em seu art. 81-A, que os sistemas de ensino estabelecerão, para a educação básica e superior, regime escolar especial para o atendimento a *(a) estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de condição de saúde que impossibilite o acesso à instituição de ensino; e (b) mães estudantes lactantes*.



SENADO FEDERAL

Assim, considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já traz previsão de regime escolar especial às lactantes, optamos por suprimir a menção de que, no caso de a estudante ser lactante, o regime de atividades em domicílio ou a oferta de ensino mediada por tecnologia serão assegurados até que seu filho complete um ano de idade, a fim de evitar conflito normativo. De todo modo, a previsão do PL de regime escolar especial contempla tanto as lactantes quanto as não lactantes. Além disso, adicionamos a possibilidade de prorrogação do período do regime especial no caso das lactantes, mediante requerimento motivado da própria estudante.

Considerando o princípio constitucional da igualdade, que incide sobre mães biológicas e mães adotantes, e visando a promover maior consonância com o período da licença-maternidade — que, em determinados casos, equivale a 180 dias —, propomos, ainda, que sejam assegurados às gestantes, adotantes e às mulheres que obtiverem guarda judicial para fins de adoção a oferta de ensino remoto ou o regime de atividades domiciliares pelo período mínimo de 180 dias.

Entendemos que essas alterações reforçarão, ainda mais, o direito das mulheres à educação, a proteção à maternidade e à infância, e o compromisso constitucional de não tratar diferentemente mães adotantes e mães biológicas.

Ademais, com o objetivo de concretizar a igualdade de deveres nos cuidados parentais e o princípio constitucional da paternidade responsável, estendemos também aos estudantes pais o direito assegurado às estudantes mães. Caso não o fizéssemos, estaríamos desconsiderando os estudantes que se tornam pais, especialmente pai solo, e reforçando o estigma de que cabe exclusivamente à mulher prestar os cuidados parentais aos filhos, o que não é admitido por nossa ordem constitucional.

Finalmente, enfatizamos que, apenas com avanços como os trazidos pelo PL, poderemos efetivamente garantir o direito das mulheres à educação, a proteção à maternidade e à infância, e



SENADO FEDERAL

combater a desigualdade, propiciando os meios para que as mães e pais continuem seu percurso educacional em igualdade de oportunidades com os demais estudantes.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.796, de 2024, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº -CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 1.796, DE 2024

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar regime escolar especial aos estudantes, em razão de gestação, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Assegura regime escolar especial aos estudantes, em razão de gestação, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção.”



SENADO FEDERAL

“Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante pelo menos 180 (cento e oitenta) dias após a data do parto, a estudante terá acesso a regime escolar especial, que consistirá em oferta de ensino remoto ou regime de atividades domiciliares, nos termos de regulamento do respectivo sistema ou instituição de ensino.

§ 1º O regime escolar especial de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, previsto no *caput*, será assegurado aos estudantes em razão de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, mediante a apresentação de documento que comprove o nascimento ou de termo judicial de guarda ou adoção.

§ 2º No caso de estudante lactante, a duração do período previsto no *caput* poderá ser prorrogada, mediante requerimento motivado da própria estudante.

§ 3º A aplicação desta Lei observará, no que couber, o disposto nas Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 14.925, de 17 de julho de 2024.” (NR)

“Art. 2º Em casos excepcionais, devidamente comprovados mediante atestado médico, o período do regime escolar especial previsto no *caput* e no § 1º do art. 1º poderá ser aumentado.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado aos estudantes submetidos ao regime escolar especial o direito à prestação dos exames finais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



SENADO FEDERAL

, Relatora

8



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA sobre o Sugestão nº 18, de 2020, do Programa e-Cidadania, que propõe a *"Prorrogação do auxílio emergencial enquanto durar o estado de calamidade pública no Brasil"*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão a análise da Sugestão nº 18, de 2020, apresentada por meio do Programa e-Cidadania do Senado Federal, com o objetivo de prorrogar o pagamento do auxílio emergencial enquanto perdurasse o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.

A proposta foi encaminhada nos termos do Ato da Mesa nº 3, de 2011, e na forma do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, após atingir o número necessário de apoios da sociedade.

II – ANÁLISE

A Sugestão nº 18, de 2020, refletia a preocupação social legítima com a continuidade do amparo às populações vulneráveis diante da emergência sanitária global. O auxílio emergencial foi um



SENADO FEDERAL

marco na história do combate à pobreza no Brasil e salvou milhares de vidas. Um estudo liderado pelo matemático Vinicius Albani, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estima que, naquele ano, o número de mortes poderia ter sido até quase oito vezes maior na ausência do programa.¹

O programa representou uma medida de impacto significativo do governo federal à época.

Todavia, do ponto de vista legislativo e prático, considera-se a matéria prejudicada. O auxílio emergencial foi efetivamente prorrogado por atos do Poder Executivo ao longo de 2020 e parte de 2021. Posteriormente, ainda durante a administração anterior, o benefício transitou para o programa Auxílio Brasil, por meio da Medida Provisória nº 1.061, de 2021, convertida na Lei nº 14.284, no mesmo ano.

Além disso, o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), originalmente temporário, foi consolidado como permanente a partir de 2022, sob a administração anterior, por meio de sucessivas alterações legais e orçamentárias. Entre elas, destaco a Medida Provisória nº 1.130, que se tornou a Lei nº 14.469, de 2022, e a Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022.

Foi com a iniciativa do Poder Executivo da época e em parceria com o Congresso Nacional que, finalmente, a Constituição passou a prever a renda básica como um direito. Hoje, as transferências de renda são um direito social expressamente previsto no art. 6º do texto constitucional. Nenhum governante jamais poderá retirar esse auxílio. Isso, graças a outra Emenda Constitucional, a de nº 114, de 16 de dezembro de 2021.

Desde esses adventos, o país vem registrando, ano a ano, sucessivas reduções nas taxas de pobreza e extrema pobreza, segundo as séries estatísticas oficiais mais recentes. Em 2022,

¹ ALBANI, Vinicius V. L.; ALBANI, Roseane A. S.; BOBKO, Nara; et al. *On the Role of Financial Support Programs in Mitigating the Sars-CoV-2 Spread in Brazil*. Pré-print. [S.l.]: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36127657/> Acesso em: 23/06/2025



SENADO FEDERAL

registrou-se o menor nível de desigualdade de renda da história até então, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com novo nome, o auxílio de R\$ 600,00, originado naquela administração, continua sendo pago até hoje.

É com satisfação, portanto, que se declara a prejudicialidade desta matéria. Atenderam-se os anseios da sociedade, como dos cidadãos que se mobilizaram por essa Sugestão. Cinco anos depois, pode-se afirmar que há um grande legado daquele período de governo no combate à pobreza na pandemia, porque transformou a luta contra a miséria no Brasil de forma permanente.

Com base nesses fatos, constata-se que os efeitos pretendidos pela Sugestão nº 18, de 2020, foram materializados pela política pública subsequente, tornando sua tramitação desnecessária. Nos termos regimentais, trata-se, portanto, de proposição prejudicada por perda de objeto.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **prejudicialidade** da Sugestão nº 18, de 2020, com seu consequente arquivamento, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 26/2020/SCOM

Brasília, 3 de agosto de 2020

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 140976.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Diretor da Secretaria de Comissões



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO
FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 140976

Título

Prorrogação Do Auxílio Emergencial Enquanto Durar O Estado De Calamidade Pública No Brasil

Descrição

ALTERAR O ART. 2º DA LEI 13.982/2020 PARA QUE CONSTE O SEGUINTE TEXTO: Enquanto durar o estado de calamidade pública, será concedido auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos: I - seja maior... (sic)

Mais detalhes

Em 20/03/2020 foi decretado estado de calamidade pública no Brasil conforme decreto legislativo 06/2020. Considerando que a situação que gerou a referida calamidade ainda persiste, inclusive, com agravamento em alguns Estados, entendemos que o auxílio emergencial deverá seguir o mesmo prazo, ou seja, perdurar até 31/12/2020 (data fixada no decreto) ou até quando a população dispuser de vacina. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Inss Passo A Passo

E-mail: insspassoapasso@gmail.com

UF: SP

Data da publicação da ideia: 29/07/2020

Data de alcance dos apoios necessários: 31/07/2020

Total de apoios contabilizados até 03/08/2020: 38.255

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=140976>

9



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2036, DE 2024

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que *dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde*, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 13.**

§ 1º

§ 2º As disposições do § 1º e de seus incisos também se aplicam aos vínculos dos beneficiários que sejam pessoas idosas ou pessoas com deficiência, independentemente do tipo de contratação dos produtos de que trata o *caput*.

§ 3º O regulamento disciplinará a manutenção do vínculo das pessoas idosas ou pessoas com deficiência beneficiárias dos produtos de que trata o *caput* cujo contrato coletivo empresarial ou coletivo por adesão for rescindido unilateralmente.” (NR)

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei dos Planos de Saúde – Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 – prevê os seguintes tipos de contratação para os planos de saúde: individual (ou familiar) e coletivo (empresarial ou por adesão). No âmbito dos planos coletivos, uma pessoa jurídica firma contrato com as operadoras de modo a



disponibilizar planos de saúde para uma carteira de beneficiários (empregados, servidores públicos, associados etc.) a ela vinculados.

Sabe-se que planos coletivos, empresariais ou por adesão, podem ter seus vínculos rescindidos unilateralmente pelas operadoras, sem qualquer motivação, desde que haja previsão contratual e esse rompimento seja comunicado com antecedência de sessenta dias.

Quando isso ocorre, os beneficiários ficam em situação de insegurança e vulnerabilidade, pois não sabem se conseguirão contratar uma nova operadora. Esse cenário de incerteza, que infelizmente é permitido pela legislação, é ainda mais desafiador para as pessoas idosas e pessoas com deficiência, que podem precisar de atenção à saúde de maneira mais frequente e tempestiva que outros indivíduos.

É preocupante o aumento de queixas de beneficiários sobre rescisões unilaterais de planos coletivos por adesão. Segundo reportagem publicada no jornal Valor Econômico¹, nos últimos cinco anos foram mais de 69 mil reclamações relacionadas ao cancelamento unilateral dos planos de saúde. Apenas nos três primeiros meses de 2024, a ANS contabilizou 4,8 mil queixas do tipo.

Em sentido semelhante, o jornal Metrôpoles também apontou que, de janeiro a abril deste ano, 300 reclamações foram feitas à Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) pelas famílias de pessoas consideradas “caras” demais para ter acesso a um tratamento contínuo pelos convênios².

Por essa razão, consideramos essencial modificar a regulamentação do tema, eliminando a possibilidade de que os contratos de planos de saúde de pessoas idosas e pessoas com deficiência – que são alvo recorrente de discriminação e exclusão pelas empresas da saúde suplementar – sejam rescindidos unilateralmente pelas operadoras mesmo no regime de contratação coletiva.

Nossa iniciativa tem o objetivo de inibir condutas abusivas de operadoras, que se aproveitam da eventual vulnerabilidade das pessoas que

¹ <https://valor.globo.com/google/amp/legislacao/noticia/2024/04/13/o-que-fazer-quando-o-plano-de-saude-cancela-o-contrato-de-modo-unilateral.ghtml>.

² <https://www.metropoles.com/distrito-federal/300-denuncias-planos-alegam-prejuizos-e-descredenciam-autistas-no-df>

mais necessitam desse serviço, além de contribuir para a manutenção dos serviços de saúde que são oferecidos aos cidadãos dessa faixa etária.

Certos dos benefícios de nossa proposta, contamos com o apoio de nossos pares para que seja aprovada.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.656, de 3 de Junho de 1998 - Lei dos Planos de Saúde (1998) - 9656/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9656>
- art13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2036, de 2024, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 2.036, de 2024, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde*, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

A proposição consiste em dois artigos.

O art. 1º acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei dos Planos de Saúde para assegurar que, mesmo nos contratos coletivos empresariais ou por adesão, a rescisão unilateral não seja aplicada a beneficiários idosos e a pessoas com deficiência. Prevê ainda que regulamento disporá sobre a manutenção do vínculo nessas hipóteses. O art. 2º determina a vigência imediata da lei que resultar da proposição.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Na justificação, o autor argumenta que o cancelamento de planos coletivos sem justa causa tem afetado especialmente idosos e pessoas com deficiência, populações que demandam cuidados contínuos e são frequentemente alvo de práticas discriminatórias das operadoras. Ressalta os dados recentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), segundo os quais, apenas nos três primeiros meses de 2024, foram registradas 4,8 mil reclamações de consumidores contra cancelamentos unilaterais, além de notícias de centenas de queixas formalizadas às Defensorias Públicas estaduais.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na sequência, seguirá para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), cabendo à última comissão a decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno. Na CDH, não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos III e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, à proteção e integração social das pessoas com deficiência e proteção aos idosos, o que torna regimental a análise do Projeto de Lei nº 2.036, de 2024, por este Colegiado.

A matéria insere-se na competência legislativa da União (CF, art. 22, VII e art. 24, XII). Não há vícios de iniciativa ou inconstitucionalidade. Pelo contrário, o projeto reforça princípios constitucionais como a proteção integral à pessoa idosa e à pessoa com deficiência (arts. 23 e 230).

No mérito, as alterações que o projeto opera na Lei nº 9.656, de 1998, têm a finalidade assegurar a continuidade do vínculo contratual de idosos e pessoas com deficiência com os planos de saúde, vedando o cancelamento unilateral pelas operadoras, mesmo em contratos coletivos. Com isso, a proposta busca proteger grupos vulneráveis que necessitam de atenção contínua à saúde, eliminando práticas abusivas e contribuindo para reduzir a judicialização no setor de saúde suplementar.

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

A manutenção do vínculo contratual assegura a continuidade dos cuidados essenciais, reduz incertezas e previne violações ao direito à saúde, previsto no art. 6º da Constituição Federal. Trata-se, portanto, de medida adequada e necessária.

Contudo, com o objetivo de aperfeiçoar a proposição e reforçar sua coerência normativa e técnica, propomos ajustes em sua redação.

A primeira alteração visa garantir maior proteção aos consumidores em situação de fragilidade clínica. Para tanto, aprimora-se o inciso III do § 1º do art. 13 da Lei nº 9.656, de 1998, para ampliar a proibição de cancelamento dos contratos também durante tratamentos médicos continuados ou terapias indispensáveis, e não apenas durante internações hospitalares. Busca-se, assim, superar interpretações restritivas da lei e coibir práticas abusivas de operadoras que, mesmo cientes da necessidade de continuidade terapêutica, cancelam contratos após a alta hospitalar ou no curso de terapias ambulatoriais essenciais — como quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, fisioterapia, terapias ocupacionais e acompanhamento psicossocial.

Também se aprimora a redação dos §§ 2º e 3º, tornando explícito, no § 2º, que as proteções previstas no § 1º — como a vedação à rescisão durante tratamento médico continuado — estendem-se aos contratos coletivos empresariais e por adesão, sempre que os beneficiários sejam pessoas idosas ou com deficiência. Essa ampliação evita interpretações restritivas e assegura tratamento isonômico entre as modalidades contratuais, em conformidade com o princípio da igualdade material e com o dever de garantir acessibilidade e continuidade do atendimento em saúde.

Por fim, a alteração no § 3º reforça a necessidade de regulamentação específica sobre as condições de manutenção do vínculo desses beneficiários, aplicando-se também aos contratos vigentes e prevendo um regime de transição que permita a adaptação progressiva das operadoras e dos consumidores. Essa medida busca conciliar a proteção dos usuários com a estabilidade do mercado de saúde suplementar, prevenindo distorções econômicas e litígios.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Com essas modificações, o projeto alinha-se às boas práticas legislativas e às diretrizes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre contratos coletivos, harmonizando o equilíbrio contratual com a proteção de grupos vulneráveis e corrigindo distorções históricas da saúde suplementar, merecendo, portanto, a aprovação desta Comissão.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.036, de 2024, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 2.036, DE 2024

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 13.**
§ 1º
.....

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de tratamento médico continuado, inclusive internação hospitalar ou terapias indispensáveis.

§ 2º As disposições previstas no § 1º aplicam-se igualmente aos contratos coletivos empresariais e aos contratos coletivos por adesão, sempre que os beneficiários sejam pessoas idosas ou pessoas com deficiência.

§ 3º O regulamento disporá sobre as condições de manutenção do vínculo de beneficiários idosos ou pessoas com deficiência, inclusive em caso de rescisão unilateral de contratos coletivos empresariais ou por adesão, aplicando-se também aos contratos em vigor, podendo prever regime de transição destinado a permitir a adaptação progressiva das operadoras e dos beneficiários.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

10



PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 6, de 2021, do Programa e-Cidadania, que propõe *"Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas - chega de contagem secreta!"* (sic).

Relator: Senador **FLÁVIO BOLSONARO**

I – RELATÓRIO

A Sugestão nº 6, de 2021, originária do Programa e-Cidadania, propõe a aplicação da publicidade do escrutínio por meio de impressos ou cédulas, visando a uma maior transparência no processo de votação. A ideia legislativa, que alcançou o número necessário de apoios (mais de 20 mil manifestações), demanda, nos termos regimentais, análise e parecer desta Comissão.

A proposta central da sugestão é garantir que o escrutínio seja público, voto a voto, imediatamente após o encerramento do pleito, independentemente do sistema de votação adotado (eletrônico ou manual). Adicionalmente, sugere-se que as cédulas escrutinadas sejam reservadas em um receptáculo lacrado e registrado para eventuais recontagens. Conforme mencionado no documento:

A sugestão consiste em determinar a obrigatoriedade do “escrutínio público, voto a voto, imediatamente após o encerramento do pleito, independentemente do sistema de votação adotado, eletrônico ou manual, reservando-se as cédulas escrutinadas em receptáculo lacrado e registrado para eventuais recontagens.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 19, 2020, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisar as ideias legislativas oriundas do portal do Programa e-Cidadania que recebam o apoio de 20 mil cidadãos em até quatro meses.

A análise da Sugestão nº 6, de 2021, requer uma avaliação equilibrada dos princípios constitucionais e das práticas eleitorais. A Constituição Federal, em seu artigo 1º, consagra a soberania popular como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Nesse sentido, a transparência e a confiança no processo eleitoral são elementos essenciais para a legitimidade do sistema democrático.

A proposta de publicidade do escrutínio, com a impressão ou utilização de cédulas, pode contribuir para o fortalecimento da confiança pública nas eleições. A possibilidade de acompanhamento direto da contagem dos votos, voto a voto, pode mitigar percepções de opacidade ou manipulação, promovendo uma maior adesão e aceitação dos resultados eleitorais.

O sufrágio não é apenas a manifestação da vontade individual, mas o processo em que se apura a autoridade da vontade majoritária e abarca a apuração eletrônica de votos que não pode se dar em ato secreto por contrariar o princípio constitucional da publicidade. Assim é que se apresenta os conceitos e o itinerário necessário ao processo do sufrágio e respeitado cada voto individual.

O ato administrativo de escrutínio do voto deve ser público em observância do princípio da publicidade garantido o conhecimento direto do cidadão sem dependência técnica, permitido que o eleitor verifique, de forma visual e imediata, se o conteúdo registrado na urna eletrônica de fato corresponde à sua escolha.

Cabe ao serviço eleitoral a escolha de instrumentos que assegurem a observância da publicidade.

III – VOTO

Diante do exposto, e considerando a importância de promover a transparência e a confiança no processo eleitoral, manifestamos nosso voto FAVORÁVEL à Sugestão nº 6, de 2021, com sua transformação em projeto de lei, nos termos seguintes:

PROJETO DE LEI Nº

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre a obrigatoriedade do registro impresso do voto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade do registro impresso do voto nas eleições gerais e municipais.

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 61-B:

“**Art. 61-B.** Em todas as eleições, o processo de votação eletrônica deverá gerar um registro impresso de cada voto, que será depositado de forma automática e sem contato manual do eleitor em urna lacrada e indevassável.

§ 1º O eleitor deverá conferir visualmente o registro impresso de seu voto antes de sua conclusão, garantindo a correspondência exata entre a sua escolha e o que foi impresso.

§ 2º A impressão de que trata o *caput* não deverá conter qualquer informação que permita a identificação do eleitor, assegurando o sigilo e a inviolabilidade do voto.

§ 3º Os registros impressos dos votos servirão exclusivamente para fins de auditoria e recontagem, conforme regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral.” (NR)

Art. 3º A obrigatoriedade do registro impresso do voto será implementada em caráter experimental nas Eleições Gerais de 2026.

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará os procedimentos para a implementação experimental prevista no *caput* e avaliará a segurança, a viabilidade técnica, operacional, orçamentária e financeira dessa implementação.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral adotará as providências necessárias para que os requisitos de que trata o § 1º deste artigo sejam integralmente atendidos, a fim de viabilizar a completa implementação do registro impresso do voto em todos os pleitos subsequentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 18/2021/SCOM

Brasília, 12 de maio de 2021

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 146383.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 146383

Título

Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas - Chega de contagem secreta!

Descrição

Restaura a confiança e a legalidade do sistema eleitoral. O escrutínio público feito na própria seção, c/ média 300 eleitores cada, garante zero fraude. Texto proposto: "O processo de qualquer votação e escrutínio conduzido por administrador eleitoral público, será realizado... (segue cx auxiliar): (sic)

Mais detalhes

...nas seções eleitorais designadas a cada eleitor, e deverá garantir o escrutínio público, voto a voto, imediatamente após o encerramento do pleito, independentemente do sistema de votação adotado, eletrônico ou manual, reservando-se as cédulas escrutinadas em receptáculo lacrado e registrado para eventuais recontagens." Proposta em nome da coalizão de movimentos e ativistas civis Convergências. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Thomas Raymund Korontai
E-mail: thomas@thomaskorontai.org
UF: PR

Data da publicação da ideia: 07/12/2020

Data de alcance dos apoios necessários: 12/03/2021

Total de apoios contabilizados até 11/05/2021: 20.624

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=146383>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

UF	APOIOS
AC	460
AL	104
AM	212
AP	41
BA	660
CE	432
DF	933
ES	388
GO	448
MA	169
MG	1.995
MS	293
MT	213
PA	277
PB	198
PE	514
PI	113
PR	1.352
RJ	3.012
RN	238
RO	125
RR	31
RS	1.204
SC	1.010
SE	120
SP	6.000
TO	82
TOTAL	20.624



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº UF Cidadão		
1	AC	ADAUTO R FIGUEIREDO AD****@GMAIL.COM
2	AC	ADILSON ZAMBOTTI AD****@HOTMAIL.COM
3	AC	AFONSO NETO AF****@HOTMAIL.COM
4	AC	AFRANIO MARCIO AF****@HOTMAIL.COM
5	AC	AILTON GOMES MORENO AI****@GMAIL.COM
6	AC	ALCEU COELHO BORGES DUARTE AL****@HOTMAIL.COM
7	AC	ALCIMAR GUIMARAES PERCE AL****@GMAIL.COM
8	AC	ALESSANDRO TAMBUCCI TA****@OUTLOOK.COM
9	AC	ALEXANDRE EMILIO JAVOSKI GAMA AE****@GMAIL.COM
10	AC	ALEXANDRE FELIZARDO RIBEIRO AL****@YAHOO.COM.BR
11	AC	ALEX CAPPELLANO FRANCISCHELLI AL****@GMAIL.COM
12	AC	ALEX ROCHA SILVA AL****@GMAIL.COM
13	AC	ALEX SOARES IN****@HOTMAIL.COM
14	AC	ALICE PONTES AL****@UOL.COM.BR
15	AC	ALINY ROSA AL****@GMAIL.COM
16	AC	AMANDA LUCIANA CARVALHO HUNT AM****@GMAIL.COM
17	AC	AMARO MARTINS BARBOSA NETO NE****@HOTMAIL.COM
18	AC	AMERICO OURIQUES AM****@GMAIL.COM
19	AC	ANA CELIA MENDES DE SOUZA AC****@HOTMAIL.COM
20	AC	ANA CLAUDIA RODRIGUES AN****@YAHOO.COM.BR
21	AC	ANA GARCIA SO****@YAHOO.COM.BR
22	AC	ANA LEITAO AN****@MACAU.CTM.NET
23	AC	ANA LICIA BORGES AN****@GMAIL.COM
24	AC	ANA LUCIA BITENCOURT TEIXEIRA BI****@YAHOO.COM.BR
25	AC	ANA LUCIA MEDINA NEVES AN****@GMAIL.COM
26	AC	ANA MARIA COLOMBO PERALTA PE****@HOTMAIL.COM
27	AC	ANDERSON FIORI AN****@HOTMAIL.COM
28	AC	ANDRE BERARDINELLI AN****@HOTMAIL.COM
29	AC	ANDRE GOMES GO****@GMAIL.COM
30	AC	ANDRE LUIS PEREIRA AN****@IG.COM.BR
31	AC	ANDRE PEDROSA CARNEIRO AP****@GMAIL.COM
32	AC	ANGELA MARCHESI AN****@GMAIL.COM
33	AC	ANGELA MARIA LEITE GOIS CORREA AN****@ROCKETMAIL.COM
34	AC	ANGELO RAMON AN****@HOTMAIL.COM
35	AC	ANGEL SANTANDER AN****@GMAIL.COM
36	AC	ANIBAL KRISANOSKI AN****@ROKRISA.COM.BR
37	AC	ANNA MARY REZENDE AM****@LIVE.COM
38	AC	ANSELMO RONDINA AN****@HOTMAIL.COM
39	AC	ANTONIO CARLOS FAGUNDES AC****@UOL.COM.BR
40	AC	ANTONIO CARLOS FALEIROS FERREIRA FA****@GMAIL.COM
41	AC	ANTONIO CLAUDEVI AN****@HOTMAIL.COM
42	AC	ANTONIO FERNANDES DE SOUZA FILHO AN****@HOTMAIL.COM
43	AC	ANTONIO LISBOA DE CARVALHO FILHO LI****@GMAIL.COM
44	AC	ANTONIO LUIS PEREIRA DA SILVA FILHO FI****@HOTMAIL.COM
45	AC	ANTONIO ROBERTO F. FERREIRA RO****@BETAGAL.COM
46	AC	ANTONIO ROBERTO PACKER AN****@GMAIL.COM
47	AC	APARECIDA CLEIA GERIN CL****@GMAIL.COM
48	AC	APARECIDA FERNANDES MC****@GLOBO.COM
49	AC	ARISTON ALMEIDA CORREIA JUNIOR AR****@HOTMAIL.COM
50	AC	ARLEAN ANDREI DANTAS GOMES AR****@HOTMAIL.COM
51	AC	ARLINDO SANTOS AR****@TERRA.COM.BR
52	AC	ARMANDO C. LIPPI AR****@GMAIL.COM
53	AC	ARTHUR GUIMARAES LINS JUNIOR AR****@GMAIL.COM
54	AC	ASTERIA HELENA AS****@BOL.COM.BR
55	AC	AUREA FREITAS FR****@HOTMAIL.COM
56	AC	AUREA VECCHIA SOUZA JU****@YAHOO.COM.BR
57	AC	AU RENE BARBOSA AU****@HOTMAIL.COM
58	AC	AVANY FERREIRA MULLER AV****@YAHOO.COM.BR
59	AC	BEATRIZ AMORIM BE****@HOTMAIL.COM
60	AC	BOB TOMATINHO RO****@GMAIL.COM
61	AC	CARLA VEIGA CA****@GMAIL.COM
62	AC	CARLO EUGENIO LOPES MAGNANI CE****@GMAIL.COM
63	AC	CARLOS ALBERTO GOMES CG****@GMAIL.COM
64	AC	CARLOS ARAGAO CA****@HOTMAIL.COM
65	AC	CARLOS BATISTA CA****@HOTMAIL.COM
66	AC	CARLOS BRATTI CA****@GMAIL.COM
67	AC	CARLOS CARDOSO CJ****@OPTONLINE.NET
68	AC	CARLOS MORI JUNIOR CM****@GMAIL.COM
69	AC	CARLOS ROBERTO SERRAT DE OLIVEIRA CA****@UOL.COM.BR
70	AC	CAROL LAZARI LA****@GMAIL.COM
71	AC	CELIA CAMPOS C.****@GMAIL.COM
72	AC	CELIA MARIA DA SILVA CE****@HOTMAIL.COM
73	AC	CELIA MARTINS CE****@IG.COM.BR
74	AC	CELSO DO AMARAL ALMEIDA FO****@GMAIL.COM
75	AC	CEZAR FURTADO CE****@GMAIL.COM
76	AC	CHIL KORPER ZUNSZTERN CK****@GMAIL.COM
77	AC	CHRISTINA DEMARCO CH****@YAHOO.COM.BR
78	AC	CHUPLA 16 CH****@GMAIL.COM
79	AC	CINARA AMARAL E SILVA CI****@GMAIL.COM
80	AC	CLARA DALTRO LI****@GMAIL.COM
81	AC	CLARA LEMMI CESTARI CL****@YAHOO.COM.BR
82	AC	CLAUDETE VOLKAN DE SOUZA C.****@UOL.COM.BR
83	AC	CLAUDIA HELENA DE SOUZA RABELO CL****@GMAIL.COM
84	AC	CLAUDIA NERES CL****@HOTMAIL.COM
85	AC	CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS SANTOS CL****@GMAIL.COM
86	AC	CLAUDIO ELOI SOUZA DIAS CL****@GMAIL.COM
87	AC	CLAUDIO FONSECA DE FREO CL****@GMAIL.COM
88	AC	CLAUDIO LUIZ MACIEL CL****@GMAIL.COM
89	AC	CLAUDIO MARTINS CL****@GMAIL.COM
90	AC	CLAUDIO TORTORI CT****@GMAIL.COM
91	AC	CLEIDE PERICINOTTO CL****@GMAIL.COM
92	AC	CLODOMIRO AUGUSTO DE OLIVEIRA CL****@GMAIL.COM
93	AC	CRISTIANE DA SILVA CARDOZO CR****@GMAIL.COM
94	AC	CRISTINA FAVA CR****@VIRGILIO.IT
95	AC	CRISTINA JUNTA JUNTA CR****@HOTMAIL.COM
96	AC	DANIELA CORDEIRO DA****@GMAIL.COM
97	AC	DANIEL DUBANHEVITZ D.****@HOTMAIL.COM
	AC	DANIEL FREITAS DA****@GMAIL.COM
	AC	DANIEL SOZO DA****@TERRA.COM.BR
	AC	DAURO SANT DA****@HOTMAIL.COM
	AC	DEBORA SUCHY DG****@GMAIL.COM
	AC	DENISE VOLPE DE****@YAHOO.COM.BR
	AC	DEVANIR PEREIRA BAZANINI DE****@YAHOO.COM.BR



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº UF Cidadão	
104 AC DIAS ANGELO AF****@GMAIL.COM	
105 AC DIEGO CONDE DI****@ICLOUD.COM	
106 AC DILCELINA SOUZA DOS SANTOS DI****@HOTMAIL.COM	
107 AC DILMA DRUMOND DI****@GMAIL.COM	
108 AC DILMA FATIMA DI****@HOTMAIL.COM	
109 AC DINA FALAVIGNA DL****@UEM.BR	
110 AC DONI TURMA DO DONI DO****@GMAIL.COM	
111 AC DULCE TERESINHA BARROS MENDES DE MORAIS DU****@GLOBO.COM	
112 AC DULCÍDIA RAMOS DU****@HOTMAIL.COM	
113 AC EDEVAL ARI VIEIRA ED****@GMAIL.COM	
114 AC EDIMAR DE OLIVEIRA ED****@YAHOO.COM.BR	
115 AC EDMILSON BARBOSA ED****@GMAIL.COM	
116 AC EDUARDO DE FIGUEIREDO ED****@YAHOO.COM.BR	
117 AC EDUARDO VAINÉ EE****@HOTMAIL.COM	
118 AC ELIANA FURTADO DE ANDRADE CA****@GMAIL.COM	
119 AC ELIANA TEIXEIRA ALVES NI****@HOTMAIL.COM	
120 AC ELIANE MOLICA EL****@GMAIL.COM	
121 AC ELISABETH DOLORES AIDAR DO****@HOTMAIL.COM	
122 AC ELISABETH PRETO EL****@HOTMAIL.COM	
123 AC ELIZABETH OLIVEIRA EL****@GMAIL.COM	
124 AC ELIZETH RIOS PR****@GMAIL.COM	
125 AC ELVIRA DE FATIMA PENA EL****@GMAIL.COM	
126 AC ELZA EDELY BELTRAN EE****@HOTMAIL.COM	
127 AC ENZO SAMPAIO CHAGAS EN****@SOU.UFAC.BR	
128 AC ERIC GIL LECOQ E.****@GMAIL.COM	
129 AC ERINALDO ARCINI MARTINS ER****@GMAIL.COM	
130 AC ESTER CHASSOT CH****@YAHOO.COM.BR	
131 AC EUDINEY PIFFER JUNIOR EU****@GMAIL.COM	
132 AC EVANICE COSTA DOS PRAZERES NI****@TERRA.COM.BR	
133 AC FABIO ALVARENGA FA****@YAHOO.COM.BR	
134 AC FABIO DIX DE SANTIS FA****@GMAIL.COM	
135 AC FABIO GALLE FA****@GMAIL.COM	
136 AC FABIOLA CRISTINA PANETTA FC****@YAHOO.COM	
137 AC FABIO MAISTRO Zi****@MAC.COM	
138 AC FATIMA LUISA MAIA FA****@YAHOO.COM.BR	
139 AC FATIMA MANGABEIRA FA****@YAHOO.COM.BR	
140 AC FATIMA ROSA FA****@HOTMAIL.COM	
141 AC FERNANDO BARROS FB****@GMAIL.COM	
142 AC FERNANDO DOS SANTOS AN****@YAHOO.COM.BR	
143 AC FERNANDO FARIAS JF****@GMAIL.COM	
144 AC FERNANDO ROBSON BATISTA FR****@GMAIL.COM	
145 AC FERNANDO SANTOS FE****@GMAIL.COM	
146 AC FHATIMA SANTOS SA****@HOTMAIL.COM	
147 AC FLAVIANA ORGE PIMENTA MACHADO FL****@GMAIL.COM	
148 AC FLAVIO AGRIPINO FL****@YAHOO.COM.BR	
149 AC FRANCISCO MARCULINO JUNIOR FM****@TERRA.COM.BR	
150 AC GEORGE ROOSEVELT FERES GE****@HOTMAIL.COM	
151 AC GEOVANIA TATIBANA DE SOUZA GE****@GMAIL.COM	
152 AC GETULIO VALIM GP****@GMAIL.COM	
153 AC GILBERTO GABRIEL DA SILVA GI****@GMAIL.COM	
154 AC GILBERTO GERALDO MARQUES GI****@PBH.GOV.BR	
155 AC GILBERTO PEDROSA SCHITTINI GS****@TERRA.COM.BR	
156 AC GILBERTO RAGAGNIN GR****@GMAIL.COM	
157 AC GILDO RIBEIRO GI****@GMAIL.COM	
158 AC GISELE ROCHA RO****@HOTMAIL.COM	
159 AC GISELE TEIXEIRA LATINI GI****@GMAIL.COM	
160 AC GISELI BRITTO VIEIRA GB****@GMAIL.COM	
161 AC GISELE LESSA GM****@GMAIL.COM	
162 AC GLAUCIA ALBUQUERQUE GL****@BADKID.COM.BR	
163 AC GUILHERME AUGUSTO BONIFACIO DE ARAUJO GA****@OUTLOOK.COM	
164 AC GUILHERME PIRES DE CAMARGO GU****@YAHOO.COM.BR	
165 AC GUI SAN JG****@GMAIL.COM	
166 AC HANRI COIFFEUR HA****@GLOBO.COM	
167 AC HECSON BARBOSA HE****@YAHOO.COM	
168 AC HELOIZA QUERINO SOUZA HE****@GMAIL.COM	
169 AC HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA HE****@HOTMAIL.COM	
170 AC HENRIQUE VILLELA DE OLIVEIRA HV****@GMAIL.COM	
171 AC HILDA ARAUJO HI****@TERRA.COM.BR	
172 AC HILTON PASSOS HI****@GMAIL.COM	
173 AC HOMERO MACHADO QUEIROZ QUEIROZ HO****@GMAIL.COM	
174 AC HUGO RAFAELI CASAGRANDE HU****@GMAIL.COM	
175 AC HUMBERTO CUNHA HP****@GMAIL.COM	
176 AC HUMBERTO MEIRA SI****@GMAIL.COM	
177 AC IDAIONI APARECIDA DE SOUZA ID****@GMAIL.COM	
178 AC IRENE RIBEIRO ZUCCO IR****@GMAIL.COM	
179 AC ISABELA IVENS DE ARAUJO IS****@HOTMAIL.COM	
180 AC ISABEL CRISTINA PEREIRA DA SILVA IC****@HOTMAIL.COM	
181 AC ISABEL LEONEL IS****@YAHOO.COM	
182 AC ISA RATIER IS****@HOTMAIL.COM	
183 AC IVANIR MALATESTA IV****@HOTMAIL.COM	
184 AC IVANIR MARCONI IV****@HOTMAIL.COM	
185 AC IVETE TEREZINHA ZALTRON IV****@GMAIL.COM	
186 AC IVONE MONTEIRO IV****@GMAIL.COM	
187 AC IZABEL FRANCO IZ****@GMAIL.COM	
188 AC IZAIAS LINO FI****@GMAIL.COM	
189 AC JACKSON ABREU JA****@HOTMAIL.COM	
190 AC JACOB JAGER JA****@GMAIL.COM	
191 AC JAIME AUGUSTO MARQUES JM****@JAIMEMARQUES.COM.BR	
192 AC JAIME EVANGELHO JA****@GMAIL.COM	
193 AC JAIME MENDONCA OLIVEIRA JA****@HOTMAIL.COM	
194 AC JANETE SALTORATTO MA****@YAHOO.COM.BR	
195 AC JBGARCIAEXX GARCIA JB****@YAHOO.COM.BR	
196 AC JEANE SALAZAR BAPTISTA CARVALHO JE****@GMAIL.COM	
197 AC JEFFERSON FONSECA JE****@GMAIL.COM	
198 AC JOAO ALBUQUERQUE JJ****@UOL.COM.BR	
199 AC JOAO BATISTA MENEZES CRUZ JO****@HOTMAIL.COM.BR	
200 AC JOAO CARLOS RODRIGUES DE SOUZA JO****@MICROMIDIA.COM.BR	
AC JOAO CESAR LORENZETTI CASINI JC****@GMAIL.COM	
AC JOAO NATALICIO DE OLIVEIRA JO****@YAHOO.COM.BR	
AC JOAO PAULO FERNANDES GUIMARAES JP****@ICLOUD.COM	
AC JOAO ROBERTO GONCALVES JR****@HOTMAIL.COM	
AC JOMAR M. CUNHA MC****@GMAIL.COM	
AC JORGE CARREIRO JO****@HOTMAIL.COM	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº UF Cidadão	
207	AC JORGE DA SILVA LIMA JO****@GMAIL.COM
208	AC JORGE DE SOUZA JS****@GMAIL.COM
209	AC JORGE VILAS BOAS TAVARES JO****@HOTMAIL.COM
210	AC JO RROC J.****@GMAIL.COM
211	AC JOSAFÁ ESTRELA JE****@HOTMAIL.COM
212	AC JOSEANE OLIVEIRA JO****@GMAIL.COM
213	AC JOSE CLAUDIO SOUZA DOS SANTOS PR****@HOTMAIL.COM.BR
214	AC JOSE EDUARDO BUENO BU****@ONICRON.COM.BR
215	AC JOSE EULLER BATISTA ZE****@GMAIL.COM
216	AC JOSE LUIS BRIDA JL****@GMAIL.COM
217	AC JOSE LUIZ FASSINA JF****@HOTMAIL.COM
218	AC JOSE NETO ZE****@GMAIL.COM
219	AC JOSE RABELO DE SANTANA RA****@GMAIL.COM
220	AC JOSE SILVIO SANTOS DE SOUSA JS****@GMAIL.COM
221	AC JOSE VALDECIR SCHMITT VA****@HOTMAIL.COM
222	AC JUCA LAUXEN JO****@HOTMAIL.COM
223	AC JULIANA NATEL JU****@HOTMAIL.COM
224	AC JULIANO CORDEIRO SH****@GMAIL.COM
225	AC JULIO JOSE BARROS JU****@HOTMAIL.COM
226	AC JUSSARA GOMES DOS SANTOS LO****@HOTMAIL.COM
227	AC JUSSARA MARIA DE ANDRADE JD****@GMAIL.COM
228	AC KARLA MACHADO AL****@GMAIL.COM
229	AC KHALIL KASSOUF KH****@KASSOUF.ADM.BR
230	AC LAIS LAGE LA****@GMAIL.COM
231	AC LCA ANDRADE LL****@GMAIL.COM
232	AC LECI PERES LO****@GMAIL.COM
233	AC LEILA BALEN LE****@HOTMAIL.COM
234	AC LELIANE DE SOUZA MORAES LE****@GMAIL.COM
235	AC LEONARDO SIDONIO LM****@HOTMAIL.COM
236	AC LEONARDO VELASQUEZ VE****@HOTMAIL.COM
237	AC LILIAN BRUNS LI****@GMAIL.COM
238	AC LISANDRO BATISTA DE MELO EN****@YAHOO.COM.BR
239	AC LIVIA BEATRIZ SIQUEIRA ROSA BENTO LI****@GMAIL.COM
240	AC LUCIANA SILVA TEIXEIRA RIBEIRO LU****@GMAIL.COM
241	AC LUCIENE WANGBERG LU****@HOTMAIL.COM
242	AC LUCILENE STELATO S FREITAS LU****@HOTMAIL.COM
243	AC LUCILIA MARIA MAGALHAES LU****@YAHOO.COM.BR
244	AC LUCIO SILVA LU****@CLOUD.COM
245	AC LUIS BEDIN LU****@GLOBO.COM
246	AC LUIS FERNANDO FERRAROLI DOS SANTOS LU****@GMAIL.COM
247	AC LUIS GUTIERREZ LG****@GMAIL.COM
248	AC LUIZ CLAUDIO BARBOSA LC****@GMAIL.COM
249	AC LUIZ CLAUDIO LUIZAO LU****@HOTMAIL.COM
250	AC LUIZ FERNANDO PIMENTA LF****@HOTMAIL.COM
251	AC LUIZ VALERIO DUTRA FILHO LU****@GMAIL.COM
252	AC LUIZ VERA LU****@HOTMAIL.COM
253	AC MAG MARGARETE MA****@HOTMAIL.COM
254	AC MALDI ROCHA MA****@YAHOO.COM.BR
255	AC MANUEL CARLOS MAZZA LIEBANA TORRES MC****@E-TORRES.COM.BR
256	AC MARCELA DO VALE MA****@MSN.COM
257	AC MARCELO GONCALVES DE FARIA MA****@HOTMAIL.COM
258	AC MARCELO HORTA MA****@HOTMAIL.COM
259	AC MARCELO LIMA MA****@GMAIL.COM
260	AC MARCELO TEIXEIRA DA COSTA FILHO MA****@CLINICAMTC.COM.BR
261	AC MARCIA ANDORFATO MA****@HOTMAIL.COM
262	AC MARCIA BEZERRA MA****@LIVE.COM
263	AC MARCIA DIAS BRAGA MA****@HOTMAIL.COM
264	AC MARCIA HARMENON IS****@GMAIL.COM
265	AC MARCIA HELENA MA****@HOTMAIL.COM
266	AC MARCIA KLEIZER M.****@TERRA.COM.BR
267	AC MARCIA REGINA MA****@GMAIL.COM
268	AC MARCIA RIO MA****@GMAIL.COM
269	AC MARCIA TERRAFINO MA****@GMAIL.COM
270	AC MARCIO CORREA MA****@HOTMAIL.COM
271	AC MARCIO OLIVEIRA DOS SANTOS MA****@YAHOO.COM.BR
272	AC MARCOS ANTONIO BRAGA DA ROCHA MA****@HOTMAIL.COM
273	AC MARCO SCHETTINO MA****@GMAIL.COM
274	AC MARCOS COPETTI WEBER TC****@GMAIL.COM
275	AC MARCOS DETICIO MA****@GMAIL.COM
276	AC MARCOS FERREIRA MA****@HOTMAIL.COM
277	AC MARCOS FREIRE MA****@GMAIL.COM
278	AC MARCOS OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
279	AC MARCUS LESSA MA****@GMAIL.COM
280	AC MARGARETE PARECIDA CANAZART MA****@GMAIL.COM
281	AC MARIA ASSUNTA MARQUESI MA****@HOTMAIL.COM
282	AC MARIA AUXILIADORA ANTUNES DO****@HOTMAIL.COM
283	AC MARIA BELTRAO BELTRAO M.****@HOTMAIL.COM
284	AC MARIA CATHARINA VAREJAO MA****@IG.COM.BR
285	AC MARIA CLODOMIRA SALES VIGA MA****@IFAC.EDU.BR
286	AC MARIA CRISTINA DE ARAUJO REIS MA****@GMAIL.COM
287	AC MARIA CRISTINA ROSSI TI****@HOTMAIL.COM
288	AC MARIA CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER CR****@KIRSNER.COM.BR
289	AC MARIA DE FATIMA FREITAS SAMPAIO FA****@HOTMAIL.COM
290	AC MARIA DE LURDES FAVERI ML****@ME.COM
291	AC MARIA DO CARMO FERREIRA MC****@UOL.COM.BR
292	AC MARIA ELIZABETH BAPTISTA VIANNA VI****@GMAIL.COM
293	AC MARIA GENOVEVA ANDRADE MA****@HOTMAIL.COM
294	AC MARIA JESUS MA****@GMAIL.COM
295	AC MARIA JOSE BORGES DOS SANTOS MJ****@YAHOO.COM.BR
296	AC MARIA LEONOR GARCIA DIAS ML****@HOTMAIL.COM
297	AC MARIA LUCIA MATHEUS MA****@GMAIL.COM
298	AC MARIA LUIZA BORGES DA SILVA ML****@GMAIL.COM
299	AC MARIA LUIZA PERETTOR ZI****@PORTOWEB.COM.BR
300	AC MARIANGELA LIMA MA****@MARIANGELALIMA.COM.BR
301	AC MARIANGELA P CHAVES MA****@GMAIL.COM
302	AC MARIANGELA WALTRICK MA****@GMAIL.COM
303	AC MARIA OLIVEIRA ZZ****@GMAIL.COM
	AC MARIA PINHO MC****@HOTMAIL.COM
	AC MARILEA ESTEVES MA****@YAHOO.COM.BR
	AC MARILEI ZORTHEA ZO****@GMAIL.COM
	AC MARILISA ANTONIAZZI CALOMENO AN****@HOTMAIL.COM
	AC MARINA EBERLE COMANDULLI MA****@GMAIL.COM
	AC MARIO SILVA MA****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº UF Cidadão		
310	AC	MARIZELI RIGONI CARVALHO ZE****@HOTMAIL.COM
311	AC	MARLI O. ULMANN MA****@HOTMAIL.COM
312	AC	MARLUCE COSTA STOLL MA****@GMAIL.COM
313	AC	MARYANE DOS SANTOS CARVALHO CARVALHO JR****@GMAIL.COM
314	AC	MAURICIO MOREIRA SUSINI RIBEIRO SU****@GMAIL.COM
315	AC	MAURO NIEHUES DE FARIAS MA****@HOTMAIL.COM
316	AC	MIKELLISON NASCIMENTO MI****@HOTMAIL.COM
317	AC	MILTON TEIXEIRA MI****@GMAIL.COM
318	AC	MIQUEIAS CARDOZO MI****@HOTMAIL.COM
319	AC	MIRIAN SOARES MI****@HOTMAIL.COM
320	AC	MISEUDA F SILVA MI****@HOTMAIL.COM
321	AC	MOEMA FELSKES LEUCK MO****@GMAIL.COM
322	AC	MOISES SATURNINO MS****@GMAIL.COM
323	AC	MONICA ANDREA CONCA MO****@GMAIL.COM
324	AC	MONICA CAVALCANTI SP****@YAHOO.COM.BR
325	AC	MONICA ILENBURG PIMENTA MO****@GMAIL.COM
326	AC	MONICA MACHADO MO****@HOTMAIL.COM
327	AC	MONICA MARIA OLIVEIRA VIANA PEDROTE NA****@GMAIL.COM
328	AC	NADIA GIMENES NA****@HOTMAIL.COM
329	AC	NADUA GARBE NA****@HOTMAIL.COM
330	AC	NAIIF CHALUB NA****@GMAIL.COM
331	AC	NATALIA LOPES NA****@TERRA.COM.BR
332	AC	NELCIRIA PEREIRA PESSOA PEDRA NE****@HOTMAIL.COM
333	AC	NELSON COSTA NE****@GMAIL.COM
334	AC	NELSON SIQUEIRA BARBOZA NE****@GMAIL.COM
335	AC	NEREIDA MAIRA NE****@HOTMAIL.COM
336	AC	NEUZA MARIA APARECIDA MENDES NM****@YAHOO.COM.BR
337	AC	NEUZA RAQUEL BARBIERI FARONE MA****@HOTMAIL.COM
338	AC	NICOLAU MITSUO SATUDI NM****@HOTMAIL.COM
339	AC	NINA MARA GENTIL IUCIF NI****@YAHOO.COM.BR
340	AC	NORMA CALI NO****@MSN.COM
341	AC	ODILIO BALBINOTTI FILHO OD****@SEMENTESADRIANA.COM.BR
342	AC	ODIR MARTINS OD****@GMAIL.COM
343	AC	ORIVALD GUMZ GU****@GUMZREPRESENTACOES.COM.BR
344	AC	OSVALDO SANTOS JUNIOR OS****@GMAIL.COM
345	AC	OSWALDO ABREU JUNIOR OA****@YAHOO.COM.BR
346	AC	PADILLA LUIZ ROBERTO NUNES PADILLA LU****@GMAIL.COM
347	AC	PASTORCARLOS ALVES PR****@GMAIL.COM
348	AC	PAULO GILBERTO BORDIN BO****@GMAIL.COM
349	AC	PAULO HENRIQUE NAZARETH PA****@GMAIL.COM
350	AC	PAULO HUNGRIA PH****@GMAIL.COM
351	AC	PAULO IROQUEZ BERTUSSI PA****@BERTUSSIDESIGN.COM.BR
352	AC	PAULO LATADO PA****@GMAIL.COM
353	AC	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA PA****@BOL.COM.BR
354	AC	PAULO ROBERTO PIMENTEL PA****@GMAIL.COM
355	AC	PAULO SOUSA SO****@YAHOO.COM.BR
356	AC	PAULO TEOFILO PA****@HOTMAIL.COM
357	AC	PEDRO GARDENAL PE****@GMAIL.COM
358	AC	PEDRO PAULO MIRANDA PE****@GMAIL.COM
359	AC	PIER ANGELI MIGLIANO PA****@GMAIL.COM
360	AC	RACHEL MARREIRO LYRIO RA****@HOTMAIL.COM
361	AC	RAFAEL MOURA RA****@GMAIL.COM
362	AC	RAIMUNDO LUIZ FERREIRA ALVES RL****@GMAIL.COM
363	AC	REGINA APUD RA****@DOMINIOEXP.COM.BR
364	AC	REGINA MAURA DE ALMEIDA DA FONSECA RM****@HOTMAIL.COM
365	AC	REINALDO PECLAT RE****@GMAIL.COM
366	AC	RENAN PEREIRA RE****@GMAIL.COM
367	AC	RENATA DUARTE RE****@HOTMAIL.COM
368	AC	RENIO SUMAN RE****@GMAIL.COM
369	AC	RIANNE MARTINS RI****@GMAIL.COM
370	AC	RICARDO CERQUEIRA LIMA DA GRACA PINTO LEITE RI****@GMAIL.COM
371	AC	RICARDO MOACYR DE VASCONCELLOS RI****@GLOBO.COM
372	AC	RITA BASSO BA****@YAHOO.COM.BR
373	AC	RITA DE CASSIA BAZAN MIGLIOLI MI****@GMAIL.COM
374	AC	ROBERTO MANOEL BOAVISTA SEARA MACHADO RO****@GMAIL.COM
375	AC	ROBSON RODRIGUES VE****@HOTMAIL.COM
376	AC	RODRIGO BALLESTEROS RB****@HOTMAIL.COM
377	AC	RODRIGO CARNEIRO DE SOUZA RO****@GMAIL.COM
378	AC	RONALDO LIPPI RO****@TERRA.COM.BR
379	AC	ROSA MARIA CORREIA DA SILVA BRANDAO RO****@HOTMAIL.COM
380	AC	ROSA MARIA PAULA MONTEIRO RO****@HOTMAIL.COM
381	AC	ROSANA NUNES ZA****@HOTMAIL.COM
382	AC	ROSANA VELLUTO RO****@GMAIL.COM
383	AC	ROSANGELA PENTEADO DE LEMOS BUTTI CARDOSO TO****@YAHOO.COM.BR
384	AC	ROSANGELA SAMWAYS RO****@HOTMAIL.COM
385	AC	ROSAURA ROCHA RO****@YAHOO.COM.BR
386	AC	ROSELAINES STEFFENS RO****@TERRA.COM.BR
387	AC	ROSELI BIER RO****@GMAIL.COM
388	AC	ROSELI GONCALVES RO****@HOTMAIL.COM
389	AC	ROSELI RAMOS RO****@GMAIL.COM
390	AC	ROSELLE TORRES TO****@HOTMAIL.COM
391	AC	ROSE PINHO RO****@HOTMAIL.COM
392	AC	ROZELY CERRA RO****@GMAIL.COM
393	AC	RUBIANA MONTEIRO ALVES MENEGAZ RU****@BOL.COM.BR
394	AC	RUDE FREIRE RH****@YAHOO.COM.BR
395	AC	RUTH HELENA RU****@GMAIL.COM
396	AC	RUY FLORES JR****@GMAIL.COM
397	AC	SADY SANTANA SA****@GMAIL.COM
398	AC	SALETE TEREZINHA FURLAN TRIDAPALLI SA****@HOTMAIL.COM
399	AC	SANDERSON MURILO SA****@GMAIL.COM
400	AC	SANDRA FONSECA DE OLIVEIRA SA****@HOTMAIL.COM
401	AC	SANDRA SAMPAIO MUZI SA****@GMAIL.COM
402	AC	SANDRA SOUZA SA****@HOTMAIL.COM
403	AC	SANDRA VELASCO TREVELIN DU****@YAHOO.COM.BR
404	AC	SAUL BETTEGA JUNIOR SA****@YAHOO.COM.BR
405	AC	SELSIL SELSIL SE****@GMAIL.COM
406	AC	SERENA LETIZIA BOLLA FERNANDES SE****@GMAIL.COM
	AC	SERGIO ALEXANDRE KUCERA SA****@GMAIL.COM
	AC	SERGIO DOMENE SE****@GMAIL.COM
	AC	SERGIO FINGER DA SILVA SE****@HOTMAIL.COM
	AC	SERGIO ROBERTO MOLLETTA SE****@GMAIL.COM
	AC	SERGIO SIQUEIRA COSTA REIS SE****@GMAIL.COM
	AC	SHEILA FERREIRA DE PAULA SH****@AC.GOV.BR



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº UF Cidadão		
413	AC	SHEILA PRASS SH****@GMAIL.COM
414	AC	SHIN MAYOSHI SH****@GMAIL.COM
415	AC	SIDINEI DIAS SI****@GMAIL.COM
416	AC	SILVIO TAPIOCA BASTOS SI****@HOTMAIL.COM
417	AC	SINVAL SILVA DA COSTA SI****@GMAIL.COM
418	AC	SINVAL TOLDOS SI****@GMAIL.COM
419	AC	SIRLEIDE DOS SANTOS NUNES DE BARROS SI****@GMAIL.COM
420	AC	SOLANGE BOLOGNANI SO****@GMAIL.COM
421	AC	SONIA MONDADORI SO****@UOL.COM.BR
422	AC	SUZANA CRUZ DA SILVA SU****@HOTMAIL.COM
423	AC	SUZANA RIBEIRO FARIA RI****@HOTMAIL.COM
424	AC	SUZIELAINE FOIZER SU****@GMAIL.COM
425	AC	TACITA VILELA REIS TA****@SUPERIG.COM.BR
426	AC	TANIA MARA COUTINHO FA****@GMAIL.COM
427	AC	TANIA MARIA PEREIRA SALDANHA TA****@GMAIL.COM
428	AC	TANIA REGINA BELMIRO TB****@GMAIL.COM
429	AC	TARCISIO PONTES FILHO PI****@HOTMAIL.COM
430	AC	TAVARES PATO TA****@GMAIL.COM
431	AC	TEIA MATTA TE****@GMAIL.COM
432	AC	TELMA SANGES DO AMARAL TA****@YAHOO.COM.BR
433	AC	TEOFIL0 GUILHERME REIS TE****@GMAIL.COM
434	AC	TEREZA CRISTINA SOARE PASSOS LIMA TE****@GMAIL.COM
435	AC	THANA LORENCI TH****@HOTMAIL.COM
436	AC	THIAGO CARREIRO TH****@GMAIL.COM
437	AC	THIAGO EUZEBIO MARTINS PINHEIRO TH****@YAHOO.COM.BR
438	AC	THIAGO LOBO TR****@HOTMAIL.COM
439	AC	UBIRATAN FREIRE UC****@GMAIL.COM
440	AC	UDILEA SARMENTO UD****@GMAIL.COM
441	AC	VALDEZ LOPES DA SILVA VA****@HOTMAIL.COM
442	AC	VALTER MAIA VA****@GMAIL.COM
443	AC	VANIA AVELINO AV****@GMAIL.COM
444	AC	VENANCIO GOMES VE****@GMAIL.COM
445	AC	VERA CRISTINA SILVA STRACIERI VS****@GMAIL.COM
446	AC	VERA LUCIA FOSCARINI FERREIRA VE****@GMAIL.COM
447	AC	VILMA BASTOS MACHADO PS****@HOTMAIL.COM
448	AC	VIRGINIA CASTRO VI****@HOTMAIL.COM
449	AC	VITOR EPELBOMI VI****@GMAIL.COM
450	AC	VIVIAN BARROS PEREIRA VI****@HOTMAIL.COM
451	AC	WAGNER FERREIRA BEBEDETI SW****@GMAIL.COM
452	AC	WAGNER VARELA DE SOUZA WV****@GMAIL.COM
453	AC	WANIA NASCENTES WR****@YAHOO.COM.BR
454	AC	WANICE BELLA WA****@YAHOO.COM.BR
455	AC	WASHINGTON BERGAMO RUIZ WB****@UOL.COM.BR
456	AC	WASHINGTON SILVIO ARAUJO SILVA WS****@GMAIL.COM
457	AC	WELINGTON SAMPAIO WB****@GMAIL.COM
458	AC	WHEBERT REZENDE WH****@GMAIL.COM
459	AC	WILMAR FERREIRA ARANTES WI****@HOTMAIL.COM
460	AC	ZELIA MARIA CAETANO ZE****@GMAIL.COM
461	AL	ADAIL ALMEIDA WIL AD****@HOTMAIL.COM
462	AL	ADEMARIO MARCELINO MA****@GMAIL.COM
463	AL	ADRIANO ALMEIDA AD****@HOTMAIL.COM
464	AL	ADRIANO LUIS DE ALMEIDA SILVA AD****@GMAIL.COM
465	AL	ALEX BAR AL****@GMAIL.COM
466	AL	ALEX LIMA AL****@GMAIL.COM
467	AL	ALISON ITALO AL****@GMAIL.COM
468	AL	ANDREA S T D BRED4 AN****@GMAIL.COM
469	AL	ANDRE CESAR BATTALHINI AB****@HOTMAIL.COM
470	AL	ANY LAURA SEVERO AN****@GMAIL.COM
471	AL	AQUILES XAVIER AQ****@GMAIL.COM
472	AL	BRUNA JOUBERT BR****@HOTMAIL.COM
473	AL	BRUNO VILLELA BR****@GMAIL.COM
474	AL	CARLOS FERNANDO ROCHA CO****@GMAIL.COM
475	AL	CARLOS FERNANDO ROCHA DOS SANTOS CF****@HOTMAIL.COM
476	AL	CIDA SANTOS CI****@GMAIL.COM
477	AL	CLARA BARRETTO CL****@YAHOO.COM.BR
478	AL	CLAUDIA MARY VALENCA CL****@GMAIL.COM
479	AL	CLAUDIO LIMA CL****@GMAIL.COM
480	AL	CLAUDIO PINTO CP****@GMAIL.COM
481	AL	CRISTINO HERMANO CR****@GMAIL.COM
482	AL	DANIEL MARQUES SP****@HOTMAIL.COM
483	AL	DANIEL SEQUEIRA UA****@GMAIL.COM
484	AL	DEBORA MARIA DA SILVA DE****@HOTMAIL.COM
485	AL	DEMOSTHENIS LOBO DANTAS SILVA DE****@HOTMAIL.COM
486	AL	DIEGO SILVA DI****@HOTMAIL.COM
487	AL	EDBURGO FONTAN PEDROSA JUNIOR ED****@HOTMAIL.COM
488	AL	EDNILSON DOS SANTOS S.****@GMAIL.COM
489	AL	EDUARDO CUNHA ED****@GMAIL.COM
490	AL	EDVAL TAVARES LOURENCO TA****@GMAIL.COM
491	AL	ELI MACEDO PINTO EL****@HOTMAIL.COM
492	AL	ELIZABETE SOUZA TA****@GMAIL.COM
493	AL	ELTON LUCAS LU****@YAHOO.COM
494	AL	ETEVALDO TEIXEIRA DE SOUZA HE****@GMAIL.COM
495	AL	EUGENIO PACELLI EU****@GMAIL.COM
496	AL	EVELINE PIMENTEL EV****@GMAIL.COM
497	AL	EVERALDO ALVES BIOLOGO EV****@HOTMAIL.COM
498	AL	EWERTON CORREIA DE LIRA SD****@GMAIL.COM
499	AL	FLAVIO STERN DI****@PLADIM.COM.BR
500	AL	FRANCISCO FERNANDES FJ****@GMAIL.COM
501	AL	FRAN NALDO NA****@GMAIL.COM
502	AL	GABRIEL CRUZ GB****@GMAIL.COM
503	AL	GEILZON GOUVEIA GE****@GMAIL.COM
504	AL	GEORGE FERREIRA GOIS JUNIOR GE****@HOTMAIL.COM
505	AL	GEOVANIA COSTA NSCIMENTO GE****@HOTMAIL.COM
506	AL	GERALDO BARBOSA LE****@GMAIL.COM
507	AL	GISA IGA GI****@GMAIL.COM
508	AL	GISELLE MARIA GI****@HOTMAIL.COM
509	AL	GLAUCIA DANTAS GA****@HOTMAIL.COM
	AL	HAILTON JOSE SANTANA LISBOA LI****@GMAIL.COM
	AL	ICARO TORRES IC****@GMAIL.COM
	AL	IGOR NORMANDE WANDERLEY IG****@HOTMAIL.COM
	AL	INGRID FRUTUOSO IN****@GMAIL.COM
	AL	IZABEL LINS LO****@GMAIL.COM
	AL	JMARIO M JO****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº UF Cidadão	
516	AL JOAO PAULO TEIXEIRA JO****@HOTMAIL.COM.BR
517	AL JOATAN SILVA JO****@GMAIL.COM
518	AL JOSE ALVES JUNIOR PINHEIRO PI****@GMAIL.COM
519	AL JOSE BRANDAO VIEIRA JUNIOR JB****@GMAIL.COM
520	AL JOSE CARLOS DE ALVARENGA SE****@HOTMAIL.COM
521	AL JOSEMARIO MEDEIROS JO****@HOTMAIL.COM
522	AL JOSE NETO JN****@HOTMAIL.COM
523	AL JOSE ROMAO COSTA FILHO JU****@HOTMAIL.COM
524	AL JOSE THIAGO JO****@GMAIL.COM
525	AL JOSEVAL ALBUQUERQUE JO****@GMAIL.COM
526	AL JUAREZ ALENCAR JU****@GMAIL.COM
527	AL JULIA FERRO PORANGABA JU****@HOTMAIL.COM
528	AL JUNIOR TENORIO LC****@GMAIL.COM
529	AL LAIANE CRISTOVAO LA****@HOTMAIL.COM
530	AL LANO SANTOS AV****@GMAIL.COM
531	AL LEONE DE MENDONCA LEITE LE****@GMAIL.COM
532	AL LUIS CARLOS CORREIA LU****@GMAIL.COM
533	AL LUIZ PEDRO DA SILVA LU****@GMAIL.COM
534	AL MARCUS CORREA MENDES FA****@GMAIL.COM
535	AL MARCUS LUIZ ALMEIDA SANTANA MA****@GMAIL.COM
536	AL MARIA BEATRIZ BRANDAO SA BE****@GMAIL.COM
537	AL MARIA CELIA CE****@GMAIL.COM
538	AL MARIA DA CONCEICAO LIMA SANTOS CE****@GMAIL.COM
539	AL MARIA GAMA MA****@GMAIL.COM
540	AL MARINALDO BISPO MA****@GMAIL.COM
541	AL MAURO FILHO MM****@HOTMAIL.COM
542	AL MAXWELL ASSIS ME****@HOTMAIL.COM
543	AL MIKAUL FAZENDO TESHUVAH MI****@GMAIL.COM
544	AL MIRIAN ANALIA DA SILVA AN****@GMAIL.COM
545	AL NADO SILVA JO****@GMAIL.COM
546	AL NORMAN DOWELL VALE DE BRITO DJ****@GMAIL.COM
547	AL PAULO ANDRE DE LIMA PA****@GMAIL.COM
548	AL PAULO B MEISTER PA****@GMAIL.COM
549	AL PAULO HENRIQUE SOARES MENEZES OU****@HOTMAIL.COM
550	AL PEDRO JORGE SOARES PE****@GMAIL.COM
551	AL PEDRO PAES PE****@HOTMAIL.COM
552	AL RAFAEL ADLER DANTAS DA SILVA RA****@GMAIL.COM
553	AL RHONADY OLIVEIRA RH****@HOTMAIL.COM
554	AL RICARDO JOSE DUARTE SANTANA RJ****@OUTLOOK.COM.BR
555	AL ROBSON RAMOS DOS SANTOS RO****@GMAIL.COM
556	AL RODRIGO FRANCA MOREIRA FREITAS AN****@GMAIL.COM
557	AL RONALD BARBOSA COUTINHO RO****@HOTMAIL.COM
558	AL SIDNEY MARTINS SI****@GMAIL.COM
559	AL THALES ANDERON TEIXEIRA DA SILVA TT****@HOTMAIL.COM
560	AL THIAGO MOURA TH****@HOTMAIL.COM
561	AL TILDA PINHEIRO TI****@GMAIL.COM
562	AL WALESKA AGRA WA****@YMAIL.COM
563	AL WANESKA MARTINS PIMENTEL CUNHA W.****@GMAIL.COM
564	AL WILLIAMS CRISTINO DE OMENA SILVA BA****@GMAIL.COM
565	AM ADEMAR CORDEIRO DE AMORIM PR****@HOTMAIL.COM
566	AM ADONIAS PRAIA PR****@GMAIL.COM
567	AM ADRIANO GERALDO DE AMORIM CORTES AG****@GMAIL.COM
568	AM AGATHA CHRISTIE PRAIA DA ROCHA AG****@GMAIL.COM
569	AM AILTON AMORIM RAMOS AI****@GMAIL.COM
570	AM AILTON DE SOUZA SANTOS AS****@GMAIL.COM
571	AM ALBERTINA GUEDES AL****@GMAIL.COM
572	AM ALE TRIGUEIRO DE OLIVEIRA AL****@HOTMAIL.COM
573	AM ALFREDO AUGUSTO SICSU LEITE JUNIOR AA****@GMAIL.COM
574	AM ALUYSIO ALBUQUERQUE SILVA JUNIOR AL****@PMM.AM.GOV.BR
575	AM ANA POMPEU PO****@GMAIL.COM
576	AM ANDREA CAMARA AC****@GMAIL.COM
577	AM ANDRE MESSIAS BELEM AN****@GMAIL.COM
578	AM ANDREY RIBEIRO AN****@HOTMAIL.COM
579	AM ANDREY SILVA DE OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
580	AM ANTONIO NOVO AN****@GMAIL.COM
581	AM ANTONIO SILVA KA****@GMAIL.COM
582	AM ANTONIO TRINDADE AN****@GMAIL.COM
583	AM ARNALDO MATOS AR****@GMAIL.COM
584	AM ASTRID NASCIMENTO AGUIAR AS****@HOTMAIL.COM
585	AM AUGUSTO CEZAR NUNES BASTOS AU****@GMAIL.COM
586	AM BENNA LAGO BE****@GLOBOMAIL.COM
587	AM BIANCKA LETICIA BI****@GMAIL.COM
588	AM BRANDO JOSE BR****@GMAIL.COM
589	AM CARLOS ALBERTO B.S.F. CA****@GMAIL.COM
590	AM CARLOS ALBERTO CAMURCA FERREIRA CA****@GMAIL.COM
591	AM CARLOS EDUARDO CA****@GMAIL.COM
592	AM CHARLES DE MATOS ARAUJO CA****@GMAIL.COM
593	AM CLAUDIO FERREIRA CL****@GMAIL.COM
594	AM CLAYTON COSTA CL****@GMAIL.COM
595	AM CLEB SOARES CL****@GMAIL.COM
596	AM DALILA BRITO DA****@HOTMAIL.COM
597	AM DANIEL CORIONE DA****@GMAIL.COM
598	AM DANIELLY MONTARROYOS PACHECO DA****@GMAIL.COM
599	AM DARCILENE SOUZA DA****@GMAIL.COM
600	AM DARLANY GABRIEL DA****@GMAIL.COM
601	AM DAVID PORTOCARRERO MONGE DA****@HOTMAIL.COM
602	AM DELMER PEREIRA DE****@HOTMAIL.COM
603	AM DENISE BRAGA DE AZEVEDO DE****@YAHOO.COM
604	AM DENIS PELEGRINI DE****@GMAIL.COM
605	AM DYEGO FREITAS DY****@YAHOO.COM.BR
606	AM EDER E. SANTO ED****@GMAIL.COM
607	AM EDI RYUTA ED****@GMAIL.COM
608	AM EDUARDO ALVES ED****@HOTMAIL.COM
609	AM EDUARDO FAREI ED****@GMAIL.COM
610	AM EDUARDO FERNANDES ED****@GMAIL.COM
611	AM EDUARDO QUARESMA ED****@GMAIL.COM
612	AM EDUARDO RODRIGUES MOTA RO****@GMAIL.COM
	AM ELIANETE LEMOS LE****@GMAIL.COM
	AM ELIZEU CASTRO CA****@GMAIL.COM
	AM EMERSON REBELLO ER****@GMAIL.COM
	AM EMILIO MARTINS 34****@GMAIL.COM
	AM ERNESTO VASCONCELOS ER****@ARTEREALCORRETORA.COM.BR
	AM ESTER DIAS AMARO ES****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº UF Cidadão	
619 AM	IVALDO MENDONCA DOS SANTOS JUNIOR MI****@GMAIL.COM
620 AM	EVANDRO RIBEIRO SD****@GMAIL.COM
621 AM	FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA FA****@GMAIL.COM
622 AM	FABRICIO PEREIRA F2****@GMAIL.COM
623 AM	FELIPE MUNIZ FE****@GMAIL.COM
624 AM	FELIPE_ MUNIZ FE****@GMAIL.COM
625 AM	FERNANDO DE LIMA GOMES PA****@HOTMAIL.COM
626 AM	FLAVIO CASTELO BRANCO FEITOSA FL****@HOTMAIL.COM
627 AM	FLAVIO R. C. MONASSA FM****@OUTLOOK.COM.BR
628 AM	FRANCINALDO CASTRO FR****@GMAIL.COM
629 AM	FRANCISCA BARBOSA FR****@GMAIL.COM
630 AM	FRANCISCO GILMAR FERREIRA DA SILVA GI****@GMAIL.COM
631 AM	FRANCISCO MARCIO ANDRADE MOREIRA AD****@GMAIL.COM
632 AM	FRANK ROMANO MIRANDA RO****@GMAIL.COM
633 AM	FULVIO STELLI FU****@GMAIL.COM
634 AM	GEISA ALVES WG****@GMAIL.COM
635 AM	GILBERTO MARQUES AZOGUE AZ****@GMAIL.COM
636 AM	GIOVANNI RODRIGUES DE SOUZA AN****@GMAIL.COM
637 AM	GLAUBER AMORIM DE CARVALHO S3****@GMAIL.COM
638 AM	GLAUCO MOTTA GL****@GMAIL.COM
639 AM	GLEYSIANE DA SILVA GL****@GMAIL.COM
640 AM	GRACIELLE REIS GR****@HOTMAIL.COM
641 AM	GUSTAVO MOTTA GU****@GMAIL.COM
642 AM	HARNO NOBRE NO****@GMAIL.COM
643 AM	HELICIO FERNANDES HD****@GMAIL.COM
644 AM	HELDER DACOSTA HE****@GMAIL.COM
645 AM	HENRIQUE FLAVIO SOUZA SILVA RI****@GMAIL.COM
646 AM	HERNAN BATALHA GONCALES HE****@GMAIL.COM
647 AM	HIGSON MORAES HI****@GMAIL.COM
648 AM	ICLA PAZ IC****@GMAIL.COM
649 AM	ISABEL LUIZA FERREIRA CINTRA IS****@GMAIL.COM
650 AM	ISAIAS DESIGN IS****@GMAIL.COM
651 AM	ISAIAS MOREIRA VARGAS IS****@GMAIL.COM
652 AM	ISAURINO NEVES RO****@GMAIL.COM
653 AM	ISMAEL DA SILVA SIADÉ IS****@HOTMAIL.COM
654 AM	JADER MARCONI DE ALBUQUERQUE PORTELA JA****@GMAIL.COM
655 AM	JANOS SILVA DOS SANTOS JA****@OUTLOOK.COM
656 AM	JASON SOUZA JA****@HOTMAIL.COM
657 AM	JEHAN BARKER JE****@GMAIL.COM
658 AM	JERSON CESAR LEAO ALVES LE****@YAHOO.COM.BR
659 AM	JOAO AUGUSTO COELHO DE MACEDO JM****@HOTMAIL.COM
660 AM	JOAO AVELINO NETO AV****@GMAIL.COM
661 AM	JORGE LUIS COUTO DAS NEVES JO****@GMAIL.COM
662 AM	JORGE SARMENTO JO****@GMAIL.COM
663 AM	JOSAFA SILVA JO****@HOTMAIL.COM
664 AM	JOSE ALFREDO DOS SANTOS SILVA JUNIOR JA****@OUTLOOK.COM
665 AM	JOSE BARBOSA DA ROCHA JR****@GMAIL.COM
666 AM	JOSE DA MATA JO****@HOTMAIL.COM
667 AM	JOSEMARA PESSOA MA****@GMAIL.COM
668 AM	JOSE MARCOLINO DO NASCIMENTO FILHO JO****@GMAIL.COM
669 AM	JOSE MATHIAS MA****@HOTMAIL.COM
670 AM	JOSI ABDALA JO****@GMAIL.COM
671 AM	JOSIMAR SOUZA SALES JK****@GMAIL.COM
672 AM	JOSUE CABRAL BR****@GMAIL.COM
673 AM	JOSUE PAULO PORTELINHA JR****@GMAIL.COM
674 AM	JUCINEIA TORRES DE OLIVEIRA JU****@HOTMAIL.COM
675 AM	JULIANA MUNIZ NINA XAVIER JU****@HOTMAIL.COM
676 AM	JULIANO CLEBSCH JU****@HOTMAIL.COM
677 AM	JULIANO SOUZA FI****@GMAIL.COM
678 AM	JULIO SALES JU****@HOTMAIL.COM
679 AM	KATHYA OSSUOSKY KA****@GMAIL.COM
680 AM	KATIA REGINA CORREA KR****@GMAIL.COM
681 AM	KEROLEM OLIVEIRA KE****@HOTMAIL.COM
682 AM	LEANDRO OLIVEIRA LE****@GMAIL.COM
683 AM	LIZANDRA DE SOUZA DOS SANTOS LS****@GMAIL.COM
684 AM	LOIDE ALVES LO****@GMAIL.COM
685 AM	LUCIANA COELHO MOTTA LU****@GMAIL.COM
686 AM	LUCIANA SAMPÁ LU****@GMAIL.COM
687 AM	LUCIANO CANTO DE SOUZA LC****@GMAIL.COM
688 AM	LUCINEA BRAGA LU****@GMAIL.COM
689 AM	LUIZ CARLOS DE FARIAS LU****@GMAIL.COM
690 AM	LUIZ GABRIEL LU****@GMAIL.COM
691 AM	LUIZ HENRIQUE TELES DA SILVA JA****@GMAIL.COM
692 AM	LUIZ MENEZES AP****@GMAIL.COM
693 AM	LUZINETE PEIXOTO PE****@TERRA.COM.BR
694 AM	MAGNOLIA GOMES MP****@GMAIL.COM
695 AM	MARCELO HARRAQUIAN DA SILVA MA****@GMAIL.COM
696 AM	MARCILEIA LIMA DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
697 AM	MARCIO COLLYER M.****@GMAIL.COM
698 AM	MARCO ANTONIO MA****@GMAIL.COM
699 AM	MARCOS AUGUSTO ROCHA DOS SANTOS MA****@HOTMAIL.COM
700 AM	MARGILSON LIMA DO NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM
701 AM	MARIA GARCIA CD****@GMAIL.COM
702 AM	MARINETE RODRIGUES FERNANDES MA****@HOTMAIL.COM
703 AM	MARISTELA ABREU MA****@GMAIL.COM
704 AM	MARTHA GOMES PENARANDA MA****@GMAIL.COM
705 AM	MEIRY NAVECA ALECRIM ME****@ICLOUD.COM
706 AM	MICHAEL NASCIMENTO BRUCE MI****@HOTMAIL.COM
707 AM	MICHEL FRANK ROCHA DE AMORIM MI****@GMAIL.COM
708 AM	MILITAO PAULAIN MI****@GMAIL.COM
709 AM	MOYSES VIDAL ISRAEL MO****@HOTMAIL.COM
710 AM	NAZARE LIMA PASSOS NA****@GMAIL.COM
711 AM	NELSON MENDONCA EX****@GMAIL.COM
712 AM	NICOLA FALABELLA FA****@HOTMAIL.COM
713 AM	NISE LOBO NI****@GMAIL.COM
714 AM	NOEME HELDER NO****@HOTMAIL.COM
715 AM	NORMA MOTA DE BRITO BR****@GMAIL.COM
	AM OSVALDO RIBEIRO OS****@HOTMAIL.COM
	AM OTAVIO LUIZ BARBOSA DOS SANTOS OT****@GMAIL.COM
	AM OTAVIO RABONI JUNIOR OT****@GMAIL.COM
	AM PABLO ADELINO ESTEVAM BARBOSA PA****@GMAIL.COM
	AM PAMYLA VITORYA SILVA DINIZ PA****@GMAIL.COM
	AM PATRICKDIANA HOLANDA HO****@GMAIL.COM



11



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 12, de 2021, do Programa e-Cidadania, que propõe *tornar a pedofilia crime inafiançável*.

Relator: Senador **MAGNO MALTA**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão a Sugestão Legislativa (SUG) nº 12, de 2021, do Programa e-Cidadania, que propõe “tornar a pedofilia crime inafiançável”.

A SUG em questão deriva da Ideia Legislativa nº 148628, proposta pelo cidadão Claudio Rodrigues Garcia, de São Paulo, no Portal e-Cidadania.

Na justificação, o cidadão argumenta que “atualmente a violência sexual infantil pode poupar o criminoso da prisão com o pagamento de fiança, o deixando livre para praticar novos crimes e fazer novas vítimas”. Ademais, alega que “uma criança violentada sexualmente sofre traumas psicológicos e físicos que podem prejudicá-la durante toda a vida” e “o caráter de impunidade diante do crime agrava o quadro da vítima”.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão

o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Ademais, segundo o parágrafo único do referido dispositivo:

A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

Conforme o Ofício nº 7/2021/SCOM, de 10 de maio de 2021, a Ideia Legislativa nº 148628, “recebeu apoio superior a 20.000 manifestações individuais”. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 12, de 2021, seja apreciada por esta Comissão.

No mérito, entendemos que a Sugestão merece ser aprovada.

Preliminarmente, é importante salientar que a pedofilia é uma forma doentia de satisfação sexual. Trata-se, portanto, de uma perversão, um desvio sexual, que leva um adulto a se sentir sexualmente atraído por crianças. A Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu item F65.4, define pedofilia como uma parafilia ou transtorno de preferência sexual, caracterizada por uma preferência sexual por crianças usualmente de idade pré-puberal ou no início da puberdade.

Assim, não é possível punir a pedofilia (o desejo). Já o abusador, quem comete a violência sexual, independentemente de qualquer transtorno de personalidade e pratica crimes com conotação sexual contra crianças e adolescentes, como aqueles definidos no Código Penal e, principalmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente – este sim deve ser penalizado.

Entretanto, independentemente dessa distinção, o *caput* do art. 227 da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade e ao respeito, além de colocá-la a salvo de toda forma de exploração ou violência. Ademais, nos termos do § 4º do referido dispositivo de nossa Carta Magna, a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Em obediência a esses preceitos constitucionais, o Poder Legislativo tem a obrigação de criar regras que protejam a criança e o adolescente de toda e qualquer conduta criminosa de conotação sexual, devendo agir para garantir da incolumidade física e psíquica.

Assim, entendemos ser necessário tornar inafiançáveis todos aqueles crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.

No Código Penal, podem ser assim considerados os crimes previstos no Capítulo II, do Título VI, da Parte Especial, os chamados “crimes sexuais contra vulnerável”, mais especificamente o estupro de vulnerável (art. 217-A), a corrupção de menores (art. 218), a satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A), o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B) e a divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (art. 218-C). Por sua vez, no ECA, podem ser considerados crimes com conotação sexual praticado contra criança ou adolescentes aqueles previstos no art. 240 a 241-D, bem como aquele constante do art. 244-A.

Ressalte-se que, em 2023, no dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi divulgado pelo Ministério da Saúde um boletim epidemiológico que apresenta, dentre outros, dados sobre violência sexual contra de crianças e adolescentes no Brasil.

O documento aponta que 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram notificados em sete anos, de 2015 a 2021, no Brasil. São quase 80 casos por dia no período. 83.571 (41,2%) dos casos de violência foram contra crianças (0 a 9 anos) e 119.377 (58,8%) praticados contra adolescentes (10 a 19 anos).

Não podemos mais admitir números como esses. O abuso ou a exploração sexual de crianças ou adolescente é um crime covarde, cometido contra quem não possui o necessário discernimento para a prática do ato sexual e que, portanto, não pode oferecer resistência, trazendo ainda danos irreparáveis para o resto da vida.

Além disso, em sua grande parte, os agressores são indivíduos que integram o círculo de convivência da vítima, exercendo relações de confiança ou autoridade, o que intensifica ainda mais a gravidade da conduta.

Sendo assim, entendemos que todo e qualquer crime com conotação sexual praticado contra criança ou adolescente deve ser considerado inafiançável, devendo o autor do delito permanecer preso durante todo o julgamento.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela conversão da Sugestão Legislativa nº 12, de 2021, do Programa e-Cidadania, em projeto de lei, nos termos seguintes:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para *tornar inafiançáveis os crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 323.**.....

.....

VI – nos crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 7/2021/SCOM

Brasília, 10 de maio de 2021

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 148628.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO
FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 148628

Título

Tornar a pedofilia um crime inafiançável

Descrição

Atualmente a violência sexual infantil pode poupar o criminoso da prisão com o pagamento de fiança, o deixando livre para praticar novos e crimes e fazer novas vítimas. (sic)

Mais detalhes

Uma criança violentada sexualmente sofre traumas psicológicos e físicos que podem prejudicá-la durante toda a vida. Uma pesquisa psicológica comprova que 98% das vítimas adultas ainda tem sequelas e 88% possuem transtornos em decorrência do abuso sexual. O caráter de impunidade diante do crime agrava o quadro da vítima. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Claudio Rodrigues Garcia

E-mail: claudiorgarcia@outlook.com

UF: SP

Data da publicação da ideia: 22/02/2021

Data de alcance dos apoios necessários: 23/03/2021

Total de apoios contabilizados até 09/05/2021: 54.754

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=148628>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

UF	APOIOS
AC	423
AL	471
AM	835
AP	153
BA	2.523
CE	2.005
DF	1.799
ES	1.020
GO	1.502
MA	685
MG	5.207
MS	617
MT	648
PA	1.147
PB	733
PE	1.931
PI	479
PR	2.984
RJ	6.158
RN	718
RO	384
RR	112
RS	3.473
SC	2.125
SE	402
SP	15.985
TO	235
TOTAL	54.754



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº UF Cidadão	
1 AC	ADRIANA RODRIGUES AM****@GMAIL.COM
2 AC	AFONSO NETO AF****@HOTMAIL.COM
3 AC	AFRANIO MARCIO AF****@HOTMAIL.COM
4 AC	AGLAIA KAUSS AG****@GMAIL.COM
5 AC	AGNO JOHN ROCHA MAMEDE WI****@OUTLOOK.COM.BR
6 AC	AKILANE KAYLANE AK****@GMAIL.COM
7 AC	ALESSANDRA ALMEIDA LE****@HOTMAIL.COM
8 AC	ALESSANDRA GOMES HERINGER AL****@HOTMAIL.COM
9 AC	ALEX ROCHA SILVA AL****@GMAIL.COM
10 AC	ALFREDO MESQUITA ME****@GMAIL.COM
11 AC	ALICE APARECIDA ALVES PEREIRA IM****@GMAIL.COM
12 AC	ALICYA NO CROSSFOX AL****@GMAIL.COM
13 AC	ALISON DA SILVA CRUZ AL****@HOTMAIL.COM
14 AC	ANA BARELLA AN****@HOTMAIL.COM
15 AC	ANA CLARA ARAUJO AR****@GMAIL.COM
16 AC	ANA CLARA DIAS CALIXTO DI****@GMAIL.COM
17 AC	ANA CLARA LIMA AN****@GMAIL.COM
18 AC	ANA CLAUDIA AMOROSO VALENTE AC****@HOTMAIL.COM
19 AC	ANA FLAVIA PINHEIRO DOS SANTOS AN****@GMAIL.COM
20 AC	ANA FLORES 20****@ALUNO.UNIMETA.EDU.BR
21 AC	ANA KAROLAYNE ALVES BARROS AN****@GMAIL.COM
22 AC	ANA LAURA EDUARDO NI****@GMAIL.COM
23 AC	ANA LUIZA STANICHESQUI AN****@HOTMAIL.COM
24 AC	ANA MARTINEZ LU****@GMAIL.COM
25 AC	ANA MENEZES MENEZES AN****@CASADOAZULEJO.COM.BR
26 AC	ANA PAULA ALMEIDA AN****@GMAIL.COM
27 AC	ANA SOBRAL SO****@BOL.COM.BR
28 AC	ANDRE ABRACADO AN****@GMAIL.COM
29 AC	ANDRE LUCAS DA SILVA CAVALCANTE AN****@GMAIL.COM
30 AC	ANDRE LUIZ FARIA REIS LU****@HOTMAIL.COM
31 AC	ANDRESSA BRANDAO OLIVEIRA DE****@GMAIL.COM
32 AC	ANGELICA JULIANE AN****@GMAIL.COM
33 AC	ANNA LUIZZA AL****@GMAIL.COM
34 AC	ANNEM MONTEIRO AN****@HOTMAIL.COM
35 AC	ANNY CAROLINNY AN****@GMAIL.COM
36 AC	ANTONIA LAIZA QUEIROZ DA COSTA LA****@GMAIL.COM
37 AC	ANTONIO PAULO LAFAYETTE STOCKLER DA CRUZ NUNES AN****@TERRA.COM.BR
38 AC	AQUARELAS DO IVAN IV****@GMAIL.COM
39 AC	ARIANNA MOTA AR****@HOTMAIL.COM
40 AC	ARLINDO JAMIL BORTOLUSSI AJ****@ICLOUD.COM
41 AC	ARTHUR BENJAMIM GUIMARAES AR****@GMAIL.COM
42 AC	ARTHUR G. COELHO GC****@GMAIL.COM
43 AC	AURELIANA SAMPAIO DOS SANTOS MA****@GMAIL.COM
44 AC	AYLA CALLIDORA AY****@GMAIL.COM
45 AC	B3AR K1LLER RO****@GMAIL.COM
46 AC	BARBARA COELHO BA****@GMAIL.COM
47 AC	BEATRIZ ALMEIDA DE SOUSA AL****@GMAIL.COM
48 AC	BEATRIZ DE ALBUQUERQUE AL****@GMAIL.COM
49 AC	BEATRIZ FELISBINO BI****@GMAIL.COM
50 AC	BEATRIZ LADDANZA BE****@GMAIL.COM
51 AC	BEATRIZ R. OLIVEIRA BE****@GMAIL.COM
52 AC	BEATRIZ TAYNA BI****@GMAIL.COM
53 AC	BERNARDO AMORIM BE****@GMAIL.COM
54 AC	BETANIA BATISTA MARTINS BE****@HOTMAIL.COM
55 AC	BRISA BRITO BR****@GMAIL.COM
56 AC	BRUNA BARCELOS BR****@GMAIL.COM
57 AC	BRUNO PEREIRA BR****@GMAIL.COM
58 AC	CAIO BONFANTI CA****@GMAIL.COM
59 AC	CAIO DANIEL CA****@GMAIL.COM
60 AC	CAMILA CARLI CA****@GMAIL.COM
61 AC	CAMILE COTTA MI****@GMAIL.COM
62 AC	CAMI VITORIA MANCIAS CA****@YAHOO.COM
63 AC	CARLOS RIBEIRO RO****@GMAIL.COM
64 AC	CARMEN MORAES CA****@HOTMAIL.COM.BR
65 AC	CAROLINA CARVALHO CA****@HOTMAIL.COM
66 AC	CAROLINA DOURADO CA****@GMAIL.COM
67 AC	CAROL NERY CA****@GMAIL.COM
68 AC	CECILIA PEREGRINI CE****@HOTMAIL.COM
69 AC	CELIA G FOLEGOTI CE****@HOTMAIL.COM
70 AC	CIDINHA DO RICARDO CI****@MARACATINS.COM
71 AC	CINARA AMARAL E SILVA CI****@GMAIL.COM
72 AC	CIRDISLEI RIBEIRO REZENDE DI****@HOTMAIL.COM
73 AC	CLARA MARCELLY CL****@GMAIL.COM
74 AC	CLAUDIANA FERREIRA ANDRADE CL****@GMAIL.COM
75 AC	CLAUDIO MAFFEI CL****@OI.COM.BR
76 AC	CLEBER AGUIAR SERRA CL****@GMAIL.COM
77 AC	CLEVER GONTIJO DE OLIVEIRA CG****@TERRA.COM.BR
78 AC	COISAS DE MENINAS NEM TAO FEMININAS DU****@GMAIL.COM
79 AC	DAMARIS PAIXAO DA COSTA SILVA DA****@GMAIL.COM
80 AC	DAMARYS ELOIR LIMA DD****@HOTMAIL.COM
81 AC	DAMIANA ALVES DA****@GMAIL.COM
82 AC	DANIELA DE ANGELI DUTRA DA****@LIVE.COM
83 AC	DANIEL DINIZ INTERIORES DA****@HOTMAIL.COM
84 AC	DANIEL DUBANHEVITZ D.****@HOTMAIL.COM
85 AC	DARTH RED 3 ER****@GMAIL.COM
86 AC	DAYANE DANTAS DA****@GMAIL.COM
87 AC	DAYSE RUBIM DA****@GMAIL.COM
88 AC	DEBORA RAYSA GUIMARAES DE****@GMAIL.COM
89 AC	DINA FALAVIGNA DL****@UEM.BR
90 AC	DIOGO MARCAL FILHO DI****@HOTMAIL.COM
91 AC	DONISETE APARECIDO RODRIGUES DO****@HOTMAIL.COM
92 AC	DUDA DUDINHA DU****@HOTMAIL.COM
93 AC	DUDA TEIXEIRA DU****@GMAIL.COM
94 AC	DULCE TERESINHA BARROS MENDES DE MORAIS DU****@GLOBO.COM
95 AC	EBERTE JUNIOR EB****@HOTMAIL.COM
96 AC	EDGARD FAVARO ED****@YAHOO.COM.BR
97 AC	EDIBERTO MORAIS ED****@GMAIL.COM
AC	EDILENA TEIXEIRA ED****@HOTMAIL.COM
	EDIWAL CELINHA ED****@HOTMAIL.COM
	EDMUNDO RODRIGUES DA SILVA ED****@GMAIL.COM
	EDNA BASQUETO FERNANDES EB****@GMAIL.COM
	EDNA MATOS ED****@GMAIL.COM
AC	EDSON ASSIS DE ARAUJO ED****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº UF Cidadão		
104	AC	EDUARDA CAMARGO DE****@GMAIL.COM
105	AC	EDUARDA MARQUES ED****@HOTMAIL.COM
106	AC	EDUARDA MEIRELLES DU****@GMAIL.COM
107	AC	EDUARDO ANEZIO DG****@GMAIL.COM
108	AC	EDUARDO JOSE SOUZA DA GAMA EJ****@GMAIL.COM
109	AC	EDUARDO PATEIRO SALGADO ED****@GMAIL.COM
110	AC	EDUARDO ROBERTO MAGNABOSCO ED****@GMAIL.COM
111	AC	EDUARDO RODRIGUES ED****@GMAIL.COM
112	AC	ELAINE FSK EF****@HOTMAIL.COM
113	AC	ELENICESILVA SILVA EL****@HOTMAIL.COM
114	AC	ELIMAR ANDRADE EL****@GMAIL.COM
115	AC	ELIZABETH SERVIN BE****@HOTMAIL.COM
116	AC	ELIZABETH URBANETTO UR****@HOTMAIL.COM
117	AC	EMANUELLY COSTA DE OLIVEIR CO****@GMAIL.COM
118	AC	EMANUEL MARTINS EM****@GMAIL.COM
119	AC	EMILIA SILVA EM****@HOTMAIL.COM
120	AC	EMILLY ALANNA AL****@GMAIL.COM
121	AC	EMILLY NASCIMENTO EM****@GMAIL.COM
122	AC	ERICK SOUZA SANTOS ER****@GMAIL.COM
123	AC	ERIVERTON MAGNO ER****@GMAIL.COM
124	AC	ESTEFANY FRANCE ES****@GMAIL.COM
125	AC	ESTER PPA TR****@GMAIL.COM
126	AC	ESTHEFANI EDUARDA DELFINO ES****@HOTMAIL.COM
127	AC	EU TEU MEU LO****@GMAIL.COM
128	AC	EVERTON CUNHA EV****@GMAIL.COM
129	AC	FABIA MARQUES FREIRE FA****@OUTLOOK.COM
130	AC	FABIO DENKER FA****@HOTMAIL.COM
131	AC	FABRICIO GODOY FM****@YAHOO.COM.BR
132	AC	FERNANDA CATARINO NA****@GMAIL.COM
133	AC	FERNANDA LAUREANO DE OLIVEIRA FE****@GMAIL.COM
134	AC	FERNANDO FARIAS JF****@GMAIL.COM
135	AC	FRANCINE SOUZA DA SILVA FR****@GMAIL.COM
136	AC	FRANCISCA ALEXANDRA RIBEIRO PE****@HOTMAIL.COM
137	AC	FRANCISCA JULIE DA SILVA SIQUEIRA J.****@GMAIL.COM
138	AC	GABI MACIEL GA****@GMAIL.COM
139	AC	GABRIELA BARROS GA****@HOTMAIL.COM
140	AC	GABRIEL BERALDO GA****@HOTMAIL.COM
141	AC	GABRIELLE COLIN CO****@GMAIL.COM
142	AC	GABRIEL LIMA GA****@GMAIL.COM
143	AC	GABS SABRINS GA****@GMAIL.COM
144	AC	GALO SNIPER GA****@GMAIL.COM
145	AC	GEEH CRAFTGAMS GE****@GMAIL.COM
146	AC	GENIVALDO OLIVEIRA CO****@MGSERVSEGUROS.COM.BR
147	AC	GENTIL CAETANO DE SOUZA FILHO GE****@GMAIL.COM
148	AC	GEORGE GUSTAVO GE****@HOTMAIL.COM
149	AC	GERRAR VASCONCELOS LIMA GE****@GMAIL.COM
150	AC	GILBERTO GERALDO MARQUES GI****@PBH.GOV.BR
151	AC	GIOVANA CRISTO GI****@GMAIL.COM
152	AC	GIOVANNA OLIVEIRA GI****@GMAIL.COM
153	AC	GIOVANNA SANTOS DE SOUZA GI****@GMAIL.COM
154	AC	GIULIANA TOLEDO GI****@GMAIL.COM
155	AC	GRACA LOPES GR****@EDU.UNIUBE.BR
156	AC	GRAZIELA TRINDADE GR****@GMAIL.COM
157	AC	GUIA DEU UMA GAMER GA****@GMAIL.COM
158	AC	GUILHERME NEVES PINHEIRO GU****@HOTMAIL.COM
159	AC	GUSTAVO CORTEZ CO****@GMAIL.COM
160	AC	GUSTAVO DUTRA GU****@GMAIL.COM
161	AC	HANRI COIFFEUR HA****@GLOBO.COM
162	AC	HARINA PRATES VILAS BOAS HP****@GMAIL.COM
163	AC	HEBER DA SILVA CARVALHO HE****@GMAIL.COM
164	AC	HEDDY PATRICK ALVES GARCIA PR****@GMAIL.COM
165	AC	HELENA CORDEIRO MO****@GMAIL.COM
166	AC	HELENA DINIZ HE****@HOTMAIL.COM
167	AC	HELEN EVILYN DA SILVA SANTOS HE****@GMAIL.COM
168	AC	HELOISA ANDRADE DE****@GMAIL.COM
169	AC	HELOISA MARIA RODRIGUES DA CUNHA HE****@GMAIL.COM
170	AC	HELISA MORAES HE****@GMAIL.COM
171	AC	HENRIQUE ARAUJO HE****@HOTMAIL.COM
172	AC	HUGO PRATES HU****@HOTMAIL.COM
173	AC	IARA STEFANIE NEGRELLI VIEIRA IA****@GMAIL.COM
174	AC	IARI CELINE IA****@GMAIL.COM
175	AC	IGOR COLLAZIOL IG****@HOTMAIL.COM
176	AC	IGOR HENRIQUE VITOR IG****@GMAIL.COM
177	AC	IGOR VINICIUS DOS SANTOS OLIVEIRA IG****@GMAIL.COM
178	AC	IRINEU E. M. NUNES IR****@GMAIL.COM
179	AC	ISABEL CAROLINA ELIAS EL****@YAHOO.COM.BR
180	AC	ISABELE DURANS GA****@OUTLOOK.COM
181	AC	ISABELE SANTOS CR****@GMAIL.COM
182	AC	ISABELLA DOS SANTOS IS****@GMAIL.COM
183	AC	ISABELLA SACERDOTE IS****@GMAIL.COM
184	AC	ISABELLA SOUZA NOVAIS IS****@GMAIL.COM
185	AC	ISABELLY ARAUJO IS****@GMAIL.COM
186	AC	ISA ZAMPIERI IS****@HOTMAIL.COM
187	AC	ISMAIA GABRIELA IS****@GMAIL.COM
188	AC	IVANA BEATRIZ GAVA DE SOUZA IV****@GMAIL.COM
189	AC	IVAN CARDIM DA SILVA IV****@GMAIL.COM
190	AC	IZABEL DA SILVA RICCI RI****@HOTMAIL.COM
191	AC	IZABELE BRILHANTE IZ****@GMAIL.COM
192	AC	IZABELLA COSMO IZ****@GMAIL.COM
193	AC	JAIDER FILHO JA****@GMAIL.COM
194	AC	JAIRO OLIVEIRA JA****@GMAIL.COM
195	AC	JEFFERSON ANACLETO JE****@HOTMAIL.COM
196	AC	JENIFFER PAIXAO JE****@GMAIL.COM
197	AC	JENNIFER MARLY JE****@YAHOO.COM.BR
198	AC	JENNIFER VITORIA RODRIGUES DA SILVA JE****@GMAIL.COM
199	AC	JESSICA COSTTA JE****@GMAIL.COM
200	AC	J.K JUNIOR JU****@GMAIL.COM
	AC	JOAO FREITAS JO****@GMAIL.COM
	AC	JOAO PAULO MELAO JO****@HOTMAIL.COM
	AC	JOAO PEDRO SIMOES JO****@HOTMAIL.COM
	AC	JORGE CARREIRO JO****@HOTMAIL.COM
	AC	JOSE LUIS BRIDA JL****@GMAIL.COM
	AC	JOSE RIBAMAR FEITOSA FARIAS RI****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº UF Cidadão	
207	AC JULIA GABRIEL JU****@GMAIL.COM
208	AC JULIANA BRITO EU****@GMAIL.COM
209	AC JULIANA MARINHO JU****@GMAIL.COM
210	AC JUSSARA MARIA DE ANDRADE JD****@GMAIL.COM
211	AC JUTELMA INES JU****@GMAIL.COM
212	AC #KAAH GOIS KA****@GMAIL.COM
213	AC KARAY POH HE****@GMAIL.COM
214	AC KAREN DE MELLO AL****@GMAIL.COM
215	AC KARISTON DE LIMA PEDRO KA****@HOTMAIL.COM
216	AC KASSANDRAGISELE@GMAIL.COM ROJAS KA****@GMAIL.COM
217	AC KASSIA SOUZA KA****@GMAIL.COM
218	AC KATIANA RODRIGUES DE SOUZA KA****@YAHOO.COM.BR
219	AC KATS SANTIAGO KA****@GMAIL.COM
220	AC KENDELly REBECA KE****@GMAIL.COM
221	AC KEVI SOUSA KE****@GMAIL.COM
222	AC LAFAIETE AUGUSTO DE CAMPOS BELO LA****@TERRA.COM.BR
223	AC LAFAIETE FERREIRA FE****@GMAIL.COM
224	AC LARA CATRINE MATOS DE NEGREIROS LA****@GMAIL.COM
225	AC LARA VITORIA LA****@GMAIL.COM
226	AC LARIANE PEREIRA DA SILVA LA****@GMAIL.COM
227	AC LARISSA MOTA LA****@HOTMAIL.COM
228	AC LARISSA SILVA DE JESUS LA****@GMAIL.COM
229	AC LARYSSA VICTORIA ALVES DA SILVA LA****@GMAIL.COM
230	AC LAURA GRENDENE MOTA VIEIRA LA****@GMAIL.COM
231	AC LAURA QUOS LA****@GMAIL.COM
232	AC LAYLA MARQUES LA****@HOTMAIL.COM
233	AC LEONARDO GOLDSTEIN LE****@GMAIL.COM
234	AC LETICIA JOLIE DA SILVA AZEVEDO LE****@GMAIL.COM
235	AC LETICIA LAURA ABRANTES CUNHA LE****@GMAIL.COM
236	AC LETICIA SOUZA LE****@GMAIL.COM
237	AC LIDIANE PEDRA LY****@GMAIL.COM
238	AC LIVIA BEATRIZ LI****@GMAIL.COM
239	AC LIVIA MARIA LI****@GMAIL.COM
240	AC LIVIA MOURA CJ****@GMAIL.COM
241	AC LOHAN KAUE LO****@GMAIL.COM
242	AC LOKARMY KAH LI****@GMAIL.COM
243	AC LORENA VIEIRA LO****@GMAIL.COM
244	AC LORENNIA SILVEIRA DECARLI LO****@ICLOUD.COM
245	AC LOUHANNY LOPES LO****@HOTMAIL.COM
246	AC LOUISY ELLEN LO****@HOTMAIL.COM
247	AC LUANA AYACHE LU****@HOTMAIL.COM
248	AC LUCAS BARBOSA LEITE SILVA NE****@GMAIL.COM
249	AC LUCAS RODRIGUES DA SILVA LU****@GMAIL.COM
250	AC LUCAS SANTOS LU****@YAHOO.COM
251	AC LUCAS SILVA LS****@GMAIL.COM
252	AC LUCIENE WANGBERG LU****@HOTMAIL.COM
253	AC LUDMILA UCHOA DE QUEIROZ LU****@GMAIL.COM
254	AC LUDYMILA MAIA LU****@GMAIL.COM
255	AC LUIS BEDIN LU****@GLOBO.COM
256	AC LUIS HENRIQUE GAMA LU****@GMAIL.COM
257	AC LUIZ CAMPOS PI****@GMAIL.COM
258	AC LUIZ FERNANDO ALVES LU****@GMAIL.COM
259	AC LUMA DE BATISTTI LU****@GMAIL.COM
260	AC MANUELE BARBOSA ARANHA AR****@GMAIL.COM
261	AC MANUELLA DEL REY MA****@GMAIL.COM
262	AC MARCELO BELTRAO GAMA VIEIRA GA****@BOL.COM.BR
263	AC MARCELO GONCALVES DE FARIA MA****@HOTMAIL.COM
264	AC MARCELO IMBUZEIRO MA****@UOL.COM.BR
265	AC MARCIA BEZERRA MA****@LIVE.COM
266	AC MARCIA MENDONCA MA****@GMAIL.COM
267	AC MARCIA PAULILLO SOMS MA****@HOTMAIL.COM
268	AC MARCIO CAVALCANTE NUNES JUNIOR JU****@GMAIL.COM
269	AC MARCOS BOCCHI MA****@GMAIL.COM
270	AC MARCOS BRITO MA****@HOTMAIL.COM
271	AC MARCOS GURGEL DE LIMA ZE****@GMAIL.COM
272	AC MARCOS SILVA MS****@GMAIL.COM
273	AC MARELI OLGA SEELEND CHIELLE MA****@GMAIL.COM
274	AC MARIA APARECIDA PELIM CI****@GMAIL.COM
275	AC MARIA CAROLINA LU****@GMAIL.COM
276	AC MARIA CRISTINA BRAGA CR****@HOTMAIL.COM
277	AC MARIA DO BOLE MA****@GMAIL.COM
278	AC MARIA DO CARMO COIMBRA DE ALMEIDA CO****@GMAIL.COM
279	AC MARIA DUDA ME****@GMAIL.COM
280	AC MARIA DULCE LEME HUNGRIA NALESSO MA****@HOTMAIL.COM
281	AC MARIA ELISANGELA NO NES CARNEIRO M ****@HOTMAIL.COM
282	AC MARIA IVANIZE ALVARES DE ABREU E FARIA IV****@YAHOO.COM.BR
283	AC MARIA JULIA MARTINS MA****@HOTMAIL.COM
284	AC MARIA LUCIA OLIVEIRA MA****@HOTMAIL.COM
285	AC MARIA LUISA MA****@GMAIL.COM
286	AC MARIA LUIZA MAGALHAES ELIAS MA****@YAHOO.COM.BR
287	AC MARIA MADALENA BEZERRA DA SILVA MA****@HOTMAIL.COM
288	AC MARIA MARTINS MA****@YAHOO.COM.BR
289	AC MARIANA ALMEIDA FERNANDINHA MI****@GMAIL.COM
290	AC MARIANA CONCEICAO DA COSTA MA****@GMAIL.COM
291	AC MARIA OSVINA KAPISKI MA****@GMAIL.COM
292	AC MARIA PAULA ME****@GMAIL.COM
293	AC MARINA ALVES CORREA MA****@HOTMAIL.COM
294	AC MARJA LETICIA CHAVES ANTUNES MA****@HOTMAIL.COM
295	AC MARLI ELIAS VEISAC MA****@GMAIL.COM
296	AC MARLY JACQUES MA****@YAHOO.COM.BR
297	AC MARTA MARTINS MA****@GMAIL.COM
298	AC MARY HEBLING IS****@HOTMAIL.COM
299	AC MARYNA ANUTE MS****@GMAIL.COM
300	AC MATEUS CORTEZ MA****@HOTMAIL.COM
301	AC MATEUS DA SILVA DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
302	AC MATEUS LEAL GA****@GMAIL.COM
303	AC MATEUS LIMA MA****@GMAIL.COM
	AC MATHEUS GUILHERME EV****@HOTMAIL.COM
	AC MATHEUS P MA****@GMAIL.COM
	AC MATTHEWS SOUZA MA****@GMAIL.COM
	AC MAURICIO COSTA MA****@HOTMAIL.COM
	AC MAYARA BONATES MA****@GMAIL.COM
	AC MAYNAFLORIANO FLORIANO MA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº UF Cidadão	
310 AC	MEREAIM SOBREIRA ME****@GMAIL.COM
311 AC	MICHAELY LOREN COIMBRA SEGURADO MI****@GMAIL.COM
312 AC	MIKAELE S BATISTA MI****@GMAIL.COM
313 AC	MILENA AVILA MI****@GMAIL.COM
314 AC	MILENA COLLYER MI****@GMAIL.COM
315 AC	MIRANEIDE NUNES DA SILVA MI****@GMAIL.COM
316 AC	MIRELY PEREIRA MI****@GMAIL.COM
317 AC	MONICA CAVALCANTI SP****@YAHOO.COM.BR
318 AC	MONICA MACHADO MO****@HOTMAIL.COM
319 AC	NANY GUIMARAES NA****@GMAIL.COM
320 AC	NARUTO UZUMAKI PA****@GMAIL.COM
321 AC	NASSER HUINETON NA****@GMAIL.COM
322 AC	NATALIA CUNHA NA****@GMAIL.COM
323 AC	NATHALYA DEA NA****@GMAIL.COM
324 AC	NATHALYA GONCALVES NA****@GMAIL.COM
325 AC	NAZARE SUZUKI MN****@GMAIL.COM
326 AC	NEIFA DE MENDONCA JUNQUEIRA NE****@HOTMAIL.COM
327 AC	NELLY CINTIA TRINDADE NE****@UOL.COM.BR
328 AC	NELSI JORNOOKI FRITZEN NE****@GMAIL.COM
329 AC	NERO SAN NE****@GMAIL.COM
330 AC	NETO LOMONACO TO****@GMAIL.COM
331 AC	NEUSA MORASSI NE****@YAHOO.COM.BR
332 AC	NEYDEMAR VIEIRA DE ALMEIDA NE****@CLOUD.COM
333 AC	NICOLE CAUANA CORDEIRO DE SOUZA NI****@GMAIL.COM
334 AC	NIKOLAS DI MEIRA ND****@GMAIL.COM
335 AC	NN S XX****@GMAIL.COM
336 AC	ODOLIR BRASIL OD****@HOTMAIL.COM
337 AC	ORELHA LINEAR CI****@HOTMAIL.COM
338 AC	PAMELA LIMA SILVA LS****@GMAIL.COM
339 AC	PAOLA MATAS PM****@GMAIL.COM
340 AC	PARK KIMBOO BR****@GMAIL.COM
341 AC	PATRICIA PAZ PA****@GMAIL.COM
342 AC	PAULO DANIEL PA****@GMAIL.COM
343 AC	PAULO FARIAS PA****@GMAIL.COM
344 AC	PAULO ROBERTO PA****@GMAIL.COM
345 AC	PAULO ROBERTO PIRES ROCKETT PA****@GMAIL.COM
346 AC	PEDRO HENRIQUE DA SILVA SANTOS PE****@GMAIL.COM
347 AC	PEDRO HENRIQUE LUCAS DE OLIVEIRA OL****@GMAIL.COM
348 AC	PERRERO GAMERLO#HOST PE****@GMAIL.COM
349 AC	PLANKETON GAMER TH****@GMAIL.COM
350 AC	PRISCILA THOME NUZZI JO****@GMAIL.COM
351 AC	RAFAELA TAUMATURGO DANTAS RA****@GMAIL.COM
352 AC	RAFAEL GIRASOL RA****@GMAIL.COM
353 AC	RAFAELLE BECKER RA****@GMAIL.COM
354 AC	RAFAEL PAVAN RA****@HOTMAIL.COM
355 AC	RAFAEL ZACHESKY RA****@GMAIL.COM
356 AC	RAFINHA VERICIMO RA****@HOTMAIL.COM
357 AC	RANYARA PIMENTA RA****@GMAIL.COM
358 AC	RAPHAELA A. GIOPPPO RA****@GMAIL.COM
359 AC	RAQUEL SCHAFFER RA****@GMAIL.COM
360 AC	REBECCA JAMILLE RE****@GMAIL.COM
361 AC	REGINA COELI TORRES ROCHA GI****@HOTMAIL.COM
362 AC	RENAN CARDOSO GOMES DE OLIVEIRA CA****@GMAIL.COM
363 AC	RENAN GAMES GA****@GMAIL.COM
364 AC	RHANNA MACHADO ARAUJO RH****@GMAIL.COM
365 AC	RICARDO CERQUEIRA LIMA DA GRACA PINTO LEITE RI****@GMAIL.COM
366 AC	RITA FERREIRA RI****@GMAIL.COM
367 AC	RIVAERCIA SOUZA RI****@GMAIL.COM
368 AC	ROBERTO CELOTTI BE****@UOL.COM.BR
369 AC	ROBERTO DE CASTRO ALVES RC****@HOTMAIL.COM
370 AC	RODRIGO GOMES PEIXOTO PE****@GMAIL.COM
371 AC	RODRIGO PIRES KA****@GMAIL.COM
372 AC	ROGERIO BERNARDO LIMA RO****@GMAIL.COM
373 AC	RONALDO SOUTO NOGUEIRA RO****@GMAIL.COM
374 AC	ROSA MARIA PAULA MONTEIRO RO****@HOTMAIL.COM
375 AC	ROSANGELA DAROCHA PINTO DE ABREU SANTOS RS****@GMAIL.COM
376 AC	ROSEBEL CUNHA NALESSO RO****@TERRA.COM.BR
377 AC	ROSENOR DUTRA MURRER RO****@HOTMAIL.COM
378 AC	SAMANTHA COUTINHO SA****@GMAIL.COM
379 AC	SANDRA SUDARIO DA SILVA SA****@HOTMAIL.COM
380 AC	SARA ALEMAO SA****@GMAIL.COM
381 AC	SARA MILY SA****@GMAIL.COM
382 AC	SERGIO SIQUEIRA COSTA REIS SE****@GMAIL.COM
383 AC	SIL DE LIMA RE****@GMAIL.COM
384 AC	SILVIO TAPIOCA BASTOS SI****@HOTMAIL.COM
385 AC	SINVAL TOLDOS SI****@GMAIL.COM
386 AC	SOFIA LARA SO****@GMAIL.COM
387 AC	SOFIA ROGERIO SR****@GMAIL.COM
388 AC	SOL DA NOITE CA****@GMAIL.COM
389 AC	SOPHIA BERSANO SO****@GMAIL.COM
390 AC	SOPHIA NEGREIRO SO****@GMAIL.COM
391 AC	SUELENE SUASSUNA SILVESTRE DE ALENCAR SU****@GMAIL.COM
392 AC	SUELI BESSA DO NASCIMENTO IH****@GMAIL.COM
393 AC	SUZIE MORAES MO****@GMAIL.COM
394 AC	SYNDIA EMANUELE CAVALCANTE DA SILVA SY****@GMAIL.COM
395 AC	TALYSSON BARBOSA BONFANTE TA****@GMAIL.COM
396 AC	TANIA MARA BAJERSKI BRUGNOLO TA****@YAHOO.COM.BR
397 AC	TELMA PIMENTA CO****@GMAIL.COM
398 AC	TESTE KK TE****@GMAIL.COM
399 AC	THAIS MARCUZ TH****@GMAIL.COM
400 AC	THAISSA ELOYANA TH****@GMAIL.COM
401 AC	THAIS _- TA****@GMAIL.COM
402 AC	THALLESON ALMEIDA CO****@GMAIL.COM
403 AC	THERESA CARLOTA C. OLIVEIRA TH****@GMAIL.COM
404 AC	THIAGO DE FREITAS PEREIRA TH****@GMAIL.COM
405 AC	TIAGO LUCAS MAGALHAES ARANTES TI****@GMAIL.COM
406 AC	TIA JO JA****@HOTMAIL.COM
	TITA NUNES TI****@GMAIL.COM
	TRIZ BIA LI****@GMAIL.COM
	VAGNER AVILA VA****@GMAIL.COM
	VANESSA GOMES VA****@GMAIL.COM
	VANIA AVELINO AV****@GMAIL.COM
	VICTOR LUAN LU****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº UF Cidadão	
413	AC VINICIUS SANTOS LAUREANO VI****@GMAIL.COM
414	AC VINICIUS SCHNEIDER VI****@HOTMAIL.COM
415	AC VITORIA DANKAR VI****@GMAIL.COM
416	AC VITORIA MARTINS LIMAS VI****@GMAIL.COM
417	AC VITORIA SAMPAIO VI****@GMAIL.COM
418	AC VIVIANE DE PAULA VI****@GMAIL.COM
419	AC WILIAN LUNA LI****@GMAIL.COM
420	AC YASMIM VIEIRA MARINO YA****@GMAIL.COM
421	AC YASMIN OLIVEIRA YA****@GMAIL.COM
422	AC YXNK VULT CR****@GMAIL.COM
423	AC ZEBRA TOMA CAFE ZE****@GMAIL.COM
424	AL ADELAINE GONCALVES DE OLIVEIRA AD****@GMAIL.COM
425	AL ADELMO NETO NE****@LIVE.COM
426	AL ADLLA CARVALHO AD****@GMAIL.COM
427	AL ADNAEL SOARES AD****@GMAIL.COM
428	AL ADRIELLE FERREIRA DA SILVA GALDINO AD****@HOTMAIL.COM
429	AL AGUIDA SILVA AG****@GMAIL.COM
430	AL ALANA CANUTO CA****@GMAIL.COM
431	AL ALAN CARDOSO AL****@GMAIL.COM
432	AL ALBERT CASTRO AL****@GMAIL.COM
433	AL ALCKMIN ANDRE MARINHO SILVA AL****@GMAIL.COM
434	AL ALDO ALDINHO AL****@GMAIL.COM
435	AL ALEX ABEL DOS SANTOS AL****@GMAIL.COM
436	AL ALEXIA ALVES RO****@GMAIL.COM
437	AL ALEXSANDRA VICTORIA BRITO AL****@GMAIL.COM
438	AL ALICIA GABRIEL DALMEIDA AL****@HOTMAIL.COM
439	AL ALINE OLIVEIRA AL****@OUTLOOK.COM
440	AL ALLINSON MATHEUS AL****@GMAIL.COM
441	AL ALVARO ARAUJO BARROS LO****@GMAIL.COM
442	AL AMANDA KETLLYN AM****@GMAIL.COM
443	AL AM CRED AM****@GMAIL.COM
444	AL AMI UNIVERSE FA****@GMAIL.COM
445	AL ANA BEATRIZ DOS SANTOS LUCIO AN****@GMAIL.COM
446	AL ANA CARINE SANTOS TENORIO CABRAL DA COSTA CA****@GMAIL.COM
447	AL ANA CARLA ALBUQUERQUE AN****@GMAIL.COM
448	AL ANA CAROLINA CA****@GMAIL.COM
449	AL ANA CLARA AN****@GMAIL.COM
450	AL ANA CLARA VIEIRA RAMOS OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
451	AL ANA GUIMARAES AN****@GMAIL.COM
452	AL ANA LAISSA 16****@GMAIL.COM
453	AL ANA LUISA DE SOUZA TENORIO AN****@GMAIL.COM
454	AL ANA LUIZA FREITAS DA SILVA AN****@CLOUD.COM
455	AL ANALYNE ALMEIDA DOS SANTOS AN****@GMAIL.COM
456	AL ANANDA _ AN****@GMAIL.COM
457	AL ANA RAQUEL AN****@GMAIL.COM
458	AL ANA SARAH PONTES AN****@OUTLOOK.COM
459	AL ANDREA GAMA AN****@CECA.UFAL.BR
460	AL ANDRESSA LETICIA DO NASCIMENTO AN****@GMAIL.COM
461	AL ANE CAROLINE DE ALMEIDA NASCIMENTO AC****@GMAIL.COM
462	AL ANNA CAROLYNA LIMA DE ALMEIDA GOMES HW****@GMAIL.COM
463	AL ANNE JAEMIN AN****@GMAIL.COM
464	AL ARIELE VITALINO DE OLIVEIRA VI****@GMAIL.COM
465	AL ARLETE OLIVEIRA AR****@OUTLOOK.COM
466	AL ARYELLI EVELY SILVA EV****@GMAIL.COM
467	AL AVALON ROSE DE****@GMAIL.COM
468	AL AYISSA POLYANNA AY****@GMAIL.COM
469	AL BARBARA LORRANY DA SILVA BA****@GMAIL.COM
470	AL BEATRIZ BREDa BI****@GMAIL.COM
471	AL BEATRIZ MACHADO SA****@GMAIL.COM
472	AL BEATRIZ OLIVEIRA ALVES BE****@GMAIL.COM
473	AL BEATRIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA AD****@GMAIL.COM
474	AL BEATRIZ SILVA BE****@HOTMAIL.COM
475	AL BEATRIZ VASCONCELOS BE****@GMAIL.COM
476	AL BIAH YARA BE****@GMAIL.COM
477	AL BI ANCA BI****@HOTMAIL.COM
478	AL BRENDA AVILA BR****@OUTLOOK.COM
479	AL BRUNA EMANUELLY EM****@GMAIL.COM
480	AL BRUNA LETICIA DE FREITAS HOLANDA BR****@GMAIL.COM
481	AL BRUNA MOURA SB****@GMAIL.COM
482	AL BRUNO KUSANAGIBR BR****@GMAIL.COM
483	AL BRUNO SERRAO BR****@GMAIL.COM
484	AL CAMILA ESTEFANE CA****@GMAIL.COM
485	AL CARINE LOPES CA****@GMAIL.COM
486	AL CARLA EVELLYN FERREIRA DOS SANTOS CA****@GMAIL.COM
487	AL CARLA MELO CA****@GMAIL.COM
488	AL CARLOS HENRIQUE DA SILVA BARBOSA MA****@GMAIL.COM
489	AL CARLOS NOBRE CA****@GMAIL.COM
490	AL CAROL GADELHA CA****@CLOUD.COM
491	AL CAROLINA CAVALCANTE CA****@GMAIL.COM
492	AL CAROLINA LIMA CA****@HOTMAIL.COM
493	AL CAROLINA SILVA CA****@IP.UFAL.BR
494	AL CECILIA LIMA CS****@GMAIL.COM
495	AL CECY BE AV****@GMAIL.COM
496	AL CHARLOTTE BOMFIM CH****@GMAIL.COM
497	AL CHOI MIRAN WI****@GMAIL.COM
498	AL CHRISTIANNE LIRA CH****@GMAIL.COM
499	AL CHRYSITIAN CHRYSITCHEW COSTA CH****@GMAIL.COM
500	AL CIBELE DOS SANTOS OLIVEIRA CS****@GMAIL.COM
501	AL CLARA BARBOSA CL****@GMAIL.COM
502	AL CLAUDIENE MENESES DA SILVA CL****@GMAIL.COM
503	AL CLAUDIUS GERMANICUS KUMMER CL****@HOTMAIL.COM
504	AL CLAUDYANE INACIO CL****@GMAIL.COM
505	AL CLEIBER JUNNIOR CL****@GMAIL.COM
506	AL CRISTIANO XIMENES XI****@HOTMAIL.COM
507	AL DAFINY LARA ASSUNCAO DE ASSIS DA****@GMAIL.COM
508	AL DANDARA LIMA DA****@GMAIL.COM
509	AL DANIELE SOUZA OFC DA****@GMAIL.COM
	DANIEL OLIVEIRA DO****@GMAIL.COM
	DARLA BEATRICE DB****@GMAIL.COM
	DAVY GAMA DY****@GMAIL.COM
	DAYANA LIMA DA SILVA LIMA DA****@GMAIL.COM
	DAYSIANE SILVA DA****@LIVE.COM
	DAYSIELLE VITORIA SILVA DOS SANTOS DA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº UF Cidadão		
516	AL	DENISE CALACA DE****@GMAIL.COM
517	AL	DE POUCOS UM TUDO MC****@GMAIL.COM
518	AL	DEYSE MIRELLY OLIVEIRA MUNIZ DE****@GMAIL.COM
519	AL	DEYSIELLE NASCIMENTO DE****@GMAIL.COM
520	AL	DINOSSAURO DE CHAPEU IC****@GMAIL.COM
521	AL	DIOGO ALVES AL****@GMAIL.COM
522	AL	DRIELLI PONTES DR****@GMAIL.COM
523	AL	EDUARDA ELISIO ED****@GMAIL.COM
524	AL	EDUARDA LOPES LI****@GMAIL.COM
525	AL	EDUARDA REBECA GOMES MELO EM****@GMAIL.COM
526	AL	EDUARDA TAVARES DU****@HOTMAIL.COM
527	AL	ELIONAY THAUANY EL****@GMAIL.COM
528	AL	ELIZABETH SANTOS KR****@GMAIL.COM
529	AL	ELIZANDRA OLAN OLIVEIRA DA SILVA EL****@GMAIL.COM
530	AL	ELO CARD SL****@GMAIL.COM
531	AL	ELOISA COSTA MATIAS EL****@HOTMAIL.COM
532	AL	ELTON LUCAS LU****@YAHOO.COM
533	AL	EMANNUEL FENANDO SP****@GMAIL.COM
534	AL	EMANUEL SOL BI****@HOTMAIL.COM
535	AL	EMERSON LUIZ RODRIGUES DA SILVA BE****@GMAIL.COM
536	AL	EMILLY MAIA ME****@HOTMAIL.COM
537	AL	EMILLY OLIVEIRA DA SILVA E.****@HOTMAIL.COM
538	AL	EMILLY THAIS TH****@GMAIL.COM
539	AL	EMILY BEATRIZ BE****@GMAIL.COM
540	AL	EMILY CAMILLE MENDES DOS SANTOS KE****@GMAIL.COM
541	AL	EMILY GOMES GO****@GMAIL.COM
542	AL	ERICA PONTES ER****@OUTLOOK.COM.BR
543	AL	ERICA SILVA ER****@GMAIL.COM
544	AL	ESHILEY GIOVANA WH****@GMAIL.COM
545	AL	ESTRELA MARIA FERREIRA ALBUQUERQUE SO****@GMAIL.COM
546	AL	EVELINE PIMENTEL EV****@GMAIL.COM
547	AL	EVELLY LIRA EV****@GMAIL.COM
548	AL	EVELLYN SARASWATI VI****@GMAIL.COM
549	AL	EWERLAINY FERREIRA MA****@GMAIL.COM
550	AL	FABIANA KARLA DOS SANTOS RIBEIRO FK****@GMAIL.COM
551	AL	FERNANDA RIBEIRO FE****@GMAIL.COM
552	AL	FERNANDA TANGO DIDIER NA****@GMAIL.COM
553	AL	FERNANDO CLIVEM FE****@GMAIL.COM
554	AL	FERNANDO MARCIO NA****@GMAIL.COM
555	AL	FLAVIA LISBOA FARIAS FL****@GMAIL.COM
556	AL	FLAVIO STERN DI****@PLADIM.COM.BR
557	AL	GABRIEL INACIO GA****@HOTMAIL.COM
558	AL	GABRIEL KRAMER GA****@GMAIL.COM
559	AL	GABRIELLE ANDRADE GA****@HOTMAIL.COM
560	AL	GABRIELLY ATAIDE MA****@GMAIL.COM
561	AL	GABRIEL MARIANO 08****@GMAIL.COM
562	AL	GABRIEL QUIRINO GQ****@GMAIL.COM
563	AL	GABRIELY RIBEIRO GA****@GMAIL.COM
564	AL	GABRIELY RODRIGUES TEIXEIRA GA****@GMAIL.COM
565	AL	GEORGIA MACHADO GE****@GMAIL.COM
566	AL	GEOVANE VENTURA GE****@GMAIL.COM
567	AL	GEOVANNA APARECIDA SANTOS SILVA APARECIDA GE****@GMAIL.COM
568	AL	GILDO NETO GI****@GMAIL.COM
569	AL	GIOVANA ALVES GI****@OUTLOOK.COM
570	AL	GIOVANNA ALICE SG****@GMAIL.COM
571	AL	GISELE SOUZA GI****@OUTLOOK.COM
572	AL	GIULLIA CAVALCANTE CA****@GMAIL.COM
573	AL	GLEICE KELLY MEDEIROS SANTOS TORRES GL****@HOTMAIL.COM
574	AL	GLORYA KARYNNE AMANCIO GAMA KG****@GMAIL.COM
575	AL	GRAZIELLI PEREIRA DE LIMA EA****@GMAIL.COM
576	AL	GRAZIELLY GOMES GR****@GMAIL.COM
577	AL	HANNY SANTANA FERREIRA HA****@GMAIL.COM
578	AL	HELENA SANTOS BOMFIM BELO HE****@GMAIL.COM
579	AL	HENRIQUE HOTMART HE****@GMAIL.COM
580	AL	HILARY RAYNE MEDEIROS DA SILVA HI****@GMAIL.COM
581	AL	HILLARY OLIVEIRA 0.2 HI****@GMAIL.COM
582	AL	HINGRID EDUARDA CAVALCANTE CORREIA ED****@HOTMAIL.COM
583	AL	HUGO WILTOM HU****@GMAIL.COM
584	AL	IAGO MAURICIO IA****@GMAIL.COM
585	AL	IAN TONIAL DA****@GMAIL.COM
586	AL	IASMIN AGNES CORDEIRO BRANDAO IA****@GMAIL.COM
587	AL	IERROR 404 GL****@GMAIL.COM
588	AL	IGOR GABRIEL VIEIRA DA SILVA GI****@GMAIL.COM
589	AL	IGOR RAFAEL IG****@GMAIL.COM
590	AL	ILA QUEIROZ KU****@GMAIL.COM
591	AL	ILOVE KPOP KA****@GMAIL.COM
592	AL	ILSON M. S. PRAZERES IL****@GMAIL.COM
593	AL	INAULENE MARIA DOS SANTOS SILVA IN****@GMAIL.COM
594	AL	INGRYD PIMENTEL GO****@GMAIL.COM
595	AL	IRACEMA EMANUELLA SANTOS DUARTE ARAUJO EM****@GMAIL.COM
596	AL	IRANI MAGALHAES DE OLIVEIRA TENORIO IR****@GMAIL.COM
597	AL	ISABELA M. BE****@GMAIL.COM
598	AL	ISABELLA MAGALHAES LE****@GMAIL.COM
599	AL	ISABELLE PACHECO DE CARVALHO IS****@GMAIL.COM
600	AL	ISABELLY BERNADINO IS****@GMAIL.COM
601	AL	ISABELLY RAYZA IS****@GMAIL.COM
602	AL	ISA BISMARCK IS****@GMAIL.COM
603	AL	ISRAEL VICTOR IS****@GMAIL.COM
604	AL	IVANILDO ANTONIO FERREIRA DA SILVA IV****@HOTMAIL.COM
605	AL	IZABELA VALERIA ALVES DA SILVA IZ****@HOTMAIL.COM
606	AL	IZAURA MOURA IZ****@GMAIL.COM
607	AL	JACKELYNE LIMA JA****@GMAIL.COM
608	AL	JACKSON VIEIRA DOS SANTOS JA****@HOTMAIL.COM
609	AL	JAIANE SILVA INACIO JA****@GMAIL.COM
610	AL	JAMILLY RIKELLY DA SILVA SANTOS RI****@GMAIL.COM
611	AL	JARLENE BEATRIZ LIMA DA SILVA BE****@GMAIL.COM
612	AL	JAYANE VITORIA VJ****@GMAIL.COM
	AL	JEFFERSON MATHEUS JE****@GMAIL.COM
	AL	JEIMY LOHANY JE****@GMAIL.COM
	AL	JENNIFFER JULIE JJ****@GMAIL.COM
	AL	JEONGYEON_UNNIE_ONCE MA****@GMAIL.COM
	AL	JHENESSE KESIA SILVA SANTOS JH****@GMAIL.COM
	AL	JJPLAYER GAMES JU****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº UF Cidadão	
619	AL JOANA FRANCOZO JO****@GMAIL.COM
620	AL JOANA JENIFFER JO****@GMAIL.COM
621	AL JOAO GUILHERME OO****@GMAIL.COM
622	AL JOAO PEDRO FERREIRA DO NASCIMENTO JP****@GMAIL.COM
623	AL JOELMA JORDAO JO****@GMAIL.COM
624	AL JONATHAN CAETANO JO****@GMAIL.COM
625	AL JONATHAS MROTZECK JO****@GMAIL.COM
626	AL JORDAN NASCIMENTO JO****@GMAIL.COM
627	AL JORGE VALENTIM DE ARAUJO AD****@GMAIL.COM
628	AL JOSE MATHEUS JM****@GMAIL.COM
629	AL JOSE RONALDO DA SILVA MA****@GMAIL.COM
630	AL JOSICLEIDE MELO JO****@GMAIL.COM
631	AL JOSIELE GOMES JO****@GMAIL.COM
632	AL JOSSIELI LOPES DA SILVA JO****@GMAIL.COM
633	AL JOYCE FERREIRA JO****@GMAIL.COM
634	AL JOYCE TEIXEIRA JO****@GMAIL.COM
635	AL JOYCE VITORIA GUEDES DE SOUZA SILVA GU****@GMAIL.COM
636	AL JUCIANA DAYSE BEZERRA DOS SANTOS BE****@HOTMAIL.COM
637	AL JULIA ARCHANGELO JU****@GMAIL.COM
638	AL JULIA DOS SANTOS SILVA JU****@GMAIL.COM
639	AL JULIA LEMOS BARBOSA JU****@GMAIL.COM
640	AL JULIA MAGALHAES JU****@LIVE.COM
641	AL JULIA STHEFANY DE OLIVEIRA ALCANTARA JU****@GMAIL.COM
642	AL JULIA VILNEN AJ****@GMAIL.COM
643	AL JULYA LILIAN CANDIDO CARNAUBA LI****@GMAIL.COM
644	AL JULYAN BOMFIM JU****@HOTMAIL.COM
645	AL KAMILA MERCIA KA****@GMAIL.COM
646	AL KAMILA SOUZA SO****@GMAIL.COM
647	AL KAMILLY CAVALCANTI KA****@GMAIL.COM
648	AL KAREN DE LIMA CUNHA KA****@GMAIL.COM
649	AL KARINE FERREIRA KA****@GMAIL.COM
650	AL KARLA GABRIELY DA SILVA ROCHA KA****@GMAIL.COM
651	AL KARLA VANESSA ROBERTO SOUZA PIMENTEL KA****@HOTMAIL.COM
652	AL KAROL FARIAS KE****@GMAIL.COM
653	AL KASPBRAKBOY BR JO****@GMAIL.COM
654	AL KAUANY ESTEPHANE KA****@GMAIL.COM
655	AL KAUE MATEUS KA****@GMAIL.COM
656	AL KAWANE KEYLLA KA****@GMAIL.COM
657	AL KELL M. KE****@GMAIL.COM
658	AL KEYLA MARIANA SANTOS FERREIRA KE****@GMAIL.COM
659	AL KIRARI MOMOBAMI CL****@GMAIL.COM
660	AL LAIRA VERAS DE****@GMAIL.COM
661	AL LAISA ARAUJO NA****@HOTMAIL.COM
662	AL LAIS CANUTO CR****@GMAIL.COM
663	AL LAIS FURTADO FU****@GMAIL.COM
664	AL LAIS MAXI LA****@GMAIL.COM
665	AL LARA ANDRADE LA****@HOTMAIL.COM
666	AL LARA COUTINHO LA****@GMAIL.COM
667	AL LARA PEIXOTO LA****@HOTMAIL.COM
668	AL LARA VITORIA LA****@GMAIL.COM
669	AL LARISSA COSTA BRANDAO CO****@GMAIL.COM
670	AL LARISSA EMILLY EM****@GMAIL.COM
671	AL LARISSA ESTHER DE ARAUJO TEIXEIRA LA****@GMAIL.COM
672	AL LARISSA GABRIELA LA****@OUTLOOK.COM
673	AL LAUANA JANETE FERREIRA DE MELO LA****@GMAIL.COM
674	AL LAURA GIOVANA ALVES DE SOUZA DO****@GMAIL.COM
675	AL LAURA JORDANNA LA****@HOTMAIL.COM
676	AL LAURA JULIANA DOS SANTOS CASSIANO LA****@GMAIL.COM
677	AL LEANDRO DIONIZIO MEDEIROS LE****@GMAIL.COM
678	AL LEANDRO PEREIRA LE****@GMAIL.COM
679	AL LEE FELIX LE****@GMAIL.COM
680	AL LEGEND GAMESTM JO****@GMAIL.COM
681	AL LEONARDO JORGE OI****@GMAIL.COM
682	AL LETZ BARBOSA LE****@GMAIL.COM
683	AL LIANA VIANA LI****@GMAIL.COM
684	AL LIDYA BANDEIRA DE MIRANDA LI****@GMAIL.COM
685	AL LILIAN DE BRITO CARVALHO NA****@GMAIL.COM
686	AL LILIANE VIEIRA LI****@GMAIL.COM
687	AL LILLIA IAMAR LEITE MACIEL GAMA LI****@GMAIL.COM
688	AL LIVIA ADRIANE LI****@GMAIL.COM
689	AL LIVIA CAROLINE BARBOSA SILVA LI****@ICLOUD.COM
690	AL LIVIA MARIA LM****@GMAIL.COM
691	AL L K LA****@GMAIL.COM
692	AL LORRANY CARVALHO DE ARAUJO AR****@GMAIL.COM
693	AL LUAN ANGELO AMORIM IT****@GMAIL.COM
694	AL LUANA PATRICIA BARROS COLLACO LU****@HOTMAIL.COM
695	AL LUANE CARLOS LU****@GMAIL.COM
696	AL LUANE SOARES DE SANTANA LU****@ICLOUD.COM
697	AL LUANNA SUASSUNA 07****@GMAIL.COM
698	AL LUCAS CAETANO COSTA LU****@HOTMAIL.COM
699	AL LUCAS MARINHO SANTOS GA****@GMAIL.COM
700	AL LUCAS MARINHO SANTOS LU****@HOTMAIL.COM
701	AL LUCAS TENORIO LU****@GMAIL.COM
702	AL LUCCA GAMA LU****@GMAIL.COM
703	AL LUCIA MARI LU****@GMAIL.COM
704	AL LUCIANA ARAUJO SILVA XAVIER LU****@GMAIL.COM
705	AL LUCIANA TAVARES LU****@GMAIL.COM
706	AL LUCIAN LIMA COSTA LU****@HOTMAIL.COM
707	AL LUIZA SILVA LU****@GMAIL.COM
708	AL LUIZ FHELIPE DA SILVA ALVES FH****@HOTMAIL.COM
709	AL LUIZ HENRIQUE LU****@GMAIL.COM
710	AL LUMA KAYRI LU****@GMAIL.COM
711	AL LUMARIA SILVA SI****@GMAIL.COM
712	AL LYANNA STARK OL****@GMAIL.COM
713	AL MAIARA FALCAO MA****@HOTMAIL.COM
714	AL MANUELLY NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM
715	AL MARCELA DA SILVA LIMA MA****@OUTLOOK.COM
	MARCELLE MOURA FARIAS MA****@HOTMAIL.COM
	MARCELO CANUTO DA SILVA MA****@GMAIL.COM
	MARCELO CASADO MA****@ARAPIRACA.UFAL.BR
	MARCELO DE LIMA DE****@GMAIL.COM
	MARCELO MENEZES MA****@GMAIL.COM
	MARCELO VASCONCELOS MA****@GMAIL.COM



12



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária do Senado Federal para debater a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA), colegiado vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por 10 (dez) dias.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2025.

Senadora Mara Gabrilli
(PSD - SP)



13

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos municípios de São Miguel do Guaporé e Alvorada d'Oeste, Estado de Rondônia, com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis violações de direitos humanos, fundiários e de gênero em decorrência das notificações de desocupação expedidas a produtores rurais legalmente titulados, no contexto das operações de desintrusão vinculadas à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, Rondônia enfrenta uma série de desapropriações e remoções de famílias que, há décadas, vivem, produzem e trabalham em suas propriedades, possuindo títulos de propriedade, escrituras públicas e documentos devidamente registrados há mais de 50 anos. As informações apuradas indicam que erros cometidos por órgãos federais, como a FUNAI e o INCRA, ao procederem com as demarcações de terras indígenas, resultaram em sobreposição de áreas. Em diversas delimitações, as linhas demarcatórias foram traçadas fora dos limites legais definidos pelos decretos e normas que instituíram tais unidades.

Em decorrência disso, e com base em decisão do ministro Luís Roberto Barroso, determinando o cumprimento imediato da sentença proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, essas famílias foram notificadas a desocupar suas propriedades, retirar seus pertences



e procurar outro local para morar. O processo já está em curso. Ao longo das últimas semanas, diversas famílias vêm sendo removidas de áreas como Jaruaru, que se estende até a região de Alvorada d'Oeste, e também das unidades Uru-Eu-Wau-Wau, abrangendo locais como Campo Novo e Burareiro, entre outras comunidades. Trata-se de famílias historicamente estabelecidas, que há décadas produzem, geram renda e sustentam suas próprias casas, agora sendo forçadas a abandonar suas terras.

Constata-se, a partir de relatos diretos de famílias atingidas, um elevado nível de sofrimento, frustração e descrença no Estado brasileiro. O mesmo Estado que, no passado, concedeu documentos de posse e propriedade é, neste momento, o responsável pela retirada do patrimônio dessas famílias, sem a observância do devido processo administrativo, da indenização cabível ou de qualquer medida de reassentamento digno.

Importa destacar que, no caso específico da comunidade indígena da região, as propriedades consolidadas e devidamente documentadas não interferem na vida das populações indígenas, por estarem localizadas em áreas ocupadas há décadas, sem impacto sobre o modo de vida das comunidades originárias.

Cada situação deve, naturalmente, ser analisada de forma individualizada, mas o que se observa, de modo geral, é um erro técnico de demarcação. Durante os levantamentos topográficos realizados à época, qualquer equívoco no ponto inicial da medição poderia resultar, ao final, em deslocamentos de dois ou três quilômetros, alterando indevidamente o limite entre área indígena e propriedade particular. Esse erro técnico tem causado uma onda de dor, tristeza e revolta em Rondônia, exigindo atenção urgente do Parlamento e, especialmente, desta Comissão.

Adicionalmente, é imprescindível observar a perspectiva de gênero. As medidas de desocupação vêm atingindo de forma desproporcional mulheres agricultoras e chefes de família, responsáveis diretas pelo sustento dos filhos e pela administração das pequenas propriedades rurais. Muitas dependem integralmente



da produção agrícola para sobreviver, e a perda súbita da terra configura uma forma de violência de gênero institucional, diante da ausência de políticas mitigadoras e de proteção social adequadas.

A omissão do Estado em garantir o devido processo legal e a participação das comunidades locais nesses procedimentos configura possível afronta a preceitos fundamentais da Constituição Federal, notadamente os artigos 5º (direitos e garantias individuais), 6º (direitos sociais) e 226 (proteção da família), além dos princípios da função social da propriedade e da dignidade da pessoa humana. O cenário atual é de desespero e insegurança, e não se pode permitir que famílias inteiras sejam removidas sem uma verificação adequada das condições legais e reais das áreas afetadas.

Diante desse contexto, propõe-se que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligência "*in loco*" nos municípios de São Miguel do Guaporé e Alvorada d'Oeste, com o objetivo de ouvir os produtores rurais afetados, as comunidades indígenas envolvidas e as autoridades competentes, de forma a buscar uma solução negociada, mediada e socialmente justa para o impasse.

Durante a visita, deverão ser convidados representantes da FUNAI, INCRA, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério dos Povos Indígenas, Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia e Defensoria Pública da União (DPU), além de lideranças comunitárias locais. A diligência permitirá à Comissão elaborar relatório circunstanciado com recomendações aos órgãos competentes, visando garantir a preservação dos direitos humanos, a segurança jurídica e a igualdade de gênero, de modo que o cumprimento das decisões judiciais ocorra em conformidade com os princípios constitucionais e com a proteção integral das famílias envolvidas.

O que é justo deve ser reconhecido. Não se pode retirar o direito legítimo de um particular para ampliar indevidamente uma área indígena quando a lei e o decreto que a instituíram não o determinam.



Pelo exposto, peço aos Pares apoio na aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



14

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no município de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia, com o objetivo de acompanhar *in loco* a situação das famílias das vítimas da tragédia da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus, bem como avaliar o cumprimento das medidas de reparação determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso “*Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil*”.

JUSTIFICAÇÃO

Em 1998, uma explosão ocorrida em uma fábrica de fogos de artifício no município de Santo Antônio de Jesus (BA) vitimou 64 pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, revelando a precariedade das condições de trabalho e a ausência de fiscalização adequada no setor pirotécnico. O episódio expôs práticas de informalidade e exploração laboral em atividades de alto risco, muitas vezes desenvolvidas em condições insalubres e sem proteção mínima.

Em 2020, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado brasileiro por violação de direitos humanos no caso “*Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil*”, determinando a adoção de medidas reparatórias e preventivas, entre as quais:



- a implementação de uma política nacional de inspeção sistemática em fábricas de fogos e artefatos pirotécnicos;
- a criação de programas de desenvolvimento socioeconômico para as famílias das vítimas;
- a realização de ato público de reconhecimento da responsabilidade do Estado;
- a oferta de assistência médica, psicológica e social aos sobreviventes e familiares;
- e a execução de medidas de memória, prevenção e fiscalização permanente no setor[1].

Entretanto, mais de quatro anos após a condenação internacional, persistem indícios consistentes de atrasos e fragmentação institucional no cumprimento dessas medidas.

Em relatório de supervisão apresentado à Corte Interamericana em junho de 2023, o Estado brasileiro relatou avanços pontuais no cumprimento dos Pontos Resolutivos nº 12, 14, 15, 16, 18 e 20 da sentença. No entanto, o documento apresentou lacunas relevantes, sem detalhamento do plano de execução, dos responsáveis diretos ou dos prazos previstos[2].

As representantes das vítimas — Justiça Global e Movimento 11 de Dezembro — contestaram a versão oficial, registrando que várias solicitações de informação não foram respondidas adequadamente e apontando falhas de transparência e de articulação entre os ministérios envolvidos[3].

Estudo técnico publicado pela Defensoria Pública da União (DPU) confirma a avaliação, destacando que a ausência de legislação nacional específica para execução de sentenças internacionais e a falta de cronograma interinstitucional de cumprimento dificultam a efetividade das reparações e o monitoramento social das medidas impostas[4].

Entidades da sociedade civil e familiares das vítimas continuam denunciando que parte das determinações da Corte permanece sem execução



plena, especialmente nas áreas de assistência médica e psicológica, apoio socioeconômico e construção de memorial público[5].

Em 2024, o Governo do Estado da Bahia informou avanços parciais em relação às indenizações e programas de apoio social, mas reconheceu que a execução das medidas ainda está “em fase de implementação gradual”[6].

Já em 2025, novas iniciativas estaduais de capacitação profissional e fortalecimento da rede local de proteção social indicam esforços recentes — importantes, mas ainda insuficientes para caracterizar o cumprimento integral da sentença internacional[7] [8].

Por fim, as observações mais recentes das representantes das vítimas reforçam que a fiscalização de fábricas e oficinas domésticas de fogos de artifício continua limitada pela falta de integração entre os órgãos federais e estaduais (MDHC, MTE, MRE, Exército, entre outros), o que compromete a prevenção de novos acidentes e mantém comunidades vulneráveis sob risco constante[9].

Diante desse quadro, impõe-se à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizar diligência *in loco* no município de Santo Antônio de Jesus, com o objetivo de:

- verificar o cumprimento das medidas de reparação e prevenção determinadas pela Corte IDH;
- avaliar as condições de vida das famílias das vítimas;
- e coletar informações atualizadas sobre a atuação dos órgãos públicos responsáveis pela execução das medidas.

Trata-se de medida necessária à transparência, à efetividade das decisões internacionais em matéria de direitos humanos e à preservação da memória e da dignidade das vítimas de uma das maiores tragédias trabalhistas da história do país.



[1] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Sentença – Caso “Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil”*. San José, 15 jul. 2020.

Fonte: Corte IDH. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_403_por.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

[2] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório de Supervisão de Cumprimento de Sentença – Caso “Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil” (Estado Brasileiro)*. San José, 2 jun. 2023.

Fonte: Corte IDH. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/escritos/dos_empregados_da_fabrica_de_fogos_de_santo_antonio_de_jesus/F%C3%A1brica_de_Fuegos_20230602_estado.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

[3] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Observações das Representantes – Justiça Global e Movimento 11 de Dezembro, sobre o cumprimento da sentença*. San José, 20 fev. 2023.

Fonte: Corte IDH. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/escritos/dos_empregados_da_fabrica_de_fogos_de_santo_antonio_de_jesus/F%C3%A1brica_de_Fuegos_20230220_repres.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

[4] SANTOS, Rodrigo A. *Os desafios da implementação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus vs. Brasil*. Revista da Defensoria Pública da União, Brasília, v. 10, n. 2, p. 145-166, 2023.

Fonte: Revista DPU. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/590>. Acesso em: 16 out. 2025.

[5] JUSTIÇA GLOBAL. *Fábrica de Fogos: 25 anos após a tragédia, familiares cobram cumprimento da sentença internacional*. Brasília, 11 dez. 2023.

Fonte: Justiça Global. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/fabrica-de-fogos-25-anos-apos-a-tragedia-familiares-cobram-cumprimento-de-sentenca/>. Acesso em: 16 out. 2025.



[6] GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Estado apresenta avanços na reparação às vítimas e familiares da explosão da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus*. Salvador, 20 ago. 2024.

Fonte: Governo da Bahia. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/comunicacao/2024/08/noticias/estado-apresenta-avancos-na-reparacao-as-vitimas-e-familiares-da-explosao-de-fabrica-em-santo-antonio-de-jesus>. Acesso em: 16 out. 2025.

[7] GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Vítimas e familiares da explosão da Fábrica de Fogos de SAJ se inscrevem em programa de formação profissional*. Salvador, 4 jun. 2025.

Fonte: Governo da Bahia. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/comunicacao/noticias/2025-06/370053/vitimas-e-familiares-da-explosao-da-fabrica-de-fogos-de-saj-se-inscrevem-no>. Acesso em: 16 out. 2025.

[8] GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Rede de Proteção aos Direitos Humanos de Santo Antônio de Jesus é reforçada*. Salvador, 6 jun. 2025.

Fonte: Governo da Bahia. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/comunicacao/noticias/2025-06/370117/rede-de-protecao-aos-direitos-humanos-de-santo-antonio-de-jesus-e>. Acesso em: 16 out. 2025.

[9] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório de Supervisão – Pontos Resolutivos 15 e 16 (Fiscalização e Prevenção de Riscos)*. San José, 20 fev. 2023.

Fonte: Corte IDH. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/escritos/dos_empregados_da_fabrica_de_fogos_de_santo_antonio_de_jesus/F%C3%A1brica_de_Fuegos_20230220_repres.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2025.

Senadora Damares Alves



15

16



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 577, DE 2024

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

AUTORIA: Senadora Augusta Brito (PT/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que *dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País*, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o atual parágrafo único:

“**Art. 2º**

.....

§ 2º As bibliotecas das escolas públicas de educação básica brasileiras oferecerão em seus acervos, de acordo com previsão orçamentária, obras que abordem temáticas em defesa da equidade de gênero e da proteção das mulheres.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Respeito às mulheres também se aprende na escola – sobretudo no Brasil, onde esse tipo de violência lamentavelmente ainda é uma realidade cotidiana. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

Esse número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. Além disso, a edição 2023 do Relatório Atlas da Violência mostra que, enquanto a taxa de homicídios da população em geral apresentou queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021. Por fim, outro dado igualmente alarmante: do total de feminicídios registrados em 2021, dois terços foram de mulheres negras.

Para enfrentar esse cenário, a escola pode cumprir um papel importante, não apenas abordando essa realidade no currículo, mas também oferecendo em suas bibliotecas obras que tratem das temáticas em defesa da equidade de gênero e da proteção das mulheres. Desse modo, oportunizar que toda a comunidade escolar possa acessar material a respeito do assunto, sobretudo os estudantes, seus pais e responsáveis.

Viabilizar essa ferramenta importante de combate à violência de mulheres e meninas é atuar preventivamente, educando a sociedade como um todo e avançando nessa luta de forma didática e educativa ao inserir essa temática nas escolas.

Com essa intenção é que apresentamos este Projeto de Lei, no intuito de fomentar que iniciativas nesse sentido, a exemplo da “*Prateleira Maria da Penha*”, lançada recentemente no Estado do Ceará, também possam se disseminar como realidade nos demais entes subnacionais.

Pedimos apoio das nobres Senadoras e dos nobres Senadores para a aprovação do Projeto.

Sala das Sessões,

Senadora AUGUSTA BRITO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.244, de 24 de Maio de 2010 - Lei das Bibliotecas; Lei da Biblioteca Escolar - 12244/10

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12244>

- art2



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 577, de 2024, da Senadora Augusta Brito, que *altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 577, de 2024, que altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para determinar que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

Para isso, a proposição acrescenta um segundo parágrafo ao *caput* do art. 2º da Lei nº 12.244, de 2010, determinado que os acervos das bibliotecas das escolas públicas de educação básica ofereçam, conforme previsão orçamentária, “obras que abordem temáticas em defesa da equidade de gênero e da proteção das mulheres”.

O art. 2º da proposição põe em vigor lei que de si resulte na data de sua publicação.

Em suas razões, a autora aponta impressionantes números de violência contra a mulher no ano de 2022: mais de dez mulheres violentamente mortas por dia em nosso País; enquanto os homicídios caíam, em 2022, os feminicídios aumentavam. E de cada três mulheres assassinadas, duas eram negras. A autora sintetiza sua ideia normativa na frase com que abre suas razões: “Respeito às mulheres também se aprende na escola”.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão e, em seguida, irá ao exame terminativo da Comissão de Educação e Cultura.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A análise da matéria é regimental, pois o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê o exame, por esta Comissão, de matéria atinente aos direitos da mulher.

Não se vê qualquer óbice na matéria. Ao contrário, a proposição se ambienta muito bem em nosso ordenamento constitucional e jurídico. Apoia-se sobre ideias generosas e que, ademais, encontram eco na sociedade – tanto as de justiça quanto a da leitura como meio para motivar a coexistência humana. Nem só de violência vive o Brasil – ele vive também de sua capacidade de reagir a ela. A proposição é uma excelente ideia normativa – digna do Brasil.

III – VOTO

Pelas razões demonstradas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 577, de 2024.

Sala da Comissão,

Senadora Ivete da Silveira
(MDB - SC)
Relatora

, Presidente

, Relatora

17



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 979, DE 2025

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

AUTORIA: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)



[Página da matéria](#)

Minuta

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho entre as ações, os esforços e as campanhas relacionados ao Agosto Lilás.

Art. 2º O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“**Art. 3º**

Parágrafo único.

IV – o Projeto Abrigo Vermelho, que consiste na instalação de dispositivos de monitoramento de segurança pública, em pontos de embarque e de desembarque de veículos de transporte coletivo urbano, localizados em áreas de maior insegurança para as usuárias, de forma contínua e permanente, nos termos do regulamento.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar dos inúmeros esforços pelo fim da violência contra a mulher, é constrangedor perceber que se locomover pelas cidades brasileiras (especialmente as grandes) ainda é especialmente perigoso para as cidadãs.

Infelizmente, são frequentes os relatos de usuárias do transporte coletivo urbano submetidas a situações de violência nos pontos



de embarque e de desembarque de passageiros, sobretudo à noite. Não raro, elas precisam esperar, por longos períodos, a chegada do próximo veículo, em locais sem movimento e mal iluminados. Por isso, ficam expostas à ação de criminosos pelo simples fato de não terem alternativa de transporte.

Aqui convém dizer que veículos de transporte coletivo não são apenas os ônibus. A depender da cidade, também há uso de metrô, de veículos leves sobre trilhos e de embarcações.

De acordo com a pesquisa "Meu Ponto Seguro", realizada pela Think Olga e pela ASK-AR, divulgada no ano de 2019, quase oito em cada dez mulheres entrevistadas afirmaram que já se sentiram inseguras ao esperar transporte público em um ponto de ônibus na cidade em que moram. Uma das conclusões da pesquisa foi apontar que os pontos de ônibus são alguns dos locais onde as mulheres se sentem mais inseguras nas cidades.

Outro estudo realizado em nove capitais do País no ano de 2021 pelos Institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, com apoio da Uber e da ONU Mulheres, revelou que setenta e um por cento das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência durante seus deslocamentos.

Os pontos de ônibus, em particular, são percebidos como espaços de vulnerabilidade extrema, devido à ausência de policiamento, de iluminação pública inadequada e de falta de mecanismos de auxílio ou de socorro. Assim, a instalação de dispositivos de monitoramento em pontos críticos pode reduzir a sensação de insegurança e estimular o uso do transporte público por mulheres.

Em São Paulo, o problema inspirou uma proposta intitulada *Abrigo Amigo*, que consiste na instalação, em determinados pontos de ônibus, de painel interativo, conectado à internet e equipado com câmera noturna, com microfone, com sensor de presença e com botão virtual. Ao ser acionado, o sistema inicia uma videochamada com uma atendente, que oferece companhia e ajuda em caso de necessidade, inclusive para acionar os serviços de segurança pública. Trata-se de uma inovadora ideia, fruto de uma bem-sucedida parceria entre o governo estadual e a empresa Eletromídia, que, inclusive, foi agraciada pela campanha, em 2023, com o prêmio Leão de Ouro, em Cannes, na categoria Mídia.

Cientes de relatos aterrorizantes, mas, também, de iniciativas inspiradoras como a que nos referimos anteriormente, buscamos oferecer uma solução para aumentar a segurança das mulheres brasileiras. Nossa ideia é incluir o Projeto *Abrigo Vermelho* entre as ações e estratégias do Agosto Lilás. O referido Projeto consiste na instalação de dispositivos eletrônicos nos pontos de embarque e de desembarque monitorados pelos órgãos de Segurança Pública em áreas urbanas identificadas como de maior insegurança para as usuárias do transporte coletivo urbano.

Entendemos que a iniciativa respeita o pacto federativo ao não



impor diretamente obrigações aos entes subnacionais, limitando-se a delinear diretrizes gerais que podem ser adotadas voluntariamente por estados e por municípios. Isso porque cabe a estados, ao Distrito Federal e aos municípios a operação do sistema de transporte coletivo e, ainda, compete aos municípios a instalação de equipamentos de infraestrutura urbana.

Veja-se: é dos municípios a faculdade de, por meio de regulamento, identificar os fatores relevantes para a implantação de cada ponto de embarque e desembarque, bem como detalhar que tecnologias deverão estar presentes em cada abrigo, com o objetivo de ajustá-lo à realidade local e à sua disponibilidade orçamentária. Além disso, é de competência preponderante dos municípios pôr em prática e fiscalizar a execução da política pública planejada.

No mesmo sentido, a Lei 12.587, de 2012, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, atribui aos estados a responsabilidade por gerir e por integrar os aglomerados urbanos e as regiões metropolitanas, além de prestar serviços de transporte coletivo intermunicipal urbano.

Dessa forma, optamos por um desenho normativo que, de um lado, preserva a competência do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios para dispor sobre a operação de transporte coletivo urbano e intermunicipal e sobre a infraestrutura urbana e, de outro, projeta para um futuro próximo as linhas gerais de uma ação que garantirá, quando efetivamente implementada pelos entes federados subnacionais, a proteção a todas as mulheres que precisarem fazer uso de transporte coletivo urbano para circular pelas cidades brasileiras.

Assim, solicitamos o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora JUSSARA LIMA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.587, de 3 de Janeiro de 2012 - Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
Lei de Mobilidade Urbana - 12587/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12587>
- Lei nº 14.448 de 09/09/2022 - LEI-14448-2022-09-09 - 14448/22
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14448>
 - art3_par1u



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 979, de 2025, da Senadora Jussara Lima, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 979, de 2025, de autoria da Senadora Jussara Lima, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que inclui o Projeto Abrigo Vermelho entre as ações relacionadas ao mês de proteção à mulher, o Agosto Lilás.

O projeto modifica o parágrafo único do art. 3º dessa Lei, introduzindo inciso que dispõe sobre a instalação de aparelhos de monitoramento contínuo nos pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo urbano identificados como inseguros para as mulheres, conforme regulamentação específica.

A proposição prevê vigência imediata para a lei resultante.

Na justificativa, a autora enfatiza os constantes relatos de violência enfrentados pelas usuárias de transporte público, destacando a necessidade de iniciativas para garantir a segurança das mulheres nesses espaços.

A matéria foi encaminhada para análise da CDH e da Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Até o momento, a proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção aos direitos das mulheres, razão pela qual a análise da matéria pela Comissão dá-se em conformidade com o Regimento.

A proposta encontra respaldo em pesquisas sobre violência em espaços públicos, especialmente em transporte coletivo. Dados recentes indicam que a violência de gênero nesses ambientes é alarmante, afetando de maneira significativa a liberdade e a segurança das mulheres.

As pesquisas destacam que uma mulher é vítima de assédio nas ruas a cada 1,5 segundo; além disso, uma mulher sofre violência física em espaços públicos a cada 7,2 segundos no Brasil. Ademais, 54% das mulheres já sofreram importunação ou assédio sexual dentro de ônibus em algum momento de suas vidas e 51% não se sentem seguras enquanto aguardam em pontos de ônibus, locais frequentemente identificados como ambientes de extrema vulnerabilidade. Apontam, ainda, que 63,6% das mulheres evitam chegar ou sair de casa muito tarde por receio de violência, e cerca de uma em cada quatro mulheres deixa de usar transporte público por motivos de segurança.

Vê-se, portanto, que a medida pretendida pelo PL constitui política pública relevante e oportuna, pois lida com temas caros aos direitos das mulheres, notadamente o exercício pleno do direito à liberdade de ir e vir. Além disso, aborda uma questão relevante acerca das desigualdades econômicas de gênero, uma vez que o transporte coletivo é fundamental para o acesso a oportunidades de emprego e educação, bem como a serviços públicos essenciais.

Vale ressaltar que projetos semelhantes ao Abrigo Vermelho já demonstraram eficácia significativa em outros países. Destacam-se o projeto-piloto de monitoramento por câmeras em tempo real, em Londres, Reino Unido, e a instalação, nos ônibus, de câmeras e botões de emergência conectados diretamente às forças policiais, em Nova Délhi, Índia.

No Brasil, o programa "Abrigo Amigo", implementado em São Paulo, que utiliza painéis digitais interativos e botão de emergência, registrou mais de 3 mil chamadas de socorro desde sua implantação em 2021, reduzindo efetivamente os episódios de violência. O programa inspirou iniciativas similares em outros municípios do País, como Campinas, Rio de Janeiro e Cuiabá.

A proposta respeita plenamente o ordenamento constitucional, sobretudo o pacto federativo, uma vez que as diretrizes gerais poderão ser adaptadas por estados e municípios conforme suas realidades e capacidades orçamentárias.

Tendo isso em vista, conclui-se que o Projeto Abrigo Vermelho representa um avanço essencial para garantir a segurança e os direitos das mulheres, alinhando-se às melhores práticas nacionais e internacionais de enfrentamento à violência de gênero.

Para adequar o texto do Projeto de Lei em análise, apresento uma emenda com o intuito de incluir o termo “**conforme disponibilidade financeira**”, considerando que o projeto não prevê o cálculo do impacto orçamentário e a devida compensação para fazer frente a despesa, tornando-se necessário condicionar a disponibilidade orçamentária evitando o descumprimento a o disposto da legislação fiscal, notadamente em relação ao Art. 14 da LRF.

O Tribunal de Contas da União apresenta o entendimento de que serão consideradas inexecutáveis as medidas legislativas que não estiverem adequação orçamentária e financeiramente. Em outros termos, as referidas leis encontram-se adequadas no plano da existência e no plano da validade, mas não no plano da eficácia.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 979, de 2025, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se nova redação ao inciso IV do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, como proposto pelo art. 2º do Projeto de Lei, nos termos a seguir:

“Art. 3º

.....

Parágrafo único.

.....

IV – o Projeto Abrigo Vermelho, que consiste na instalação de dispositivos de monitoramento de segurança pública, em pontos de embarque e de desembarque de veículos de transporte coletivo urbano, localizados em áreas de maior insegurança para as usuárias, de forma contínua e permanente, nos termos do regulamento, conforme disponibilidade financeira.” (NR)

Sala da Comissão,

Senadora Ivete da Silveira
(MDB - SC)
Relatora

, Presidente

, Relatora

18



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3506, DE 2020

Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1907831&filename=PL-3506-2020



[Página da matéria](#)



Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Conscientização sobre a Agenesia de Membros, a ser celebrado, anualmente, no dia 25 de agosto.

Art. 2º No Dia Nacional da Conscientização sobre a Agenesia de Membros serão desenvolvidas atividades com vistas à plena integração das pessoas com agenesia de membros na sociedade e à superação das barreiras de que trata o inciso IV do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente



Brasília, na data da apresentação.

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.506, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

- art3_cpt_inc4



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.506, de 2020, do Deputado Julio Cesar Ribeiro, que *institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Submete-se à deliberação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o Projeto de Lei (PL) nº 3.506, de 2020, de autoria do Deputado Julio Cesar Ribeiro, que *institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros*.

A proposição contém três artigos, dos quais o art. 1º institui a efeméride, a ser celebrada no dia 25 de agosto de cada ano.

O art. 2º determina que, na data da homenagem a ser instituída, sejam desenvolvidas atividades para a plena integração na sociedade das pessoas com agenesia de membros, bem como para superação das barreiras impostas às pessoas com a deficiência, consoante definição disposta no inciso IV do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O art. 3º, por fim, prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificção da matéria, o autor destaca os objetivos de contribuir para redução das desigualdades e do preconceito, e de fazer

com que os direitos da população brasileira que possui a condição sejam garantidos de forma efetiva.

Na Casa de origem, a proposição foi sujeita à apreciação conclusiva e distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos dos arts. 24, II, e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Na CPD, foi apresentado substitutivo, e, após aprovação da matéria, procedeu-se ao encaminhamento à Casa revisora.

No Senado Federal, a proposição, à qual não se ofereceram emendas, foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa desta Comissão.

II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e integração social das pessoas com deficiência, conforme determina o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, § 1º, inciso IV, foi confiada à CDH a competência para decidir sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, XIV, Constituição Federal – CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional e com a Lei nº 12.345, de 2010.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, o Projeto de Lei nº 3.506, de 2020, assume uma importância preponderante ao abordar a agenesia de membros, condição que, por sua natureza, retrata as complexidades inerentes à deficiência física, frequentemente obscurecida pela falta de conhecimento e pela desinformação. Dados do Censo Demográfico de 2022 revelam que aproximadamente 18,6 milhões de brasileiros com 2 anos ou mais de idade possuem algum tipo de deficiência, correspondendo a cerca de 8,9% da população total do país. Dentre os tipos, a deficiência física se destaca como uma das mais prevalentes, reforçando a necessidade de abordagens integrais e adequadas.

A agenesia de membros, definida como a ausência ou o desenvolvimento incompleto de um membro, pode ser desencadeada por uma miríade de fatores, incluindo síndromes raras, como a Síndrome da Brida Amniótica, ou ferimentos que resultam em amputações. As estatísticas sugerem que a incidência dessa síndrome varia de 1:1.200 a 1:15.000 nascidos vivos, sendo o acometimento das extremidades o mais comum, o que enfatiza a necessidade de uma resposta social adequada que promova, de fato, a inclusão e a dignificação dos indivíduos afetados.

A instituição do Dia Nacional da Conscientização sobre a Agenesia de Membros não se limita a um mero reconhecimento simbólico. Trata-se de promover um conhecimento mais amplo da condição; de fomentar o diálogo entre a sociedade e os indivíduos com agenesia; e de erradicar preconceitos historicamente ligados às

deficiências físicas. Para isso, são imperativas iniciativas que estimulem a sensibilização pública e a educação, abordando temas que envolvem a capacidade, a aceitação e a dignidade.

Em 2021, foi publicada a Lei Distrital nº 6.918 para instituir o dia 25 de agosto como Dia da Conscientização da Agenesia de Membros. O presente projeto também estabelece o mesmo dia para conscientização, mas com abrangência nacional.

Essa iniciativa objetiva promover ações de integração plena das pessoas com agenesia na sociedade, de modo a superar as barreiras que dificultam sua inclusão, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015).

Ademais, ao alinhar-se com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a proposta busca assegurar os direitos fundamentais das pessoas com a condição e incentivar a implementação de políticas públicas que promovam uma equidade real entre cidadãos. Nesse sentido, observa-se que a conscientização sobre a agenesia de membros possui o potencial de incitar um movimento da sociedade civil em prol da inclusão.

Destaca-se que, em 20 de outubro de 2025, foi realizada audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal para discutir o assunto. Participaram do debate representantes da Defensoria Pública, associações e instituições de saúde. O escopo é dar visibilidade ao tema e incentivar ações de apoio àqueles com essa condição, caracterizada pela ausência ou desenvolvimento incompleto de membros.

Diante do exposto, a aprovação deste projeto aparece como uma providência essencial. Cumpre reconhecê-lo como um imperativo ético e social que visa a sensibilização e a transformação das condições que circunscrevem a vida das pessoas afetadas, reforçando seu lugar na sociedade, bem como assegurando-lhes igualdade de oportunidades e o respeito que merecem.

III – VOTO

Consoante o exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do PL nº 3.506, de 2020, que institui o dia 25 de agosto como o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

19



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4167, DE 2023

Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade teleconsulta.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“**Parágrafo único.** É vedado o uso da telessaúde para orientação, prescrição ou realização de qualquer procedimento de natureza abortiva.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A prática da medicina na modalidade telessaúde tem sido uma ferramenta valiosa na expansão do acesso à saúde, especialmente em áreas remotas e carentes de recursos médicos. No entanto, quando se trata de questões como o aborto, é imperativo estabelecer limites claros.

De forma absolutamente ilegal, algumas entidades têm realizado e difundido a realização de procedimento de índole abortiva, no qual a paciente recebe comprimidos para interrupção da gravidez e vai para sua residência,



onde ali o realiza. No Brasil, há notícia de que ao menos oito hospitais de diferentes regiões já estão se preparando para oferecer o aborto domiciliar via telessaúde.

Ademais, tem-se veiculado uma cartilha denominada "Aborto Legal Via Telessaúde (Orientações para serviços de Saúde 2021¹), produzida em parceria entre o Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas), Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia/MG, e o Instituto ANIS, que orienta os profissionais de saúde a realizarem o atendimento de vítimas de abuso sexual para o abortamento em suas próprias residências, bem como prevê a possibilidade de se fornecer o medicamento abortivo para a paciente utilizá-lo no ambiente domiciliar.

Todavia, diversos documentos emitidos pelo Conselho Federal de Medicina e pelo Ministério da Saúde apontaram efeitos adversos graves decorrentes do uso desse medicamento fora do ambiente hospitalar.

A Portaria SVS/MS n 344, de 12 de maio de 1998 estabelece que somente será permitida a compra e o uso do medicamento contendo a substância abortiva em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto à Autoridade Sanitária para este fim.

Já a Nota Técnica Nº 103/2019/SEI/GPCON/GGMON/DIRE5/ANVISA é particularmente peremptória em coibir o uso do medicamento abortivo em ambiente diverso do hospitalar. Após uma densa análise de sua farmacodinâmica, a teratogenicidade advinda do uso indevido deste medicamento demonstrou que o risco de anomalia congênita foi quase três vezes maior em comparação com bebês que não foram expostos a ele, bem como cita a possibilidade do perigo de advir um aborto incompleto, ruptura do útero, sangramento excessivo e o eventual efeito psicológico de observar a expulsão do bebê, fatores que impõem a permanência da paciente internada até a finalização do processo. Esta nota também faz referência ao uso do medicamento em outros países, citando os exemplos de Canadá, Espanha e Argentina, restrito a ambiente hospitalar, assim como no Brasil.

¹<https://anis.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Aborto-legal-via-telessa%C3%BAde-orienta%C3%A7%C3%B5es-para-servi%C3%A7os-de-sa%C3%BAde-1.pdf>

Assim também, a prática revela-se como uma verdadeira violação às normativas do Conselho Federal de Medicina, que, por meio do ofício nº 1593/2021 - CFM/COJUR de forma clara e expressa em seu parágrafo 12 estabelece: "Finalmente, para que não restem dúvidas em relação ao caso, informamos que este Conselho Federal é frontalmente contrário a realização do procedimento de aborto legal por meio de telemedicina e fora do ambiente hospitalar".

Ainda a própria Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão assinaram conjuntamente uma recomendação², enviada ao Ministério da Saúde e ao Conselho Federal de Medicina, pedindo a expedição de normativa aos profissionais vinculados ao CFM, “explicitando a ilegalidade e impossibilidade da realização de abortamento legal por meio da telemedicina”, em decorrência da exposição de risco à vida, à saúde e a segurança da mulher, em evidente inobservância de todas as diretrizes e normas legais impostas à prática do abortamento legal, desatendendo os preceitos e orientações dos Procedimentos e Normas Técnicas do Ministério da Saúde.

Por sua vez, o procedimento é condenado por diversos profissionais e autoridades de saúde, como o coordenador da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do CFM³, que afirma que o procedimento é considerado de risco e que deve ser realizado sempre em hospital, sob assistência médica. Por sua vez, o presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia informa que o uso domiciliar do medicamento é proibido⁴.

Por fim, ressalta-se que o *caput* do artigo 128 é claro ao estabelecer a não punibilidade do aborto nas hipóteses de estupro e quando houver risco à vida da mãe, mas somente quando praticado por médico, isto é, por profissional da área da saúde devidamente qualificado para realização do procedimento. Todavia, o aborto provocado pela própria gestante, como o realizado no ambiente domiciliar, ou com seu consentimento é crime, conforme artigo 124, punido com pena de detenção de um a três anos.

² https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2021/recomendacao_ms_aborto_legal_telemedicina.pdf

³ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/04/uso-de-telemedicina-para-auxiliar-aborto-gera-debate-no-brasil.shtml>

⁴ Idem

Ante o exposto, e diante do nosso dever de defesa da vida do nascituro bem como da proteção à vida da mulher, como resguardado por nossa Constituição Federal e nosso ordenamento jurídico infraconstitucional, além das inúmeras normativas dos órgãos de saúde, torna-se necessária a aprovação desse projeto de lei, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GIRÃO





PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.167, de 2023, do Senador Eduardo Girão, que *acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.*

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 4.167, de 2023, de autoria do Senador Eduardo Girão, que *acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.*

O projeto estrutura-se em dois artigos. O primeiro acrescenta um parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, para vedar o uso da telessaúde para orientação, prescrição ou realização de qualquer procedimento de natureza abortiva. O segundo estipula a cláusula de vigência da lei em que for convertido o projeto, designada para iniciar na data da publicação correspondente.

Na justificção, o autor do projeto afirma que, de forma absolutamente ilegal, algumas entidades têm realizado e difundido a realização de procedimento de índole abortiva, no qual a paciente recebe comprimidos para interrupção da gravidez e vai para sua residência onde ali o realiza. Acrescenta que, no Brasil, há notícia de que ao menos oito hospitais de diferentes regiões já estão se preparando para oferecer o aborto domiciliar via telessaúde, em clara ofensa a normas expedidas por autoridades sanitárias. Segundo o autor da proposição, documentos emitidos pelo Conselho Federal

de Medicina e pelo Ministério da Saúde inclusive apontaram efeitos adversos graves decorrentes do uso desse medicamento fora do ambiente hospitalar.

A matéria foi distribuída para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais para análise terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e dos direitos da mulher, o que torna regimental a análise do projeto.

É nobre a preocupação do notável Senador Eduardo Girão com a saúde das mulheres brasileiras, que estaria em risco diante da possibilidade de oferta do serviço de aborto legal via telessaúde.

Concordamos com o autor.

A modalidade tem permitido a expansão do acesso à saúde, especialmente em regiões isoladas. Entretanto, é preciso considerar que a realização de procedimentos médicos de forma remota, especialmente os de natureza abortiva, pode colocar em risco a saúde e a vida das mulheres.

A ausência de supervisão presencial do profissional de saúde dificulta a avaliação completa das condições clínicas da paciente, a identificação de possíveis intercorrências e a prestação de socorro imediato em casos de emergência. Sem o devido acompanhamento, mesmo o aborto legal farmacológico, feito no Brasil com o uso do medicamento misoprostol, pode deixar de ser um procedimento seguro e eficaz.

Por meio da Nota Informativa nº 1/2021-SAPS/NUJUR/SAPS/MS, o Ministério da Saúde (MS) entende que o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez, por sua complexidade, extrapola as formas de atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, de consulta, monitoramento e diagnóstico, admitidas pela modalidade da telessaúde.

No entender do órgão, o abortamento compreende um procedimento clínico, *que não está autorizado para ser realizado por Telemedicina e que deve – obrigatoriamente – ser acompanhado presencialmente por um médico no ambiente hospitalar, onde se tem todos os aparelhos e recursos para salvaguardar a mulher de eventuais intercorrências, as quais, aliás – e, infelizmente – são muito comuns nestes casos.*

O órgão justifica sua posição com base na constatação de que *o atendimento a estas gestantes deve se dar por uma equipe multidisciplinar, pois as consequências de um crime tão aviltante como o de violência sexual não podem ser desconsideradas e tratadas de forma simplista.*

Há, ainda, outro impedimento técnico. A Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, *somente permite a compra e uso de medicamento contendo o misoprostol em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto a Autoridade Sanitária para este fim.*

Na mesma linha de entendimento, o Conselho Federal de Medicina manifestou-se contra o uso da substância fora de ambiente hospitalar, conforme Circular nº 182, de 10 de agosto de 2021, dirigida aos Presidentes de Conselhos Regionais de Medicina. Um dos fundamentos foi justamente a restrição imposta pela Portaria nº 344, de 1998. Outro argumento – mais significativo, inclusive – foi o risco de hemorragia severa em determinados casos.

Portanto, a medida proposta mostra-se adequada e necessária à proteção da integridade física e psicológica das mulheres.

Além dos motivos de ordem técnica que citamos, insta nos referirmos a possíveis repercussões jurídicas da realização do aborto pela via da telessaúde. A Constituição da República assegura, no *caput* do art. 5º, a inviolabilidade do direito à vida. Como instrumento de proteção de bens jurídicos fundamentais, o Direito Penal tipifica o crime de aborto, ressalvadas algumas situações excepcionais (risco à vida da mãe, gravidez resultante de estupro ou anencefalia, essa última por força de decisão do Supremo Tribunal Federal).

Dessa forma, o projeto de lei se insere no marco normativo de proteção do direito à vida, pois cria uma barreira à prática indiscriminada de procedimentos abortivos. Assim, tutela o direito à vida da gestante elegível ao

aborto legal, que terá a segurança de ser acompanhada por profissionais competentes, como também do nascituro, cuja expectativa de nascer não será frustrada pelo uso ilegal e descontrolado de um importante avanço tecnológico da Medicina.

Por esse aspecto, a ideia normativa presente no PL sob exame apresenta-se hígida, ainda, sob o critério da proporcionalidade.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.167, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator